



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

**JOGOS DE PODER:
As metamorfoses políticas do Grupo Lyra e a Ditadura Militar na cidade de
Caruaru-PE**

Jefferson Abraão do Nascimento Silva

**Campina Grande – PB
2019**

S586j

Silva, Jefferson Abraão do Nascimento.

Jogos de poder : as metamorfoses políticas do Grupo Lyra e a Ditadura Militar na cidade de Caruaru-PE / Jefferson Abraão do Nascimento Silva. - Campina Grande, 2019.

126 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Referências.

1. Família Política - Caruaru. 2. Grupo Político Pernambucano. 3. Poder Local. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 316.344.43(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES.**

JOGOS DE PODER:

**As metamorfoses políticas do Grupo Lyra e a Ditadura Militar na cidade de
Caruaru-PE**

Dissertação apresentada a banca de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a obtenção do título de mestre no referido programa da universidade.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima

Campina Grande – PB

2019

JEFFERSON ABRAÃO DO NASCIMENTO SILVA

JOGOS DE PODER:

**As metamorfoses políticas do Grupo Lyra e a Ditadura Militar na cidade de
Caruaru-PE**

Data da defesa: 27 de agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGH/UFCG)
Orientadora

Prof. Dr.^a. Michelly Pereira de Sousa Cordão (PPGH/UFCG)
Examinadora Interna

Prof. Dr. José Adilson Filho (UEPB)
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Eu poderia dizer que todo o percurso do mestrado foi muito difícil como talvez a maioria dos estudantes fazem, porém eu estaria mentindo. Pois meu primeiro ano na UFCG e as ótimas turmas do PPGH tornaram as discussões dos textos em uma experiência prazerosa. Convivi durante esse tempo em um ambiente muito rico em suas discussões, porém um ambiente muito respeitoso entre os alunos. No meu segundo ano de mestrado tudo ficou mais complicado, pois virei pai, e dividi meu tempo e a atenção entre livros e fraudes confesso que foi uma tarefa muito difícil. Porém sempre pude contar com muitas pessoas para que esse trabalho tivesse chegado até aqui. Pessoas que fazem parte dessa caminhada e devem ser mencionadas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e também pedir desculpas a minha família pelas ausências e até desavenças que esse processo nos causou, haja vista, que muitas vezes tivemos que optar por abdicar de encontros ou conversas em família em detrimento dos estudos. Porém sei que de modo geral fui compreendido e motivado por vocês para que eu continuasse nessa jornada. Agradecer em especial a minha companheira, Mirely Keyla, que me viu sofrer sorrir, surtar e que sempre me fez voltar à sanidade. Mulher que também me apoiou nas minhas decisões, me motivando a continuar. Mulher que em determinados momentos durante esses últimos sete anos em que estou envolvido com a vida acadêmica, chegou por diversas vezes sustentar as despesas da casa sozinha para que eu continuasse a estudar. Em meus agradecimentos, posso dizer que sem seu apoio eu não seria nada.

Agradecer a amigos de graduação, mestrado e da vida! Pessoas que tive o prazer de conhecer durante o mestrado como Arthur Manoel, Amanda Antero, Brunemberg da Silva, Edfaildo Eudes, Noêmia Daiane, Thuca Kércia, Valber Nunes e Wanderson Silva (vulgo Bem-Nascido). Pessoas fantásticas com quem pude conviver durante esse mestrado. Além desses, gostaria de agradecer, aos amigos que tenho desde a FAFICA, como é o caso de Leonardo, Bernardino (Vulgo Dom Dino), Júlio Cezar, entre outros. Mas agradecer em especial a Eivaldo, companheiro desde a época de SINDECC, onde travamos duras batalhas ao lado de outro amigo que hoje está distante geograficamente, porém próximo no coração, Ricardo Soares, “o Bakunin”. Com esses dois em especial, vivi muitos momentos tristes e felizes, discordamos, discutimos e brigamos, pois, é assim que as verdadeiras amizades são constituídas, porém sempre fomos e sempre seremos proletários e pelo proletário!

Um outro amigo que não poderia deixar de mencionar é Iraquitan S. Souza, um dos meus maiores incentivadores, foi o responsável direto que me fez voltar a estudar e fazer um curso superior. Já choramos e sorrimos juntos! É um irmão que eu nunca tive, porém que desde quando nos tornamos amigos, passei a ter.

Agradecer a FAFICA, instituição que me formei, tudo que sei, foi lá que aprendi com os grandes profissionais que fizeram parte da minha graduação em história. Dentre esses profissionais não poderia deixar de mencionar o professor Me. Josué Euzébio, pessoa fantástica, e sem sombras de dúvidas a maior referência sobre a história de Caruaru.

Agradecer ao PPGH-UFCG, e a CAPES que concedeu um bolsa de estudos para que eu pudesse realizar tal pesquisa.

Agradeço a professora Michelly Cordão, que me emprestou seus livros e que teve a “paciência de Jó” para que eu os devolvessem, sendo assim, esse meu muito obrigado também vem acompanhado de um pedido de desculpas por tudo!

Foi também nesse programa que pude conhecer uma das professoras famosas da UFCG em Caruaru, porém também a professora mais humilde e iluminada que conheci, e que tive o prazer de ser seu orientando, a Professora Dra. Elizabeth Christina, muito obrigado por tudo, desde as aulas da disciplina até o dia da defesa, sempre tivemos ótimos encontros e boas orientações.

Por fim, não menos importante, gostaria de agradecer ao professor Dr. José Adilson Filho, não tenho palavras para dimensionar minha gratidão a ele, uma referência, um conselheiro, um militante, um amigo e um eterno orientador. Não tenho palavras para descrever o quanto ele foi fundamental na minha formação, não só como professor, mas como uma grande referência.

As falhas e limites desse trabalho são de minha responsabilidade, porém, os acertos e sucessos desse trabalho são de todos os citados, incluindo nessa seleta lista meus amados e falecidos pais – “Seu zito e “Dona Espedita” – e sobretudo minha vidinha, minha linda filha, Anita Gabriely.

“Se o político é historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no sentido de que atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político; e, neste sentido (que, de resto aparece também em Croce), a história é sempre contemporânea, isto é, política (sic)”.

**Antonio Gramsci,
Cadernos do cárcere**

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-2 – Ato Institucional Número Dois

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPC – Centro Popular de Cultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MODEB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PT – Partido dos Trabalhadores

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN - União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

RESUMO

ABRAÃO, Jefferson. **JOGOS DE PODER: As metamorfoses políticas do Grupo Lyra e a Ditadura Militar na cidade de Caruaru-PE.** Dissertação. Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB. (126 páginas), 2019.

Essa dissertação é uma análise histórica do Grupo político Lyra na cidade de Caruaru, tomando como recorte o período de 1966 a 1985, momento em que o Brasil viveu sob o Regime Militar. Ao analisar os personagens e estratégias políticas desse grupo, a nossa pesquisa revela como suas estratégias políticas e suas ações pragmáticas que subsidiaram suas metamorfoses tinham como objetivo final manter tal grupo no poder. Esse trabalho foi elaborado com base nas contribuições teóricas da nova história política promovida por René Rémond (1988); em relação aos mitos políticos utilizamos das discussões de Raoul Girardet (1986); ao analisarmos o *status* socioeconômico das elites políticas foram estabelecidos diálogos com Wright Mills (1982); e contamos com as discussões de Adilson Filho (2009) acerca do processo de legitimidade das elites políticas nas cidades interioranas. As fontes que constituíram essa dissertação são oriundas de reportagens do Jornal Vanguarda de Caruaru; do Diário de Pernambuco; dados da Comissão Nacional da Verdade; e atas oficiais com os resultados eleitorais da cidade de Caruaru de 1959 a 1982.

PALAVRAS-CHAVE: Família política em Caruaru – Grupo político pernambucano – Poder Local

ABSTRACT

Abraham, Jefferson. **POWER GAMES: The political metamorphoses of the Lyra Group and the Military Dictatorship in the city of Caruaru-PE.** Dissertation. Postgraduate course in History at the Federal University of Campina Grande. Campina Grande-PB. (127 pages), 2019.

This dissertation is a historical analysis of the Lyra political group in the city of Caruaru, taking as its basis the period from 1966 to 1985, when Brazil lived under the Military Regime. During this period, Caruaru lived a political scenario in tune with the national dictatorship's plots, so we propose a problematization that addresses the plots of local politics, their strategies and alliances, in order to understand the practices of the Lyra Group. By analyzing the characters and political strategies of this group, our research reveals how their pragmatic actions subsidized their metamorphoses, aiming at their political hegemony. Our dissertation was built from the theoretical contributions of the new political history promoted by René Rémond (1988); discussing political myths from Raoul Girardet (1986); In relation to the socioeconomic status of political elites, we established dialogues with Wright Mills (1982) and counted on discussions by Adilson Filho (2009) about the process of legitimacy of political elites in the inner cities. Our sources were made up of articles from *Jornal Vanguarda*; *Diary of Pernambuco*, data from the National Truth Commission and official minutes with the election results of the city of Caruaru.

KEY WORDS: Political family in Caruaru - Pernambuco political group - local political power

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

INTERPRETAÇÕES REVISIONISTAS SOBRE A DITADURA: DIVERGÊNCIAS E INTERESSES POLÍTICOS	24
---	-----------

1.1. Discurso ≠ História: a importância do historiador e da pesquisa	24
1.2. Uma breve análise sobre a perspectiva revisionista internacional	25
1.3. O revisionismo e os estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil	28
1.4. Recorte temporal da ditadura	31
1.5. Saída única e a verdade factual	37

CAPÍTULO II

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DO GRUPO LYRA: OS INVENTORES, SEUS CORRELIGIONÁRIOS E ADVERSÁRIOS	40
--	-----------

2.1. João Lyra: personagens e alianças	40
2.2. As construções de personagens e as metamorfoses políticas	50
2.3. A Família Lyra: opositores e/ou correligionários	58
2.3.1. Drayton Nejoin e Aracy de Souza	58
2.3.2. Anastácio Rodrigues e José Queiroz de Lima	64
2.3.3. Antônio Geraldo: Tony Gel	68

CAPÍTULO III

O SILÊNCIO GRITANTE E A RESILIENTE MILITÂNCIA	71
--	-----------

3.1. As ações de bastidores da política e suas consequências públicas	71
3.2. Lyras no MDB: a polarização na política local e a omissão na nacional	74
3.3. Resistência dos Lyras? Ações e contradições	76
3.4. Mitos e ambivalências	82

3.5. Juntos, porém separados: Drayton e os Lyras	88
3.6. Os conspiradores	91
3.7. O capital político e econômico dos Lyras	94
3.8. A Crise do Regime e a oposição que se comportar como oposição	105
3.9. Fernando Lyra: A distensão e o projeto liberal democratizante	111

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

RELAÇÃO DE FONTES

INTRODUÇÃO

Localizada na região Agreste de Pernambuco, a 130 quilômetros de Recife, Caruaru é uma das principais cidades interioranas do nordeste brasileiro. Conhecida na região como a “Capital do Agreste”, o município possui uma população de mais de 350 mil habitantes¹, sendo considerado o maior município do interior de Pernambuco. Trata-se de uma cidade que possui uma atividade comercial varejista e atacadista consolidada no Nordeste, e sua pujança nesse setor da economia contribui para que o município esteja entre os cinco mais ricos do Estado, segundo dados do IBGE². Uma cidade que também se faz presente em diversas obras de literatura, poesias, contos e discussões acadêmicas. Embora, quando se fale de pesquisa acadêmica de modo geral, ainda temos poucas produções considerando a importância do município para o Estado de Pernambuco.

No campo político, a cidade tem vivenciado um cenário bastante conservador. Tal aspecto torna-se notório quando nos deparamos com o fato de que há mais de cinco décadas, o cargo de prefeito da cidade foi ocupado por apenas sete figuras ou representantes políticos, com o agravante de que cinco dos sete representantes do poder executivo municipal surgem de apenas um grupo político, iniciado em 1959 com a Família Lyra. O primeiro membro do grupo a ocupar o cargo de prefeito foi João Lyra Filho, que obteve dois mandatos como prefeito na cidade, sucedido pelos correligionários Anastácio Rodrigues (com um mandato) e José Queiroz de Lima, este que acumulou em sua trajetória quatro mandatos no poder executivo municipal. O grupo ainda conta com dois mandatos de João Lyra Neto (filho de L. Filho), além do fato de que ao tempo que escrevo essa dissertação, o cargo de prefeito (a) de Caruaru é ocupada por Raquel Lyra – Filha de Lyra Neto e neta de João Lyra Filho.

No que diz respeito ao poder legislativo, o grupo político “dos Lyras” ainda conta com diversos mandatos exercidos tanto em nível estadual como federal, dentre estes podemos destacar Fernando Lyra (irmão de João Lyra Neto e filho de Lyra Filho), que foi deputado federal por cinco mandatos consecutivos, e que ficou bastante conhecido por coordenar a campanha nacional de Tancredo Neves a presidência via Colégio Eleitoral. Fernando Lyra também exerceu a função de Ministro da Justiça durante o

¹ IBGE dados – Caruaru. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260410>>. Acessado em 11 de outubro de 2016.

² IBGE dados – Caruaru. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260410>>. Acessado em 30 de julho de 2016.

governo de José Sarney, que esse assumiu a presidência devido à morte de Tancredo Neves.

Feito essa breve apresentação dos nomes de algumas das figuras que compõem esse grupo, é necessário esclarecer que optamos por trabalhar com a noção de **grupo político** ao invés do conceito de família, pois mesmo que tenhamos ciência do importante papel que exercem os Lyras nas decisões do grupo, é inegável também a participação e até o protagonismo de alguns correligionários. Neste sentido, estamos comungando do método que também foi utilizado por Lemos (2013):

Sendo assim, tivemos a preocupação de abordar, mesmo que de forma breve, a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina. No entanto não utilizamos, especificamente, o conceito de família neste trabalho. Isto porque consideramos mais apropriado para a análise do nosso objeto a noção de grupo de base familiar proposta por Lewin (1993), tendo em vista que os grupos Ribeiro e Guilherme não eram formados apenas por membros destas famílias, mas também por aliados, já que os vínculos e alianças destes grupos eram definidos por diversos elementos que iam desde interesses conjunturais até a amizade política.³

Ao discutir em sua dissertação sobre os grupos políticos – Ribeiro e Guilherme, localizados no município de Agrestina-PE – Lemos (2013) estabelece para tais análises a ideia de que são grupos políticos de base familiar. As referências que o historiador tomou para esse aspecto de suas discussões são oriundas das contribuições de Lewin⁴ (1993) e seus estudos de parentela na Paraíba. Uma referência que também foi utilizada por Monteiro (2017), que agregou a tal abordagem o conceito de capital político-familiar, sua proposta nos foi apresentada em sua obra *A Política como negócio de Família* – decorrente de sua tese de doutorado – seu livro foi inserido em nossas discussões, no sentido de estabelecemos alguns diálogos e reflexões com nosso objeto de estudo, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Ainda a respeito das relações conceituais com o nosso objeto de estudo, não temos a pretensão de problematizar as tramas interioranas locais a partir dos debates norteados pelo conceito do coronelismo⁵, que tem como uma de suas principais referências as discussões propostas por Leal (1949). Pois mesmo reconhecendo as

³ LEMOS JÚNIOR, José Romildo Souza. **Família, poder e representações: Tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969)**. Campina Grande. PPGH-UFCG: Dissertação de Mestrado, 2013. p.18

⁴ LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro, Record, 1993.

⁵ Sobre o conceito de coronelismo, Ver: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o regime representativo no Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

importantes contribuições e suas análises: em relação ao aparelhamento do estado e suas *ações legais e extralegais* como ferramentas estratégicas de legitimação das elites no poder, devemos levar em consideração que a temporalidade estudada por Leal (1949) está voltado às primeiras décadas de nossa república e seria anacrônico ou equivocado de nossa parte, confundir algumas práticas e resquícios do mandonismo que ainda se fazem presentes em nossas atuais circunstâncias políticas, e não podem ser consideradas idênticas as da época da segunda fase da república velha. Sendo assim, condicionar nossa análise a partir de tal viés conceitual nos colocaria diante de resultados frágeis e anacrônicos.

Levando em consideração as discussões de Carvalho (1997), com o processo de urbanização e de burocratização das relações políticas, a crescente autonomia orçamentária e política dos municípios – algo muito escasso no coronelismo, segundo Leal (1949) – abre espaço para consolidação da prática do clientelismo⁶, uma nova relação sociopolítica na nossa estrutura de poder político (que assim como o coronelismo) não é algo restrito ao Nordeste brasileiro, mas que se estende por todo o país.

Aliás, ao tratarmos de elites políticas no Brasil devemos nos policiarmos para que não caiamos nas armadilhas simplistas que nos colocam diante de velhos estereótipos e clichês. Acusar as relações políticas contemporâneas de serem um coronelismo disfarçado podem ser consideradas de afirmações simplistas e equivocadas, presas a um passado que atropela a dinâmica da modernidade. Sendo assim, tomando como base as contribuições de Adilson Filho (2014):

É preciso olhar as práticas e representações das atuais elites políticas, ditas tradicionais ou não, como enredos que se bifurcam e se entrecruzam simultaneamente, para entendermos que seu continuísmo não é incompatível com os signos do moderno e quiçá do chamado 'pós-moderno'. Talvez precisemos fazer um inventário crítico da forma como lemos nossa relação com a modernidade, sobretudo, de como seus mecanismos institucionais, ideológicos e culturais foram adaptados ao contexto das nações latino-americanas e, particularmente, da realidade histórica brasileira.⁷

⁶ CARVALHO, Jose Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n°. 2, 1997.

⁷ ADILSON FILHO, José. Permanências e discontinuidades do poder local: Famílias e Legitimidade política no interior do Nordeste Brasileiro. In ADILSON FILHO, José (org.). **Poder local, Educação e Cultura em Pernambuco.** Jundiá: Paco Editorial, 2014, p.146.

Ainda parafraseando Adilson Filho (2014), conceituar as elites políticas como “coronéis ou neocoronéis” não ajuda para que possamos compreender a complexidade de seu poder e suas complexas relações com a sociedade.

O foco principal de nossa discussão parte do ano de 1966, ano da primeira eleição sob a regra do bipartidarismo instituído após o AI-2 (Ato Institucional Número dois) até chegarmos no ano de 1985, para que possamos discutir o contexto das eleições para presidente do Brasil via Colégio Eleitoral. Mas antes de entrarmos de fato nesse ponto, sentimos a necessidade de fazermos uma breve discussão contextual do “pré-64” e do cenário político caruaruense, no período de 1959 a 1964.

De antemão, não estamos aqui propondo uma discussão factualista, também não é de nosso interesse realizarmos um tipo de exposição ou passo a passo, no sentido de detalharmos minuciosamente todo esse período. Nosso intuito reside em dar ao leitor – a partir de um campo de possibilidades – a oportunidade de compreensão sobre os aspectos que levaram o grupo Lyra ao poder, como estes chegaram ao MDB, uma vez que, tais figuras políticas possuem uma trajetória anterior à instauração do bipartidarismo.

Ou seja, trata-se de uma delimitação cronológica que toma como base o método dialético de compreensão do processo histórico, que inclusive já foi aplicado por outros historiadores que estudaram o período do Regime Militar, dentre esses, destacamos as contribuições de Maciel (1999) que utiliza esse método em seu recorte temporal:

Esta temporalidade também determina o método de exposição adotado, na medida em que se fez a opção por expor a dinâmica do processo da luta política, desencadeado através das diversas conjunturas e correlações de força (...). Sem pretender que tenha havido qualquer lógica evolucionista e pré-determinada perpassando os acontecimentos, também não se pretende que esta opção signifique a compreensão de que o processo histórico independe de determinantes estruturais. Ao invés disso, compreende-se que os acontecimentos se realizam dentro de um campo de possibilidades, definido estruturalmente, porém aberto a variações, algumas vezes decisivas para viabilizar alterações estruturais, e à ação de todos os agentes políticos e sociais e não só aos detentores do poder. Desta forma, pretende-se evitar tanto o conjunturalismo quanto o estruturalismo, ambos desvios do método dialético e compreensão do processo histórico.⁸

⁸ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na Transição da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1999. p. 13.

Apresentado esse primeiro estágio, entramos na discussão principal que parte do ano que João Lyra Filho se elege deputado federal, junto com Fernando Lyra (seu primogênito) como deputado estadual, ambos pelo MDB. Dois anos depois o grupo concorre nas eleições municipais de 1968, um período conturbado na história política do Brasil, marcado por perseguições e prisões protagonizadas pelos militares. Porém um ano fundamental para entendermos a força política dos Lyras que conseguem emplacar na prefeitura Anastácio Rodrigues (MDB), um de seus principais aliados na época, aliás Anastácio teve uma vitória expressiva com mais de 15 mil votos no universo de 27 mil eleitores.

Em seguida abordaremos as tramas das eleições municipais seguintes, que levaram João Lyra Filho (MDB) novamente ao cargo de prefeito de Caruaru. Seguindo com a discussão em torno das alianças políticas do Grupo Lyra, passamos por 1983, ano em que o correligionário político dos Lyras, José Queiroz de Lima se torna prefeito de Caruaru, tendo como principal adversário político o antigo aliado do grupo, Drayton Nejaim que se tornou aliado dos Militares desde o Golpe de 64.

A cidade de Caruaru à época da Ditadura Militar também vivenciou atos autoritários, registrando em sua história perseguições a diversas figuras consideradas como subversivos. No campo institucional, tanto o MDB quanto a ARENA exercem o protagonismo eleitoral dentro da possibilidade de eleições que o Regime ainda tolerava. E é partir desse contexto que nos sentimos instigados a querer compreender como que o Grupo Lyra, via MDB e sem o apoio do regime, conseguiu estar à frente do poder local durante a maior parte da Ditadura?

Analisamos a capacidade de adaptação ou as metamorfoses dos Lyras aos diversos contextos históricos, sobretudo as disputas pelo poder, pois esse grupo lida com diferentes conjunturas políticas da história do Brasil e mesmo assim se mantém no poder. Ou seja, um grupo que possui uma hegemonia desde o final da década de 1950, passando pelo Regime Militar, até chegarmos na redemocratização, não está no poder como mera “obra do acaso” e nem pode passar despercebido pela produção historiográfica.

Há uma forte narrativa de baluartes da democracia em relação aos Lyras que reverbera na política local, que subjetivamente acaba supervalorizando a trajetória política de tais figuras. Apesar dessa construção de *mitos políticos*⁹, pretendemos

⁹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

problematizar tal aspecto a partir das concepções de Raoul Girardet (1987), numa perspectiva em que o mito político não é uma mera construção lógica autônoma individualizada e interessada em si mesmo. O mito passa por um processo de construção onde o mesmo se relaciona com a sociedade em busca da empatia coletiva. Ou seja, o mito político é algo forjado desde as alianças formadas pelo Grupo a cada cenário sociopolítico (das mais conservadoras, às mais progressistas), e que contribuem na formação dos discursos que serão apresentados diante do eleitorado a cada pleito, condicionando a figura política e seus discursos como parte das estratégias de afirmação de um grupo político perante os eleitores.

Problematizar a atuação dos Lyras nos coloca diante da necessidade de compreendermos como estes se adaptam politicamente aos diversos cenários que se apresentam. Na busca por tal compreensão se faz necessária a utilização de produções locais que abordem o tema estudado, entre as produções existentes, podemos destacar as discussões de José Adilson Filho¹⁰ e sua análise sobre a hegemonia de determinadas famílias no poder nas cidades interioranas. O autor discute alguns conceitos importantes à sociologia política ao problematizar o aspecto da permanência de determinadas famílias no poder, para ele tal hegemonia política é consolidada a partir de suas estratégias e práticas perante a sociedade, que operam na ambiguidade e sem necessariamente fazer uso da força.

A discussão a respeito da legitimidade política de um grupo é fundamental para a reflexão dos historiadores. Sob o viés da Nova História Política, essas análises não estão preocupadas apenas em estudar o poder, mas os poderes em suas diversas formas de manifestação. Algo que não se coaduna as temáticas que fazem a análise de poder enquanto mecanismo institucional, mas abre um leque de possibilidades a respeito desse campo. Trata-se de um movimento consequente da quebra de paradigmas, proposto pela Nova História Política, abordagens que superaram as velhas narrativas dos grandes personagens que eram enaltecidos como grandes homens pela história tradicional¹¹.

Através dos diálogos com outros campos das ciências humanas, vieram as contribuições da antropologia, que por sua vez proporcionam ao historiador

¹⁰ ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários da política belo-jardinense**, 2009. Também observar artigos sobre o tema em: ADILSON FILHO, José (org.). **Poder local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiaí: Paco Editora, 2014.

¹¹ FALCON, Francisco. **História e Poder** in: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaios de teorias e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

aprofundar suas análises a respeito das relações, sentidos e práticas desenvolvidas cotidianamente pelos atores com as camadas populares. Sendo assim, podemos perceber que em determinadas situações da política local, diversos grupos políticos criam nas relações com as massas – estrategicamente – uma cortina de fumaça¹² sobre as concepções ideológicas e/ou partidárias¹³, relegando-as a segundo plano, e acaba focando no enaltecimento de uma prática que Kuschnir (2009) nos apresenta como a lógica da dádiva política¹⁴.

Esses detentores da *máquina pública*¹⁵ beneficiam seus pares e priorizam a continuidade de seus sobrenomes na política nas figuras de seus familiares. Entre as consequências que podemos constatar – ainda que de forma preliminar – sobre o *modus operandi*, é que essas elites absorvem ou atrelam as instituições públicas e a política institucional como se fosse seu patrimônio. Em muitos casos as siglas partidárias são esquecidas e tais agremiações passam a serem percebidos ou lembrados por parte da população como “o partido de fulano de tal”. Uma mecânica ou rede de poder que alimenta também os discursos de “minha cidade”, proferido por uma elite que ao obter o domínio do estamento burocrático, colocam-se como os “donos do poder”¹⁶. O aspecto socioeconômico, o lugar de classe de tais figuras ora é colocado a mesa como uma ferramenta importante no jogo de poder, ora é utilizado de maneira sutil, mas não menos importante no processo de legitimação. Em ambos os casos esse fator contribui na condição de elemento legitimador do poder político.

A esse respeito, o Grupo político dos Lyras possui traços que contribuem para caracterização de uma *Elite do Poder*¹⁷. Para tal análise, estabelecemos um diálogo a partir de Wright Mills (1982), que nos mostra “os detentores do poder” na condição também de donos de meios de produção, de propriedades locais, e de alguns meios

¹² Me responsabilizo pelo uso do termo “Cortina de fumaça”. Mas com outras nomenclaturas, o autor que trata da questão da dificuldade de identificarmos na política local grupos e práticas que possam distinguir políticas de esquerda ou direita ver: BERSTIEN, Serge. **Os Partidos**. In RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: 2ªed, FGV, 2003.

¹³ Sobre a relação de uma elite com a legenda partidária contamos com as discussões na obra: SADER, Emir (org.). Gramsci: **Poder, política e partido**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

¹⁴ Em relação as problematizações sobre antropologia política ver: KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁵ A esse respeito tomamos com referência as discussões de: MERTON, Robert. **Algumas funções da Máquina Pública**. In **Sociologia Política, II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

¹⁶ Sobre os conceitos de patrimonialismo e estamento burocrático ver: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 2001.

¹⁷ MILLS, Wright. **A elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

de comunicação, e faz uma análise de como tais fatores exercem bastante influência no cotidiano da cidade, nas instituições públicas e na política local.

Desta forma, a presença dessa obra em nossa pesquisa nos remeteu a uma discussão sobre a elite política para além da análise de profissionalismo político, pois esse não é único elemento legitimador. Ou seja, a obra nos coloca diante da necessidade de expor a condição social e do poderio do capital econômico que essa elite política detém, para que assim possamos discutir a influência que essa face do poder exerce diante do eleitorado local.

Em relação à produção de livros sobre a política local (caruaruense) o Grupo Lyra se sobressai, pois existem algumas obras que abordam as tramas dessas figuras, porém tais trabalhos, estão muito ligados à memória e relatos escrito por seus próprios pares e correligionários, de certa forma tais trabalhos se distanciam de uma análise crítica por parte de seus autores, transformando suas trajetórias em narrativas em que seus feitos são quase que perfeitos. Um dos livros que retratam as particularidades dos Lyras com seus pares, é uma biografia sobre João Lyra Filho, escrita por Celso Rodrigues¹⁸ (que é um correligionário do grupo) um jornalista local e ex-vereador da cidade de Caruaru.

Há também um outro livro intitulado de *Daquilo que eu sei*¹⁹, que foi escrito por Fernando Lyra, e aborda o período de redemocratização do país e o papel que o próprio autor exercia de articulador político de Tancredo Neves. São obras ricas em informações e que devem ser tratadas como fontes, sob uma ótica “certeuniana” de uma operação historiográfica, identificando o lugar social desses autores, analisando também o “não dito” pois se tratam de obras com certa carga de parcialidade que pode comprometer seus conteúdos, sendo assim, cabe ao pesquisador o papel de saber dosar seu uso. Afinal, tratam-se de memórias políticas com suas visões lineares que selecionam as belas narrativas e vitórias a serem contadas; segundo Ecléa Bosi²⁰: “(...) Na memória política o juízo de valor intervêm com mais insistência”. Esses são exercícios necessários ao trabalharmos com tais fontes, no sentido de diagnosticarmos o lado da história que o narrador se coloca em seu testemunho em tais obras.

¹⁸ RODRIGUES, Celso. **João: Um homem sem cansaço**, Recife: ACR, 1999.

¹⁹ Fernando Lyra: LYRA, Fernando. **Daquilo que eu sei: Tancredo e a Transição Democrática**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

²⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.453.

Outras fontes não menos importantes, que compõem o nosso trabalho²¹ são **dois jornais locais e seus acervos:**

- O **Jornal Vanguarda**: trata-se de um veículo de imprensa mais antigo da cidade, possuidor de ótimo acervo, bem conservado e acessível para pesquisas; o lugar possui todos os seus exemplares desde a década de 1930. O jornal da época em Caruaru – que tradicionalmente acompanha as movimentações políticas no Estado.
- **Jornal Diário de Pernambuco**: fonte impressa que utilizaremos, porém, os recortes anexados a esse trabalho foram retirados da versão digital, disponível no site da Hemeroteca Digital. Assim como o outro jornal da época acima citado, esse periódico também cobria os fatos políticos de Caruaru, porém com uma linha editorial diferente e mais distante das relações diretas com esses grupos.

Quanto ao uso dos jornais, nossas análises estão embasadas a partir das definições de Adelmo Genro Filho²² que faz uma das análises mais completas sobre jornalismo dentre as que pesquisamos a respeito do funcionamento deste meio de comunicação, Genro Filho traz um rico debate desde a crítica a manipulação de notícias, sua obra além de nos proporcionar um riquíssimo debate sobre o jornal em si, oferece-nos uma visão mais crítica em relação as informações passadas pelos mais diversos meios de comunicação.

Outras fontes que compõem os nossos trabalhos vieram do **Fórum Eleitoral de Caruaru Dr. Luiz Pessoa – TRE-PE**. Lugar que fomos bem recebidos e tivemos informações importantes sobre como procedermos para termos acesso aos arquivos, inclusive graças a esse contato, nos foi disponibilizado, via e-mail, cópias de atas das Eleições Municipais, Estaduais e Federais de 1959 a 1985. Dados quantitativos, que cruzamos com nossas pesquisas qualitativas que complementam nossas análises a respeito do poder do grupo político dos Lyras.

Além disso consultamos os arquivos do site da Comissão Nacional da Verdade – sessão de Pernambuco. Através da versão digital pudemos ter acesso a nomes de civis que estiveram envolvidos em Inquéritos Policiais Militares durante a ditadura, e

²¹ Trabalho iniciado desde a graduação em história junto ao NUPESQ da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru.

²² GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, 2ªed. Insular, 2012.

também tivemos acesso aos arquivos do dossiê montado pelo ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar. Uma significativa quantidade de documentos que revelam dados sobre a relação do IBAD e IPES com o golpe de 64, e que foram extremamente importantes para a criação da CPI do IBAD/IPES.

Falar sobre a Ditadura Militar no Brasil ao tempo que escrevo essa dissertação é desafiador, haja vista que jamais imaginei elaborá-la justamente num momento em que os militares voltam ao poder, agora pelo voto, e ocupam os cargos de presidente e vice-presidente da República²³. Daí já me surge a primeira inquietação, não apenas porque sejamos contrário a tais figuras, mas sim por esses indigestos governantes serem declarados defensores do esdrúxulo discurso de que não houve um Golpe de Estado em 1964 e que não ocorreu uma Ditadura no Brasil. Ou seja, mais de 55 anos após o Golpe de 64, e ainda temos que conviver com discursos que persistem com a narrativa de que o país, “vivia naquele momento um caos” e os militares teriam “salvo a pátria” da “ameaça comunista”.

Trata-se de um momento de ascensão de grupos presentes em nossa sociedade que colocam suas opiniões acima de fatos históricos, algo que inclusive tem aproximado leigos de diversos lugares do país com discursos de rejeição a pesquisa, à produção acadêmica, e que colocam a autonomia universitária sob uma narrativa conspiratória e pueril de doutrinação ideológica. Sendo assim, antes de adentrarmos a fundo sob nosso objeto de estudo, nosso **primeiro capítulo** traz reflexões que acreditamos serem pertinentes sobre a historiografia brasileira, sobretudo sobre o período da ditadura militar. Contudo, mesmo que seja um capítulo focado em questões sobre a historiografia, essa primeira parte possibilita ao leitor, perceber que a ditadura existiu sim! O que deve ser sempre discutido são as visões, abordagens e concepções historiográficas que exploram esse fato.

Nos capítulos seguintes estamos discutindo sobre o Grupo Lyra seus correligionários, adversários, as estratégias e tramas nas quais tais personagens estão inseridos em busca do poder desde o período pré-ditadura ao período do regime em si. No **segundo capítulo** especificamente, optamos por trabalhar personagens, apresentando-os dentro de alguns contextos e conjunturas políticas, porém levando em consideração a história de cada um desses personagens. No **terceiro capítulo** analisamos as construções das alianças e as ações dos personagens apresentados

²³ Jair Bolsonaro (presidente) e Moura Filho (vice) eleitos para o mandato de 2019-2021.

no capítulo anterior. Escolhemos esse caminho porque compreendemos que seria um caminho mais curto e compreensível ao leitor: apresentar os personagens e no momento seguinte discutir as tramas políticas forem abordadas.

Nossa escrita não segue à risca uma linha de sucessão de fatos, temos um recorte específico de 1966 a 1985, porém, ao apresentar tais personagens e desenvolvermos suas tramas e estratégias – que é o foco principal de nosso trabalho – realizamos diversas idas e vindas no tempo com o objetivo de discutir as contradições dos personagens e como estes rompem e estabelecem suas alianças, o que evidencia a fragilidade ideológica e/ou pragmatismo de tais agentes públicos que priorizam o lugar de poder. Algo corriqueiro entre as elites políticas, e que revelam como estas, conseguem se relacionar com a sociedade nas diferentes regiões do país.

CAPITULO I

INTERPRETAÇÕES REVISIONISTAS SOBRE A DITADURA: DIVERGÊNCIAS E INTERESSES POLÍTICOS.

Discurso ≠ História: a importância do historiador e da pesquisa

Com mais de 55 anos após o Golpe de 64, passamos a conviver com certas narrativas que persistem o discurso de que não houve ditadura no Brasil. Nos últimos anos, passamos a perceber um momento de ascensão de grupos presentes em nossa sociedade que colocam suas opiniões acima de fatos históricos, algo que inclusive tem aproximado leigos de diversos lugares do país à discursos de rejeição a pesquisa, a produção acadêmica e a autonomia universitária. Muitos desses grupos que se proliferaram em redes sociais são compostos por leigos que também têm se aproximado de alguns pesquisadores (ou pseudo-pesquisadores e até pseudo-historiadores), algumas dessas figuras que inclusive podem ser consideradas como falastrões ou em alguns casos intelectuais mal-intencionados que têm em sua ponta de extremo o negacionismo²⁴.

A bem da verdade, devemos realizar aqui as devidas distinções sobre o revisionismo na história e sobretudo na historiografia a respeito do Regime Militar Brasileiro: primeiro, não podemos tratar as produções históricas como arranjos de uma estante ou como definição de cores primárias de uma aquarela, onde estes estariam organizados e definidos em suas prateleiras ou suas caixas de tinteiro. Dito isto, para que também não caiamos em um ecletismo ou relativismo pueril, devemos levar em consideração nas produções historiográficas questões a respeito das abordagens, os lugares das falas, os olhares, os métodos de produção e suas referências, pois esses são aspectos que nos fornecem informações a respeito das afinidades e aproximações das diversas obras com seus respectivos campos de análises; segundo, não somos contra revisões, pois na historiografia esse método de produção tem contribuído de maneira significativa, operando sobretudo em reinterpretções de diversos processos históricos que possuem explicações consensuais e narrativas que por vezes são emanadas do Estado.

²⁴ Sobre o conceito de revisionismo e negacionismo tomamos como base as discussões do livro: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.17-52.

Vale salientar que essa nomenclatura chamada revisionismo não é algo novo, porém sua ascensão no Brasil, sobretudo quando se trata de Ditadura Militar é recente. Esse debate surge desde a socialdemocracia alemã, e na Internacional Socialista no final do século XIX, naquele contexto, foi colocada sob uma conotação negativa, sendo associado praticamente à traição ideológica.

Segundo Demian Melo (2014):

Nesses dois casos, carregava força pejorativa, justificador de dissensos, cisões e mesmo perseguições no interior do movimento socialista.(...) Em alguns casos a noção de revisionismo serve para afirmar o caráter renovador de novas abordagens e/ou reconsiderações interpretativas; em outros, viradas ético-políticas informadas pelas disputas ideológicas do presente; na maior parte das vezes uma mistura entre esses dois elementos.²⁵

Ainda segundo o historiador, se a crítica aos revisionistas – sobretudo pós Segunda Guerra Mundial – ainda está próxima da desconfiança ideológica por parte dos teóricos marxistas, ao ganharem mais espaços nos meios acadêmicos os revisionistas acusam seus críticos de estarem presos a história oficial e desatentos aos novos paradigmas. Diante de tais acusações ou conflitos historiográficos, as análises de Fontana (2004) nos ajuda a compreender como todas as guerras históricas estão focadas em processos-chave e podem ser apresentadas como espaços de lutas pelo passado²⁶. Sendo assim, cabe ao historiador não só o papel da resistência diante dos discursos que banalizam a pesquisa, sobretudo na área de ciências humanas. Devemos também ter a capacidade de diagnosticar os discursos hegemônicos de cada contexto social que estejamos propostos a problematizar, inclusive o que coloca o próprio historiador na condição de partícipe.

Uma breve análise sobre a perspectiva internacional

O marco histórico que tem sido o cenário de partida desse revisionismo – que se desencadeia por diversos países – seria a revolução francesa, sobretudo quando se trata das narrativas construídas por Raymond Aron e François Furet²⁷, ambos “ex-marxistas”. E que no caso de Furet, ele tem mantido uma ofensiva muito mais antimarxista do que liberal, busca em suas produções o esvaziamento do caráter de classe da revolução francesa, o que leva a negação do caráter burguês dessa

²⁵ MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.19.

²⁶ FONTANA, Josep. **História dos homens**. Bauru: Edusc, 2004, p.343-370.

²⁷ FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

revolução. Além disto, em sua obra *Revolução Francesa*, Furet faz acusações ao escopo universitário francês, acusando-o de predominância de produções marxistas de produzirem um catecismo revolucionário.

Ao analisarmos as críticas de Furet, como contraponto a tal abordagem, os historiadores têm as reflexões de Eric Hobsbawm, que segundo Demian²⁸:

Analisando o assalto a este grande objeto da história moderna, Eric Hobsbawm (1917-2012) ironizou o fato de Furet e seus epígonos, sob o pretexto de declarar a eternidade da sociedade liberal-burguesa no fim do século XX, estarem atacando o que seria as próprias interpretações burguesas sobre 1789, feitas por homens com Joseph Barnave (1761-1793), Louis Adolphe (1797-11977), François Mignet (1796-1884), Augustin Thierry (1795-1856), François Guizot (1787-1874) e pelo próprio Alexis Tocqueville (1805-1859).

Nesse sentido, Hobsbawm²⁹ faz um aparato das influências que esses autores liberais tiveram na obra de Marx, como contribuiriam para evidenciar o conceito de luta de classe, e dentre os quais aparece justamente Alexis Tocqueville, que é mencionado a todo instante na obra de F. Furet – que se coloca como um seguidor de tal análise, quase reivindicando “uma espécie de herança intelectual”.

Levando em consideração que toda análise do passado está atrelada a um projeto social do presente, Fontana³⁰ acrescenta:

A descrição do presente – produto resultante da evolução histórica – completa-se com o que chamo, genericamente uma economia política, isto é: uma explicação do sistema de relações que existem entre homens, que serve para justifica-las e racionalizá-las (...). Como etapa da evolução social, cada sistematização da desigualdade e da exploração, teve sua própria economia política, sua racionalização da ordem estabelecida, e assentou-a em uma visão histórica adequada. Dessa evolução do passado ao presente, mediatizada pelo filtro da economia política, obtém-se uma projeção até o futuro: um projeto social que se expressa numa proposta política.

Sendo assim, a partir de tal reflexão podemos compreender o fator ideológico (liberal) que F. Furet tenta negar em sua abordagem, usa da retórica que sua análise não está comprometida com nenhuma visão ideológica, o que é contraditório já que nessa mesma obra o autor ainda afirma estar resgatando as ideias liberais de Alexis Tocqueville. Ou seja, tais contradições em Furet são similares às que encontramos em outros revisionistas brasileiros – que discutiremos mais adiante.

²⁸ MELO, Demian Bezerra de. Op. Cit., p.22.

²⁹ HOBBSAWM. Eric. **Ecoss de Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁰ FONTANA, Josep. **História, análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998, p.10.

O revisionismo em si altera-se de acordo com cada realidade histórica de cada país, porém onde têm-se aplicado tal perspectiva há algumas características predominantes tanto na execução quanto nas consequências de tais abordagens ao serem anulados alguns conceitos-chaves de leituras significativas. No quadro abaixo, partindo da questão francesa e suas consequências para outros lugares, listamos algumas características e consequências de tal abordagem:



Com base na obra *A miséria da historiografia*³¹ ilustramos acima alguns aspectos e críticas a essa perspectiva sob uma visão macro. Porém não estamos determinando que a revolução francesa seja o centro, ou melhor dizendo o ponto de partida que altera o curso da história, pois essa seria uma visão reducionista e eurocêntrica. Sendo assim, os aspectos descritos no quadro acima, na verdade revelam possíveis lacunas quando não se leva em consideração conceitos como revolução, imperialismo, classe e etc.

No caso do Brasil há uma crescente produção nos últimos trinta anos a respeito dos 21 anos do Regime, com o agravante que deve ser levado em consideração que a Ditadura Brasileira é recente, logo os estudos sobre essa temática também são. Porém essa abordagem revisionista vem ganhando força quando se trata de produções justamente sobre a ditadura, sendo assim, as consequências podem ser ainda maiores, haja vista que estaríamos “revisando” uma produção que ainda está

³¹ Melo, Demian Bezerra de. Op. Cit.

em construção, o que nos dá a sensação que estamos reformando (em alguns casos deformando) um prédio que nem sequer foi totalmente erguido.

O revisionismo e os estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil

Entre as diversas produções com abordagens revisionistas no Brasil, algumas têm ganhado mais destaque no meio acadêmico ou em espaço para discussão nos veículos de comunicação tradicional e nas redes sociais. Dentre esses pesquisadores³² estão nomes como Marco Antonio Villa, Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis, Elio Gaspari etc. Cada qual, em menor ou em maior grau de (ir)responsabilidade, porém com bastante competência e objetivos distintos, tais pesquisadores em suas obras contribuem de maneira indireta ou direta em certas narrativas que em alguns casos não apenas “**revisioanam**”, mas “**reduzem**” as tramas a respeito do Brasil durante o período de nossa recente ditadura.

Seria falso de nossa parte afirmarmos que tivemos contato com todas as obras que os citados acima produziram a respeito da ditadura brasileira, porém tivemos o cuidado de ler algumas das obras desses autores, que discutem desde o Pré-Golpe até o final do Regime. Mesmo reconhecendo as singularidades e as distinções metodológicas aplicadas por tais intelectuais, podemos dizer que há também algumas semelhanças. Inclusive se repetem em tais produções alguns pontos que discordamos ou que compreendemos que carecia de mais detalhes. Por exemplo: a redução ou ausência do papel político dos trabalhadores – movimentos sindicais, movimentos rurais, associações etc – que são reduzidos, caricaturados e/ou colocados sob a tutela de Jango e sem conexão com a sociedade; já durante o regime, as suas pautas são colocadas como se girassem apenas em volta de seus interesses particulares desrespeitando a história da resistência dos trabalhadores.

Por outro lado, compreendemos que nem todos os pesquisadores citados tomam a classe trabalhadora como objeto de estudo, sendo assim essa crítica não cabe a todos que citei. Porém alguns deles, como é o caso de Marco Antônio Villa³³ e o próprio Jorge Ferreira³⁴ (sobre o período pré-64), quando citam os trabalhadores de

³² Usei essa nomenclatura apenas para destacar alguns nomes de historiadores e jornalistas que possuem obras sobre a Ditadura Militar que são divulgadas e lidas nos diversos meios sociais. Vale salientar que alguns com maior aceitação nos ciclos acadêmicos que outros.

³³ VILLA, Marco Antônio. Op. Cit.

³⁴ Ferreira, Jorge. **O populismo e história**: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

modo geral, tomam como base apenas as falas de alguns líderes e reduzem as articulações operárias como se fossem obra de carisma e populismo, dando as massas quase que uma caricatura de manobrados. Mesmo que em determinadas situações contenham significativas discussões sobre o personalismo como é o caso de Jorge Ferreira, compreendemos que centrar o modo de pensar da classe operária na rejeição ou a aceitação de determinado líder são afirmações generalizantes. Já no caso específico de Marco A. Villa, este não consegue conter sequer seu sentimento de “paixão frustrada” em torno da figura de Lula, e acaba destilando seu ódio e discurso antilulista mesmo quando se propõe a escrever na condição de historiador.

Acreditamos que no caso de obras que tenham como objeto de estudo “a ditadura militar” sejam obras mais complexas de serem produzidas, haja vista que há diversos aspectos e eventos abordados, sendo assim o historiador naturalmente opta por fazer uma obra sintetizando vários eventos e discussões, tendo ele e o leitor que é impossível dar conta de tudo, e também não estamos aqui querendo cobrar de tais autores esse trabalho. Porém as obras que se propõem a tais sínteses como a de Villa e a coleção do jornalista Elio Gaspari³⁵ há uma ausência de críticas governo militar e suas crises político-econômicas durante a ditadura, algumas dessas análises não levam em consideração as discussões em torno da associação ao capital multinacional e suas consequências, um debate crescente desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), um preâmbulo considerável que está ausente por parte desses autores.

Outras discussões como por exemplo a crise do petróleo, os movimentos internacionais de 1968, as críticas internacionais em relação à política norte-americana por estarem apoiando várias ditaduras, sobretudo na América Latina. Essa são temáticas abordadas de maneira superficial ou secundarizados aos olhos de alguns revisionistas que priorizam por destacar fatos pitorescos e um certo sensacionalismo como se fossem mais importantes que as tramas políticas e econômicas que ocorrem durante esse período.

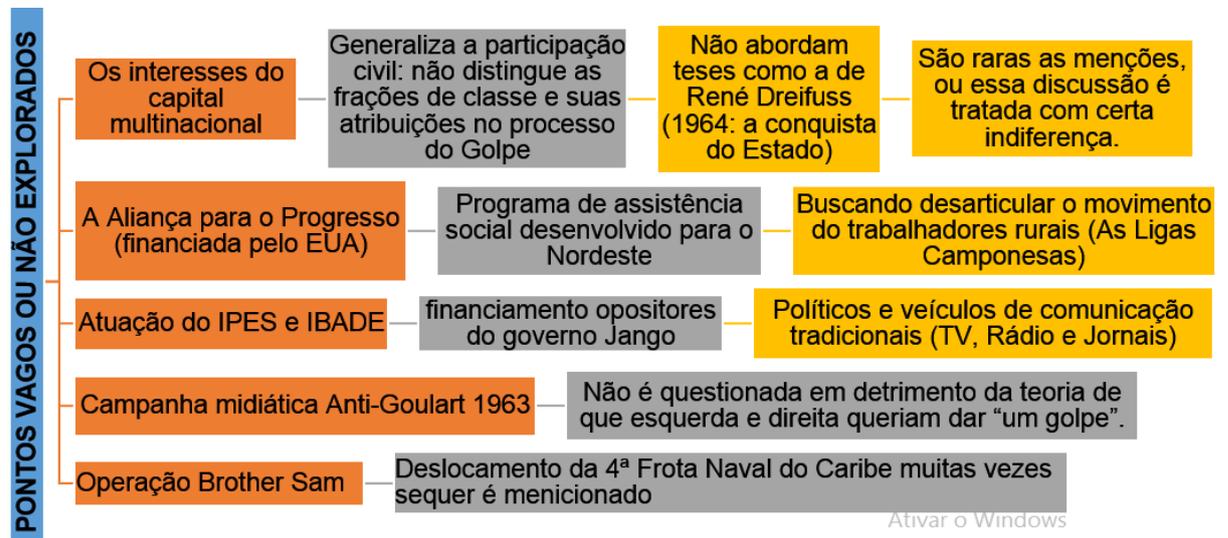
Jango por exemplo, por diversas vezes é colocado como um fomentador da luta de classe ou incompetente administrativo. Acusações banais que revelam uma

³⁵ Coleção composta de cinco Livros: Ditadura Envergonhada (Vol. 1), 2002; Ditadura Escancarada (Vol. 2), 2002; Ditadura Derrotada (Vol. 3), 2003; Ditadura Encurralada (Vol. 4), 2004; e Ditadura Acabada (Vol. 5), 2016. Com exceção desta última, todas dos os volumes foram reeditados pela editora Intrínseca em 2016.

inconsistência no modo como a trajetória política de Jango é abordada, sem contar uma forte carga de adjetivos pejorativos a respeito desse ex-presidente. Marco Antônio Villa³⁶ tenta a todo momento associá-lo pejorativamente como simpatizante dos comunistas ou irresponsável constitucional, contrastando com descrições excessivas sobre o estado de humor de João Goulart, alternando entre uma possível exaltação de comportamento ou decepção emocional. Algo que ganha mais espaço do que as investidas norte-americanas contra o governo brasileiro.

Vale salientar que consideramos extremamente importante que o historiador possa trazer em sua escrita o maior número de detalhes possíveis a respeito dos momentos históricos que ele se discute. Nossas críticas dizem respeito ao foco dado a questões secundárias diante de um cenário dinâmico, cercado de interesses econômicos internacionais e que perdem espaço para debates superficiais. Ou seja, os arranjos narrativos ganham os espaços das análises de conjunturais e as análises conjunturais são reduzidas a arranjos narrativos.

Sintetizamos algumas similaridades nas abordagens, seus focos e suas lacunas com base nas obras revisionistas que citamos anteriormente. Tais pontos que diagnosticamos e listamos abaixo podem servir ao leitor para uma melhor compreensão a respeito do revisionismo à brasileira e seu *modus operandi*:



Com base nas discussões do historiador Marcelo Badaró, compreendemos que as abordagens revisionistas, em maior ou menor escala, acabam menosprezando e até empobrecendo alguns conceitos como: **revolução**, quando não discutem a apropriação do termo tanto pela esquerda quanto pelos militares em 1964; **reforma e**

³⁶ VILLA, Marco Antônio. Op. Cit.

democracia, que em alguns casos também são conceitos trabalhados de maneira superficial quando colocados como antagônicos. Ou seja, tais obras tendem a não levar em consideração o caráter liberal conservador dos antirreformistas que se colocavam em nome da democracia; não discutem as propostas reformistas do início da década de 1960 que defendiam mudanças no estamento social do país e como esta foi discutida diante de um parlamento que até então ainda estava sob o *judice* democrático, porém dominado pela elite brasileira que é mais conservadora do que “democrática”.

Portanto, colocar “reforma e democracia” de maneira antagônica, além de esconder o caráter conservador de grande parte da elite brasileira que não quer abrir mão de seus privilégios, também foi algo que alimentou uma hipérbole de ameaça comunista no país. Pois, mesmo levando em consideração a força dos movimentos sociais, sobretudo das Ligas Camponesas em defesa da reforma agrária, os discursos proferidos por Francisco Julião, com suas frases de efeito como “Na lei ou na marra”. Algumas narrativas reacionárias tendem a superdimensionar, tais ações, com base em um sensacionalismo, pregam a ideia de que as reformas só seriam possíveis caso houvesse um golpe. Sendo assim, alguns revisionistas alimentam-se (de maneira irresponsável) a “tese dos dois demônios”, em que tanto a direita como a esquerda poderiam dar um golpe no Estado democrático brasileiro.

Recorte temporal da Ditadura

Outro aspecto muito recorrente por tais revisionistas é o corte temporal dado a respeito da duração da Ditadura, encurtando-a e propondo uma hipotética ruptura do sistema ditatorial, algo que consideramos em determinados aspectos uma narrativa frágil. A exemplo desse caso, Marco Antônio Villa é um dos revisionistas que defende a tese de que a Ditadura só ocorreu do fim de 1968 ao fim de 1978. Ele acaba insinuando que os casos de perseguições anteriores (1964-68) e posteriores (1979-85) são estritamente pontuais e as vezes pessoais. Porém, é interessante observar que o próprio título do seu livro já levanta tal contradição: *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*, sendo assim, é no mínimo “curioso”, já que ele afirma que a ditadura vai apenas do final de 1968 a 1978, mas seu livro já inicia dimensionando outro recorte (conforme está no título: **1964-1985**).

O próprio autor, afirma que em 1964 houve uma quebra constitucional (que ele mesmo chama de golpe), mas não seria uma ditadura, sendo assim, durante 1964 a

1968 o que tínhamos então? Um golpe da democracia na democracia? Com uma resposta pouco convincente, Villa defende a tese de que não é possível chamar de ditadura o período de 1964-68 (até o AI-5), justificando que toda movimentação cultural acontecia naquela época sem maiores intervenções dos militares. Ele também defende que 1979-85 não pode ser considerado ditadura porque houve a Lei da Anistia³⁷ e porque ocorreram eleições para governadores em 1982. Essas são apenas algumas de suas afirmações que consideramos absurdas, que vão além das escolhas ideológicas, ou revisionistas, chegando a flertar com o negacionismo.

A negação de ditadura entre 64-68 trata-se de uma versão extremamente questionável, primeiro porque Villa não menciona por exemplo o fato das perseguições a CPC da UNE, nem faz menção a prisão de membros da equipe de Eduardo Coutinho que estavam produzindo o filme *Cabra Marcado Para Morrer* e foram presos em Vitória de Santo Antão-PE, outros conseguiram se esconder nas matas da Galiléia³⁸. Uma ação de perseguição protagonizada pelos militares logo nas primeiras horas de 1º de abril de 1964. Na ocasião, além de alguns produtores e camponeses presos, a equipe de cineastas teve todo seu material apreendido e o filme só foi de fato ser lançado no ano de 1984. Portanto, diferente do que Villa coloca, desde as primeiras horas o movimento cultural sofre com a censura, perseguições, prisões e etc.

Porém, há de fato uma parcela do segmento cultural que sentiria a mão pesada da Ditadura só partir de 1968, com base as discussões do historiador Marcos Napolitano³⁹, diversos fatores estratégicos contribuíram para isso, dentre esses fatores podemos destacar que a **não** restrição sobre a produção de uma parcela dos intelectuais e artistas estava relacionado com seu público/consumidor, que era justamente uma parcela significativa da classe média, uma categoria social importante que deu sustentação ao golpe desde as primeiras horas, porém após 1968 o Regime não poupará nem essas frações da classe média.

³⁷ A **Lei da Anistia** Política foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.

³⁸ Propriedade de 503 hectares, sede da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), entidade que passou a ser chamada de Ligas Camponesas no final de 1959. Ver: SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em Chamas**: A intervenção dos EUA e o Golpe de 1964. Recife: Cepe, 2016.

³⁹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar**. São Paulo: Contexto, 2014, p.97-119.

Como já afirmamos anteriormente, o livro *Ditadura à brasileira* também não aborda a influência do capital internacional (sobretudo a partir do EUA) via IPES/IBADE que na época funcionaram praticamente como instituições políticas em prol do “Golpe”. Sobre esse aspecto Villa acaba fazendo um malabarismo gigantesco para condicionar o movimento como exclusivo dos militares e civis brasileiros, criando a fantasia de um movimento interno contra a possibilidade de levante comunista. Nesse sentido utiliza-se de uma narrativa que cria duas “espécies de demônios”, aliás, algo que também já se faz presente desde o subtítulo de seu livro: “democracia golpeada à esquerda e à direita”, algo que por si só já evidencia a fragilidade de tal obra.

Outro aspecto de Villa⁴⁰, mas que também parece ser objetivo de Elio Gaspari⁴¹, é que ambos tentam tirar da figura do Marechal do exército brasileiro Humberto de Alencar Castello Branco a nomenclatura de ditador. No caso de Villa, ele advoga em favor de que Castello Branco dizendo que este foi eleito presidente dentro do processo de legalidade da Câmara, fato o que por si só já é absurdo! Haja vista que sua justificativa fica ainda mais frágil quando o próprio livro evidencia o caráter golpista da “queda” de Jango e a ilegal declaração de vacância. Sendo assim, tal historiador ao tentar suavizar o peso da inconstitucionalidade do golpe, pois o próprio também assume que Jango ainda estava em terra brasileiras quando é declarado que o presidente teria abandonado do cargo, logo assim, o que Villa chama de legalidade (a eleição indireta de Castello Branco) é decorrente de uma inconstitucionalidade, diante disto, podemos dizer que sua narrativa além de absurda, mostra-se mais uma vez contraditória.

Além disso, Villa responsabiliza a luta armada pelo que ele chama de “início da ditadura”⁴²; afirma que o movimento de luta armada foi insignificante rapidamente abatida pelo dispositivo militar; e que a partir de 1979 com o fim do AI-5, com a Lei da Anistia e eleições diretas para governadores em 1982 não existia mais ditadura. Sendo assim, sua fala condiciona a Lei da Anistia como se ela tivesse sido uma convergência de praticamente toda a sociedade e validada pelo Regime. Com base

⁴⁰ VILLA, Op. Cit.

⁴¹ GASPARI, Elio. *Ditadura. Ditadura envergonhada: As ilusões armadas* (vol.1). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

⁴² Em nossa análise na verdade corresponde aos anos de Chumbo – que vai do ano de 1968 ao ano de 1978.

nas discussões de Carla Simone Rodeghero⁴³ compreendemos que Villa não está levando em consideração que essa Lei da Anistia não correspondia aos anseios das discussões dos parlamentares mais progressistas e nem dos movimentos sociais que encabeçaram esse movimento, pois além de não contemplar todos os exilados e presos políticos, a Ditadura “perdoou” os torturadores.

Ora! Nenhum historiador seriamente comprometido com a sua função tem a ousadia de generalizar a Lei da Anistia como algo se fosse o símbolo da conciliação da sociedade brasileira como um todo, além disso até hoje há diversas discussões sobre esse processo, seja no campo das discussões jurídicas, dos movimentos sociais e parlamentares da época e de hoje. O historiador que se propõe a reafirmar essa versão oficial, está praticamente afirmando que o torturador chegou nos porões do DOI-CODI, olhou para um refém do Estado e disse: “o governo mandou lhe dizer que você me perdoou”. Ironias (minhas) à parte, essa talvez seja uma das alegações mais “banais” que vimos na obra de Villa. Que narra sobre “um fim de ditadura” mesmo num período que ainda existe diversas perseguições como a repressão ao novo movimento operário crescente no Brasil, que sobretudo ganha destaque na região do ABC paulista; um país que mantém na ilegalidade partidos de esquerda; persegue militantes ou membros do Partido Comunista e de suas dissidências. Ações que ocorrem mesmo com o fim do AI-5, mas que são menosprezadas na obra desse autor.

Aliás, esse livro reduz o papel das agitações sindicais no Brasil, como se fossem ações restritas as disputas salariais, e as poucas menções às greves são colocadas de maneira negativa, caricaturando e associando o sindicalismo à baderna e à desordem. Seguindo essa mesma linha de discurso, Vila faz questão de demonstrar desprezo a Luís Inácio “Lula” da Silva, uma importante figura política que surgiu com esse novo movimento operário⁴⁴ que surge no final dos anos 1970. Porém quando Lula não é negligenciada é pejorativamente atacado pelo historiador⁴⁵.

⁴³ RODEGHERO, Carla Simone. **Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação**: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In MONTENEGRO, Antônio; RODEGHERO, Carla Simone; PAULA ARAÚJO, Maria (org.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: ed. Universitária UFPE, 2012, p.97-136.

⁴⁴ ALMEIDA, Raphaela. O “novo” sindicalismo e a memória do movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Anais XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2012, ISBN 978-85-65957-00-7. Disponível:

http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338425825_ARQUIVO_ANPUH2012Trabalhorev1.pdf acesso em 12 de janeiro de 2019.

⁴⁵ Cito Villa como historiador por formalidade de titulação acadêmica, porém sua escrita em tal obra parece indecisa, se escreve com a prerrogativa de historiador, como um jornalista sensacionalista e/ou até como um cronista opinativo antipetista.

Entendemos que os discursos presentes nesse livro fazem parte de uma batalha de memória⁴⁶, ações que têm como pano de fundo abafar uma outra proposta de redemocratização do país – a proposta social democratizante defendida pelo Partido dos Trabalhadores – uma proposta de ampliação da participação popular junto ao processo de redemocratização, defendido sobretudo pelo PT - Partido dos Trabalhadores, que tinha entre seus objetivos **não** institucionalizar o projeto de *transição lenta, gradual e segura*⁴⁷ dos militares, da elite conservadora e da burguesia.

As falas “antipetistas” de Marco Antonio Villa se fazem presentes em diversas partes do seu livro, pois mesmo com a retórica esdrúxula de que produz algo sem nenhum vínculo ideológico, sua obra enaltece figuras moderadas como o mineiro Tancredo Neves, e o paulista Adhemar de Barros, mas sempre que se refere ao PT ou a Lula suas narrativas tentam reduzir a importância de tal instituição e personagem no cenário brasileiro político-social. Sua histórica rejeição ao PT compromete não só suas falas em participações nos programas de Rádio da emissora Jovem Pan, na Tv Cultura ou em publicações nas mais diversas redes sociais⁴⁸, mas também comprometem sua escrita, tornando-a mais pueril, e é justamente em seu livro e sobretudo em seu *modus operandi* que temos um exemplo do que **não** devemos fazer enquanto historiador.

Como ponto positivo em sua obra, podemos afirmar que há um significativo arcabouço de fontes, porém a descrição sobre diversos fatos históricos por parte de tal historiador, torna-se “tão dinâmica” quanto as ações de um esquizofrênico em meio a suas crises, porém suas contradições seguem um padrão, que seria a defesa do ponto de vista e da proposta liberal democrática da elite e da burguesia brasileira.

Outro historiador que faz um recorte mais curto da duração da Ditadura é Daniel Arão Reis, defendendo a tese de que a Ditadura acaba no ano de 1979, justifica:

Nossa escolha recai em 1979, quando deixou de existir um Estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a anistia, ensejando a volta do exílio dos principais líderes da esquerda brasileira, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição

⁴⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.450-453.

⁴⁷ Nomenclatura da proposta de Geisel, uma agenda que não era unanimidade nem entre as forças armadas.

⁴⁸ Tal historiador participa frequentemente de vários debates nos meios de comunicação, dentre suas ações mais repetitivas quando está discutindo problemas político conjunturais, tende a atacar, muitas vezes de maneira jocosa, os partidos de esquerda e sobretudo o PT e seus principais quadros políticos.

restabeleceu as condições de um pleno estado de direito em nosso país.⁴⁹

Concordo com a ideia durante esse período vivenciávamos uma transição, mas não concordo com o fim da ditadura, haja vista que a transição foi imposta pelos ditadores, assim como foi a condução e aprovação da Lei da Anistia⁵⁰ que não se encaixa nem nos princípios defendidos pela ala progressista do MDB (pois estes não queriam anistiar os torturadores, e também não queriam que está anistia fosse ampla, geral e irrestrita).

A escolha de Tancredo Neves no Colégio eleitoral sem dúvida nos mostra como a ditadura ainda existia e conseguia se impor na sociedade brasileira, entendemos que naquele momento o que teria então ocorrido seriam o fim do cesarismo militar⁵¹, porém o sistema autoritário ainda existia. Inclusive, o posicionamento do PT e a fala de Lula (à época) sobre a transição é extremamente pertinente, Lula (VILLA, p.315) afirma que: “O PT não negocia e não conversa. Além disso, não estou vendo negociação alguma. O que estou vendo é conciliação de alguns setores da oposição com o governo”.

Vale lembrar que durante esse mesmo período que Daniel A. Reis não considera mais como ditadura, foi também um período em que o regime apelou para a Lei de Segurança Nacional e os dispositivos da CLT para realizar intervenções sindicais contra os grevistas no ABC paulista no ano de 1979. Portanto, se há um sistema autoritário em vigência e ainda sendo utilizado, como podemos dizer que não há mais ditadura? Para tal lacuna, Daniel Arão Reis justifica, afirmando que isso seria parte do *entulho autoritário*⁵², que seria então superado a partir de 1979 em diante.

Tomando como referência sua própria ideia de *entulho* e levando em consideração a ideia de transição, ainda assim discordando da proposta do historiador (de que não existia mais a ditadura a partir de 1979). refletimos então: digamos, que queremos limpar um terreno (o País), mas lá há uma estrutura (o Regime), essa estrutura está em ruínas (ditadura em declínio), e mesmo em ruínas ela ainda está lá,

⁴⁹ REIS, Daniel Arão. **Ditadura militar**, esquerdas e sociedade. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.11.

⁵⁰ RODEGHERO, Carla Simone. **Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação**: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In MONTENEGRO, Antônio; RODEGHERO, Carla Simone; PAULA ARAÚJO, Maria (org.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: ed. Universitária UFPE, 2012, p.97-136.

⁵¹ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na Transição da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1999.

⁵² REIS, Daniel Arão. **Ditadura militar**, esquerdas e sociedade. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

entendemos que sua implosão só seria possível com a posse de um civil; pois mesmo levando em consideração que a transição foi colocada de maneira autocrática⁵³, a convocação de uma assembleia constituinte que tem como objetivo criar outra estrutura (nova constituição) seria parte de um processo de limpeza do terreno que dura até hoje. Neste sentido, em nosso “terreno democrático”, podem até existir resquícios ou fragmentos das ruínas, mas que em tese, “devem” desaparecer com um tempo, no entanto se não tivéssemos limpado o terreno de seu *entulho* com uma nova constituição civil, a velha estrutura – mesmo que implodida – não teria saído dele.

Saída única e a verdade factual

Discutir as tramas da sucessão presidencial de Figueiredo e o processo de redemocratização expõem certas ligações entre a elite política e econômica; os meios de comunicações tradicionais; e até alguns intelectuais como agentes que contribuíram na construção de uma dádiva política⁵⁴ em torno de Tancredo Neves e seus aliados moderados. Condicionando-os como os únicos capazes de restaurarem a democracia contra os “extremismos”. Posicionamentos que acaba jogando uma cortina de fumaça sobre as negociações que levaram os moderados ao poder dentro de uma ordem institucionalizada pelo regime, que através de uma eleição indireta, sob os moldes de um projeto liberal e autocrático, que se buscou foi reduzir ou anular a participação popular, limitando-a a condição de agente legitimador desse processo.

Para que isso se tornasse possível foi criada sobre Tancredo uma espécie de alegoria da resistência, ou melhor, alegoria da redemocratização. Sendo assim, a legitimação da figura de Tancredo seria a última etapa desse processo, pois estabelecido um distanciamento – representativo – estratégico em relação ao regime para que tal narrativa seja perceptível. Essa alegoria da democracia é inclusive estendida após sua morte, criando em torno do ex-governador de Minas Gerais uma

⁵³ Nesse aspecto comungamos com a tese da historiadora Michelly Cordão a respeito do processo de transição do Regime Militar para a “redemocratização”. Vale a ressalva, que ao falarmos em democracia nesse contexto, estamos considerando a democracia liberal como imposição através do discurso de que a “única saída”. Um processo capitaneado pela histórica elite brasileira, que modifica apenas a ordem superestrutural: o sistema político e suas instituições, mas mantém a estrutura de desigualdade e concentração, mantendo no estado brasileiro a hegemonia liberal conservadora. Ver: CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no fim da ditadura brasileira**. Curitiba: Appris, 2018.

⁵⁴ O conceito de dádiva política diz respeito a uma análise antropológica sobre como as estratégias políticas são montadas para criar em figuras públicas a imagem de que estes são únicos capazes para resolver e agir diante determinadas conjunturas. A esse respeito ver: KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

mitificação de um resistente democrata, haja vista que há por parte dessa elite autocrática a necessidade de manter-se à frente do processo de transição que momentaneamente deveria ter sido abalado com sua morte. Porém, para que isso não ocorra grande parte da mídia brasileira teve um papel fundamental nesse processo, elevando a figura de Tancredo a categoria de herói.

Um importante processo de mitificação de Tancredo que segundo Michelly Cordão (2018):

Ainda que tenha sido eleito mediante recursos da “ordem autoritária”, as narrativas que o fabricaram, enquanto o protagonista da “redemocratização”, fizeram-no a partir de paralelos entre ele e as instituições democráticas. Associação que ele próprio estabeleceu em seus discursos de campanha, nos quais ressaltava seu compromisso, uma vez eleito, com as eleições diretas e a constituinte. Sua imagem representava, portanto, a possibilidade de uma “transição” sem causar “medo” nas elites, uma vez que significava o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, embora sem ênfase a uma construção de uma sociedade democrática e isonômica⁵⁵.

Nesse sentido as elites política e as principais mídias tradicionais que contribuíram para o Golpe de 64, trabalham a morte de Tancredo para assegurar essa transição, só que agora através da figura de Sarney. Nesse sentido, utilizando-se também de Bourdieu⁵⁶, a historiadora Michelle Cordão⁵⁷ faz uma análise a respeito de tais tramas e a tese de saída única e verdade factual, discutindo sobre as ações da elite brasileira que dominou o processo de transição, sobretudo a ala liberal-burguesa que conduziu a redemocratização após a queda do cesarismo militar.

Sendo assim, compreendemos que se trata de um projeto de poder, classista, hegemonizado pela elite liberal-conservadora que busca manter-se no poder, e que dentre seus principais objetivos preza pela manutenção de seus privilégios. Além disso, seu modelo de democracia liberal representativa reduz a participação popular. Ou seja, a similaridade entre o golpe e a redemocratização a partir da dinâmica autocrática é que ambos **não** estão e nem estiveram a serviço das grandes massas que compõem esse país. Ambos os projetos (golpista de 64 ou autocrático da elite da década de 1980) fazem um reajuste no sistema burocrático social quando em tempo de crise e agitações sociais protagonizadas pelas classes subalternas possam ameaçar o estamento social elitista. Pois no final das contas, o que amedrontou a elite

⁵⁵ CORDÃO, Michelly Pereira de Souza Op. Cit., p.210.

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁵⁷ CORDÃO, Michele Pereira de Souza. Op. Cit., p.150-170

brasileira não foi a ditadura e nem o seu fim, mas sim possibilidade de perda de privilégios. Nesse sentido, assim como grande parte da elite brasileira, o Grupo Lyra não se amedrontou diante da ditadura, mas também não a combateu, muito pelo contrário entrou no seu jogo, com a decadência desse regime, se metamorfoseou, se colocando como importantes defensores da única saída possível para o país, que seria o projeto liberal democratizante. E esse é o ponto de confluência entre grande parte dos revisionistas, dos liberais-conservadores, da grande mídia e da elite política brasileira: tornar o discurso seu hegemônico como verdade histórica.

No capítulo seguinte começo a tratar justamente dessas questões, sobre como determinados grupos políticos são formados antes da Ditadura, e que se mantêm no poder posterior a ela, ou seja, para tais figuras, a Ditadura não passa de uma etapa dentro de sua própria hegemonia elitista, que faz uso prático das conjunturas que são apresentadas a cada momento ou etapa da história do país.

CAPÍTULO II

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DO GRUPO LYRA: OS INVENTORES, SEUS CORRELIGIONÁRIOS E ADVERSÁRIOS

João Lyra: personagens e alianças

Para uma melhor compreensão sobre “quem” e “o que é” o Grupo Lyra, se faz necessária uma breve reflexão a respeito da trajetória política da Família Lyra. Responsáveis por liderar este núcleo político que condicionamos tratar aqui como grupo haja vista sua dinâmica e partícipes ao longo dos últimos 60 anos. Iniciado no final da década de 1950 com João Lyra Filho, o grupo político tem importante destaque no Estado de Pernambuco.

Assim como a Ditadura Militar, o grupo Lyra também tem como um de seus pilares iniciais a conservadora UDN. Esse fato seria uma mera semelhança? Ou uma circunstância conjuntural? Quando iniciada nossa pesquisa, ao diagnosticarmos tal origem, logo nos surgiu uma das primeiras inquietações, sobretudo no sentido tentar compreender como os autoproclamados baluartes da democracia – em Caruaru – participavam ativamente da política brasileira e pela mesma ala conservadora que alimentou o golpe de estado de 1964; há virada ou mudança de posição de situação conservadora para progressista? Se há essa mudança, quando ocorre?

É comum encontrarmos em falas de diversos historiadores que o golpe de 64 foi a culminância de um processo que se iniciou anos antes, tais afirmações fazem sentido, pois há uma ambiguidade no golpe civil-militar de 1964, se por um lado ele é uma ruptura com o processo democrático em vigência à época, é também um movimento reacionário ao debate e a possibilidade de mudanças na estrutura social, avalanche reacionária que não suporta ouvir falas em reformas de base⁵⁸. Na prática, busca manter a estrutura social conservadora que não aceitava (e não aceita ainda hoje) abrir mão de seus privilégios, pois trata-se de uma mesma elite que também

⁵⁸Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Tais informações foram retiradas do arquivo da CPDOC-FGV, disponíveis no site: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base

considera qualquer ascensão das classes subalternas como privilégios, agindo contra qualquer política de compensação social que o Estado brasileiro possa proporcionar.

Mesmo reconhecendo que a historiadora Del Priore (2010) não tenha o período da Ditadura Militar como um de seus principais objetos de estudos, não consigo deixar de concordar com a historiadora quando ela faz a seguinte afirmação sobre o caráter do golpe de 1964:

O governo nascido do golpe de 1964 foi definido certa vez como o 'Estado Novo da UDN'. Essa definição tem sua razão de ser. Durante duas décadas políticos udenistas – representantes de parcelas importantes das elites empresariais e agrária – dificilmente chegam a conseguir apoio de mais de 30% do eleitorado brasileiro. Entretanto, através da ditadura militar, puderam implementar várias de suas propostas em matéria de política econômica, como a diminuição do valor real dos salários e a ampla abertura da economia aos investidores estrangeiros.⁵⁹

Vale salientar que essa constatação se dá em perspectiva nacional, e sua visão a respeito da UDN de certa forma está homogeneizada a partir das ações desse partido no Sul e Sudeste do Brasil. Em contrapartida, a abordagem de Del Priore, ao analisarmos a atuação da UDN em Pernambuco, pode-se dizer que esta tem uma significativa atuação e uma dinâmica capaz de dialogar inclusive com setores mais à esquerda da política brasileira, como por exemplo Francisco Julião e Miguel Arraes (no final da década de 1950).

Em relação a Caruaru, podemos afirmar que se trata de uma cidade marcada pelo conservadorismo político e que os udenistas não tinham dificuldades de inserção nas tramas locais, agindo em sintonia com as pautas menos pragmáticas e mais à direita que hegemonizam a atuação do partido em nível nacional – só a título de exemplo, podemos mencionar a admiração da Família Lyra por Carlos Lacerda como algo que perpassa gerações.

As primeiras movimentações políticas dessa família em Caruaru não tem início com o patriarca João Soares Lyra – conhecido popularmente na cidade e região como “Janoca” – donatário de terras na região brejeira do estado (na cidade de Lagoa dos Gatos). O Sr. Janoca era um admirador declarado da UDN, e não demonstrava simpatia por figuras contrárias a essa corrente política. Em uma das poucas obras que

⁵⁹ DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010, p. 279.

fala a respeito da trajetória da família Lyra, o autor do livro, o jornalista Celso Rodrigues (1999), afirma:

Janoca nunca morreu de amores por Getúlio Vargas, Carlos Prestes, Plínio Salgado, João Goulart, Leonel Brizola. E muito menos por Agamenon e Etelvino Lins. Para o PSD e o PTB nada, tudo para UDN de Carlos Lacerda, José Américo de Almeida, Milton de Campos, Eduardo Gomes, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Otávio Mangabeira, João Cleofas de Oliveira, Cid Sampaio, entre amigos e novos líderes udenistas.⁶⁰

Nas memórias descritas por Celso Rodrigues, o Sr. Janoca é apontado com um homem boêmio, o autor chega a mencionar que o personagem em questão “era o retrato do dia-a-dia dos cabarés”⁶¹. E que inclusive fazia campanha para seu filho pedindo o voto das mulheres da noite, a quem o Sr. Janoca as chamava de “Mariposas”. Mesmo que as memórias de Celso Rodrigues a respeito do “patriarca boêmio” possuam nas tintas uma carga de parcialidade por demonstrar admiração a figura do João Soares Lyra, tal fato não compromete nossa análise, pois não se trata de um dos principais personagens que nossa pesquisa foca em analisar, mas sim seu primogênito, João Soares Lyra Filho.

O livro do jornalista Celso Rodrigues não se trata de uma descrição a respeito da vida do patriarca, na verdade é uma obra memorialista a respeito dos Lyras e sobretudo de João Soares, conhecido na cidade como Lyra Filho e assim que pretendemos tratar daqui para frente. Ao utilizarmos tal obra, tomamos alguns cuidados necessários, devido a atuação política do autor, pois este é um ex-vereador e membro do grupo Lyra. Em hipótese alguma pretendemos aqui interpretar sua escrita de modo literal, poderia comprometer alguns aspectos de nossa pesquisa, sendo assim, durante o uso de tal fontes, sempre estivemos em alerta quanto ao lugar de fala do autor. Tratamos tal obra como um dos elementos que compõem nosso arcabouço de fontes e que assim como todas as outras fontes está também foi encarada criticamente.

Tendo ciência de tal relação, e familiarizados com as contribuições de Ecléa Bosi (1994) é inevitável não levarmos em consideração que “(...) Na memória política o juízo de valor intervêm com mais insistência”⁶². Se não podemos negar as contribuições das obras produzidas por correligionários ou até membros da família

⁶⁰ RODRIGUES, Celso. **João: Um homem sem cansaço**. Recife: ARC Editora, 1999, p. 126.

⁶¹ Ibidem. p. 125

⁶² BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.453.

Lyra, nos é necessário a compreensão sobre o que é memória política. Nesse sentido, entender essa concepção, nos serve como um contraponto as visões lineares que selecionam as belas narrativas vitoriosas que possam estar presentes em livros memorialísticos, e se não forem filtradas adequadamente pelo pesquisador, elas podem comprometer a escrita voltada para a produção acadêmica.

Voltando ao personagem, João Soares Lyra Filho, nascido em 12 de março de 1913, no município de Lagoa dos Gatos-PE (cidade interiorana localizada na região brejeira do estado). Ainda no período de sua adolescência passou a viver com sua família na cidade de Caruaru-PE, onde inicialmente destacam-se no comércio local, e que posteriormente passa a desenvolver um papel importante no ramo dos transportes na cidade e na região.

Pois bem, seria este João (Lyra Filho) que viria a se tornar no final da década de 1950 um dos políticos mais influentes no cenário pernambucano, uma hegemonia que se mantém através de seus familiares e correligionários. Conforme o quadro abaixo nos mostra:

Parentesco e aliados	Nomes e números de mandatos	Cargos (Período dos mandatos)
Pai de Fernando e Lyra Neto; avô de Raquel Lyra.	João Lyra Filho (5 mandatos)	Prefeito de Caruaru por 2 mandatos (1959-1963 / 1972-1976) Deputado Federal (1966-1971) Deputado Estadual por 2 mandatos (1982-1991)
Filho de Lyra Filho	Fernando Lyra (8 mandatos)	Dep. Estadual (1966-1970); Dep. Federal por 7 mandatos (1970-1998).
Filho de Lyra Filho	João Lyra Neto (5 mandatos)	Prefeito 2 mandatos (1989-1993 / 1997-2001); Deputado Estadual (1995-1996); Vice-Governador de Pernambuco por 2 mandatos (2006-2014).
Filha de João Lyra Neto	Raquel Lyra (3 mandatos)	Deputada Estadual por 2 mandatos (2011-2014 / 2016). Atual Prefeita de Caruaru (eleita em 2016, com mandato até 2021).
Ex-Correligionário do Grupo	Anastácio Rodrigues (1 mandato)	Prefeito de Caruaru (1969-1973)
Correligionário	José Queiroz de Lima (7 mandatos)	Deputado Estadual por 3 mandatos (1979-1982 / 1999-2008 / 2018 – a concluir em 2022); Prefeito por 4 mandatos (1983-1988 / 1993-1997 / 2009-2017).

Somados apenas esses membros que destacamos em que listamos seus mandatos apenas em cargos como deputado estadual e federal ou executivo

municipal em Caruaru, poderemos chegar ao total de **29 mandatos públicos**. Algo que se inicia antes da Ditadura Militar, perpassa os 21 anos de Regime e chega até o ano de 2019, ou seja, essa tabela ilustra um ciclo de 60 anos e com mandatos a serem concluídos posteriormente a esse ciclo⁶³.

Lyra Filho teve seu primeiro mandato em 1959, quando foi eleito prefeito de Caruaru pela UDN. Naquele contexto ele tinha como seu principal concorrente direto um candidato do PSD, Chico do Leite, figura bastante conhecida na cidade de Caruaru. Levando em consideração alguns aspectos sobre os resultados deste pleito, podemos observar a importância das análises que o historiador político deve realizar e que estão além das atas e anais eleitorais. Com base no historiador francês René Rémond (2003), ao refletirmos sobre nosso modo de abordagem, podemos dizer que não devemos nos limitar às atas eleitorais como fontes, pois tratam-se de um campo político importante a ser desbravado, porém não é o único.

Abre-se assim um vasto campo de investigação dos historiadores: refazer a história do sufrágio, aplicando as eleições do passado os métodos, conceitos e critérios elaborados pela ciência política para as consultas contemporâneas.⁶⁴

Sendo assim, a reflexão a partir de outras fontes como jornais – Vanguarda e Diário de Pernambuco – e os relatos dos próprios personagens coletados por Celso Rodrigues⁶⁵ nos levam ao fato de que o candidato João Lyra Filho não tinha a preferência da grande maioria da população de Caruaru. No entanto, seu eleitorado se concentrava entre os cidadãos alfabetizados e os de melhor poder aquisitivo (empresários, letrados, advogados e etc.). Tanto que o próprio Lyra Filho, fez a seguinte declaração:

Meu adversário foi Severino Rodrigues Sobrinho, o Chico do Leite (...). Os comícios de Chico eram extraordinários. Enquanto ele reunia cerca de cinco mil pessoas, os meus não iam além de mil, no máximo. Muitas vezes fiquei preocupado. Mas nos meus comícios as pessoas eram alfabetizadas e eleitoras. Os analfabetos não votavam. Os de lá não eram eleitores. Votaram quase dezesseis mil eleitores, e eu obtive uma vantagem de 1.904 votos.⁶⁶

Há um outro importante aspecto que contribuiu com essa chegada ao poder executivo municipal, mas que é algo pouco abordado na obra biográfica de Celso Rodrigues, ao dialogarmos com o acervo do *Jornal Vanguarda* da época, foi possível

⁶³ Vale salientar que essa produção teve sua fase final de escrita no início de 2019.

⁶⁴ RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2ªed, 2003, p.47.

⁶⁵ RODRIGUES, Celso. **João: Um homem sem cansaço**. Recife: ARC Editora, 1999.

⁶⁶ Ibidem, p. 138.

dimensionar o apoio dado pelo governador Cid Feijó Sampaio a candidatura de João Lyra ao posto de prefeito de Caruaru como um dos elementos fundamentais para que esse obtivesse êxito eleitoral.

Trata-se de uma aliança política sinalizada um ano antes, na ocasião, ele usando de sua influência de empresário do ramo dos transportes, apoiou e fez campanha em prol do candidato Cid Sampaio (UDN) em Caruaru, que obteve expressiva vitória na cidade. Naquele contexto das eleições estaduais de 1958, a vitória de Cid diante de seu principal concorrente, Jarbas Maranhão (PSD), passou a ter um peso fundamental para trajetória política de Lyra Filho, haja vista, que o candidato do PSD além do apoio dos deputados locais, contou também com o explícito apoio do jornal local, o *Vanguarda*. Em suas matérias, o periódico caruaruense não tinha a menor cerimônia em deixar claro de que lado estava no pleito para a escolha do governador do Estado de Pernambuco.

As imagens a seguir são cópias de exemplares publicados pelo Jornal Vanguarda, no qual podemos observar, em sua manchete, a forma tendenciosa como é tratada a vinda do candidato Jarbas Maranhão à Caruaru para realizar um de seus comícios de campanha. Fato que poderia passar despercebido caso outros candidatos fossem tratados da mesma maneira. No entanto, na mesma manchete o candidato Cid Sampaio tem um título de matéria desproporcionalmente reduzido e com uma frase de chamada sobre a matéria a seu respeito e que está referenciando negativamente sua campanha, atrelando sua derrota a algo preconizado.



Foto 01: Imagem da capa do Jornal Vanguarda, 14 setembro de 1958.

Na segunda imagem anexada adiante que aborda a do 31 de agosto de 1958 também publicada pelo Jornal Vanguarda, há uma outra chamada positiva e bastante tendenciosa em prol do candidato Jarbas Maranhão. Em contrapartida, quando realizarmos nossa consulta nessa edição, o silêncio nos diz muita coisa, pois

diagnosticamos que não há matéria alguma a respeito do candidato Cid Sampaio. Ou seja, se de um lado há uma clara demonstração de empolgação com uma candidatura, por outro lado, não há sequer menção, aliás, nem sequer é divulgado a agenda do candidato da UDN no referido jornal que não tinham menor cerimônia em demonstrar “ter lado político” ou “tomar partido” em relação a determinadas correntes ideológicas ou personagens políticos.



Foto 02: Capa do Jornal Vanguarda de 31 de agosto de 1958.

Tais ações não podem ser caracterizadas como ações isoladas ou como se fosse algo exclusivo ao veículo de comunicação caruaruense da época. Adelmo Genro Filho (2012) em sua obra *O Segredo da Pirâmide*⁶⁷, nos oferece a uma discussão teórica sobre a produção jornalística e que nos proporciona importantes reflexões a respeito do modo de atuação da imprensa brasileira, sobretudo para que possamos compreender de modo geral porque a imprensa “tem lado”. Genro Filho nos faz perceber que mesmo diante de certos subterfúgios discursivos utilizados pela imprensa brasileira que tenta disfarçar ou até se esconder por traz da retórica da imparcialidade, suas ações, por diversas vezes, são determinadas pelas escolhas dos donos dos jornais, e que em muitos casos também são influenciados por seus financiadores ou patrocinadores. Sendo assim o jornalista acaba passando por um outro estágio de censura, que são os limites dados pela própria chefia de redação.

⁶⁷ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, 2ªed. Insular, 2012.

Apenas esse aspecto em si, já levanta um conflituoso, porém importante debate sobre a informação: a quem ela pertence? Se interesses pessoais, sobretudo financeiros acabam influenciando a quem e como deve chegar a informação, essa seria ou é uma espécie de propriedade privada. Se o acesso a informação é um direito de todo ser humano, então ela não pode sofrer interferências pessoais subliminares, sendo assim ela deveria ser imparcial ou evidentemente parcial e necessariamente não influenciável. Porém sabemos que isso não é possível, e a máscara da imparcialidade esconde as ideologias presentes em que as usam.

Ao destacar essas duas imagens, o leitor tem a possibilidade de dimensionar o comportamento de tal periódico e como este conduziu sua cobertura jornalística em relação a tal disputa ao governo do Estado Pernambuco. Sendo assim, os títulos de tais matérias são um reflexo de como periodicamente este jornal trata das eleições de 1958. Mas também podemos observar que esse mesmo periódico tem ciência de seu papel como uma influente plataforma escrita atuando em detrimento de um ou de outro candidato. Com base em Genro Filho⁶⁸, podemos dizer que esse posicionamento político por parte dos jornais anteriores a década de 1960 eram mais corriqueiros do que o nosso atual contexto onde impera a retórica da imparcialidade.

Uma influência que pode funcionar significativamente com o principal cidadão caruaruense à época do período eleitoral, seu público alvo, trata-se justamente do eleitor (o cidadão letrado, a classe média, estudantes e outros sujeitos que possuíam o mínimo domínio de leitura). Ao contrário dos analfabetos, os letrados eram os únicos que poderiam votar, e o propósito ou tendência da escrita em prol do candidato Jarbas Maranhão não se trata apenas de “anunciar de que lado o jornal está” mas influenciar os eleitores sobre em quem esses deveriam votar.

Pinsky (2008) ao propor uma discussão a respeito do uso dos periódicos como fontes, nos traz uma importante referência citando um texto pioneiro de Ana Maria de Almeida Camargo (1971, p. 226, apud PINSKY, 2008, p. 117):

Corremos o grande risco de ir buscar num periódico aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha, ou um texto inteiro de uma realidade (...). Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as "confirmações" de suas hipóteses - e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a

⁶⁸ GENRO FILHO, Adelmo. Op. Cit., pp. 137-152.

endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa.⁶⁹

Entendemos tais afirmações como um desafio que enfrentamos em nossas produções historiográficas ao utilizarmos de tais periódicos como fontes. No entanto, as relevantes reflexões de Carmago (1971) além de combater o tolhimento em relação ao uso de tais materiais também nos instiga a utilizá-los. Sobretudo para que possamos olhar para os jornais com mais rigor e com isso tomarmos caminhos mais sólidos em nossas pesquisas, nos distanciando dos reducionismos que por ventura possam colocar em risco certas análises em decorrência de um uso superficial das fontes consultadas.

O comportamento do Jornal Vanguarda também nos proporciona uma compreensão sobre o significado da vitória eleitoral de Cid Sampaio, a dimensão dessa vitória para figura de Lyra Filho e como essa relação de proximidade entre Lyra Filho e Cid Sampaio estabelecida em 1958 contribuiu para a construção de um cenário político favorável a UDN em Caruaru nas eleições municipais de 1959.

No início do ano seguinte a vitória de Cid, antes da confirmação do nome do candidato para o cargo de prefeito, João Lyra Filho declarava não ter pretensões de ser o postulante. Na verdade, trata-se de um entrave ocorrido nos bastidores udenistas, pois o partido possuía outros possíveis postulantes e algumas restrições ao nome de João Lyra por parte de alguns correligionários. Há também um outro fato interessante que vale ser mencionado, que era justamente a falta de manejo na hora de proferir discursos políticos por parte de Lyra Filho. Algo que além de ser abordado pelo Jornal Vanguarda, foi também assumido pelo próprio Lyra anos depois, que condiciona esse fato a questões de formação escolar:

Com o apoio de Drayton Nejain, e demais forças políticas, fui candidato a prefeito de Caruaru [em 1959]. Antes de ter meu nome homologado, fiz sentir aos companheiros que não tinha condições, em termos culturais, para disputar o cargo, pois era um homem de limitada escolaridade, (...) não me faltou o apoio do governador Cid Sampaio.⁷⁰

No entanto, o suposto desinteresse pela candidatura por parte de Lyra Filho na verdade é uma estratégia de discrição e cautela enquanto consolidava seu espaço a partir dos bastidores. Se por um lado, ele possuía uma oratória frágil, por outro Lyra

⁶⁹ PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: 2ª ed. Contexto, 2008, p. 117.

⁷⁰ RODRIGUES, Celso. Op. Cit., p. 138.

era considerado um ótimo estrategista e com uma boa capacidade para atrair apoios e formar alianças.

Sendo assim, o empresário João Lyra possui *capital econômico*⁷¹ importante à sua candidatura, buscará então o apoio de quem deveras tem o *capital político*⁷², neste sentido, ele contou com a ajuda de um importante deputado estadual udenista, Drayton Nejaim. Estabelecida tal aliança, o silêncio foi quebrado no dia 1º de março de 1959, e graças aos apoios conquistados – inclusive de vereadores udenistas da cidade – mesmo diante de algumas restrições João Lyra foi lançado como candidato a prefeito em março daquele ano. Conforme nos mostra a matéria publicada pelo Jornal Vanguarda:

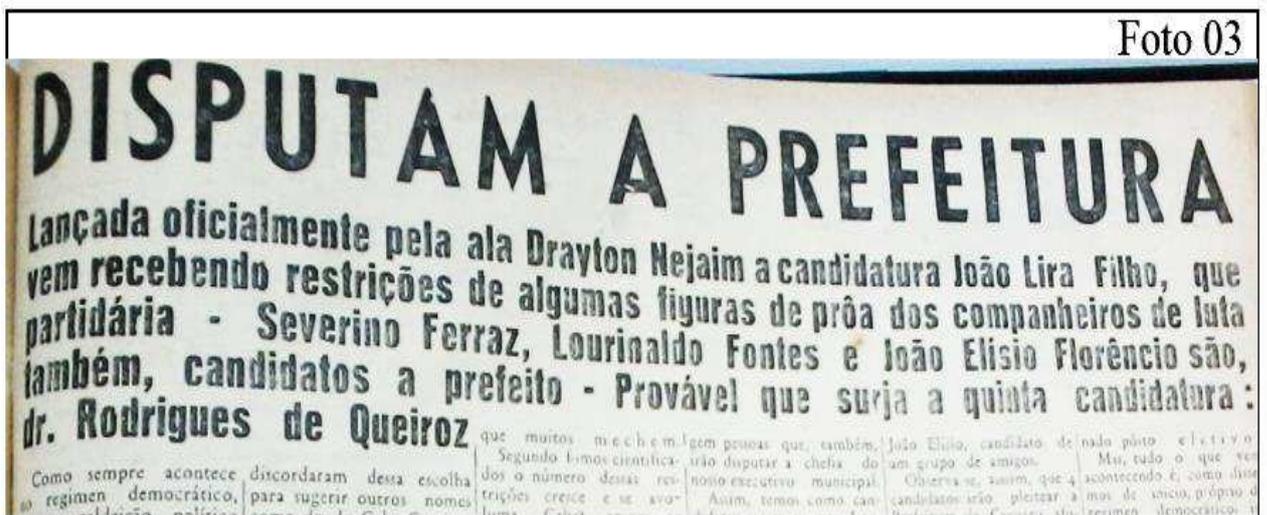


Foto 3: Jornal Vanguarda, 01 de março 1959. Publicada de matéria que confirma o nome de João Lyra Filho como candidato ao cargo de prefeito. “Candidatos que disputam a prefeitura”.

Lançada sua candidatura pela UDN, além do fundamental apoio do deputado estadual Drayton Nejaim, e vereadores caruaruenses, dentre eles Celso Rodrigues. Lyra Filho confirmando o apoio do Governador de Pernambuco, Cid Sampaio, foi criada uma frase de campanha muito significativa e corriqueira naquele contexto eleitoral: “É Cid no governo e João na Prefeitura”.

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**: dimensão simbólica da dominação. Campinas-SP: Papirus, 2000.

⁷² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Mesmo ao lado de vários governistas, o grupo usa da estratégia de colocar-se como “renovação política” e “uma força jovem” no poder. O que nos revela ser uma estratégia contraditória pois o grupo pouco tinha de novo a apresentar, nos palanques ao lado de João Lyra estavam velhas figuras bastante conhecidas no cenário local. Políticos tradicionais e conservadores, tais como Drayton Nejain; o próprio Cid Feijó Sampaio; o prefeito de Caruaru em exercício da época, Sizenando Guilherme de Azevedo; e outros membros que também faziam parte da UDN. Poderíamos dizer que no máximo seria uma “troca de mão no bastão”, já que o governo no máximo passou das mãos de um udenista para um “novo udenista”.



Foto de um palanque do grupo udenista com o slogan de campanha de João Lyra bastante utilizado durante nas eleições para prefeito em Caruaru no ano de 1959.

As construções de personagens e as metamorfoses políticas

Analisar as campanhas eleitorais de modo geral, é também entender que um de seus objetivos é consolidar ou legitimar poder a determinados sujeitos, ou agentes públicos, para que isso ocorra os postulantes agem em diversas frentes, negociando alianças e planejando e executando estratégias que proporcionem aos seus personagens o crédito da representatividade legitimada pelo sufrágio. No que diz respeito à construção simbólica em prol de determinados personagens políticos, Raoul Girardet em sua obra *Mitos e Mitologias Políticas*⁷³ ao discutir sobre essa construção de figuras públicas nos apresenta importantes reflexões sobre o modo de construção de tais personagens, e como esses são influenciados pela cultura política que os cercam. Dentre os personagens construídos pelo autor, um deles é nomeado

⁷³ GIRARDET, Raoul. Op. Cit.

de *Alexandre*, um jovem destemido, criado a partir de inspirações nas atitudes políticas do líder macedônico:

A legitimidade de seu poder não provém do seu passado, não depende do fervor da lembrança, inscreve-se no brilho da ação imediata (...) herói da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega ao ponto de domar a natureza.⁷⁴

Seria leviano e anacrônico de nossa parte, fazermos comparações ou afirmações entre a magnitude de poder imperial do macedônio Alexandre em relação ao cenário político caruaruense que se desenha no final da década de 1950. Nesse quesito, a proposta do historiador francês está colocada em nossas análises para que possamos discutir as relações entre o personagem político e o seu público receptor. Pois o mito político não se trata de uma construção lógica autônoma individualizada e interessada em si mesmo. Muito pelo contrário, o mito passa por um processo de construção em que o mesmo se relaciona com a sociedade sobretudo em busca da empatia coletiva, que é um dos elementos fundamentais para que este possa se legitimar. Sendo assim tais reflexões nos proporcionam algumas evidências que expõem as diversas contradições entre o que estes dizem ser e o que realmente são.

No caso da campanha municipal udenista de 1959, centrada na ideia de renovação política, representada por João Lyra Filho, colocado (por seus correligionários) como um político “jovem, vigoroso e destemido”, alimentará na população a expectativa de que este fará o que for preciso para cumprir seu objetivo de “trazer o progresso” para Caruaru. De fato, esse foi o mote principal de campanha, porém a promoção dessa figura “alexandrina/moderna”, também possui um objetivo secundário (porém não menos importante) que é ofuscar o fato de João está falando ou sendo defendido como “novo” a partir do palanque dos “velhos” governistas, e estando mais próximo do conservadorismo do que da renovação política. Nesse caso, compreendemos que reafirmar com tanta frequência “ser novo” é um exercício retórico para esconder o que há de “mais velho” em si mesmo.

Essa breve análise sobre a conquista do primeiro mandato de um Lyra nos revela algumas singularidades que se fazem presentes nas conquistas posteriores deste grupo, sobretudo no que diz respeito a estratégia de se colocarem como “o novo”, pois trata-se de uma prática que se faz presente muito além desta ocasião. É talvez parte de uma das principais habilidades dos Lyras, que atrelam sob esse

⁷⁴ GIRARDET, Raoul. Op. Cit., p. 75.

discurso uma leitura política pertinente em relação ao contexto social que vivenciam. Utilizam-se dessas estratégias inclusive na construção de suas alianças e posicionamentos (que são bem mais fisiológicos do que ideológicos) para que possa se manter no poder, mesmo sob contextos de rupturas no sistema burocrático eleitoral, ou até nas diversas conjunturas da política brasileira.

O “novo” para esse grupo é utilizado como uma espécie de “casulo político” de suas metamorfoses: Se na década de 1950 com a conservadora UDN utilizando-se retoricamente de um discurso de rejeição ao PSD e PTB (que os udenistas considerava-os como herdeiros políticos do aparelhamento estado-novista) tem obtido diversos êxitos eleitorais na região e no estado, é justamente por caminho que os Lyras chegaram ao poder; e assim como a própria UDN, João Lyra Filho é um novo contraditório e complexo, é velho por ter ideais tão antigos e conservadores como seus opositores, mas também tenta se mostrar como novo em corpos e personagens diante de um eleitorado formado por uma sociedade historicamente sensível a imagem e representação de personagens.

Na segunda metade da “década de 50” a importante pauta social da reforma agrária passa a ser cada vez mais discutida no Brasil. Em 1959 quando a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAAP) obteve êxito em prol da desapropriação do Engenho da Galileia, essa discussão ganhou ainda mais força, influenciando diversos movimentos de trabalhadores do campo para além da região Nordeste. Com a criação das Ligas Camponesas, iniciada em Vitória de Santo Antão-PE, a luta pelas melhores condições de vida do homem do campo não se restringe a relação entre proprietários de terras e trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana, muito pelo contrário, esse debate passou a ser abordado inclusive em dimensões internacionais, inclusive alguns discursos da época associavam as Ligas Camponesas como influenciadas por movimentos comunistas ou inimigos anticapitalistas⁷⁵ (uma consequência de uma disputa ideológica marcada pelo momento e conjuntura global da Guerra Fria e calor da revolução cubana).

Mas diante desse cenário, onde estava João Lyra? Se fez presente como um aliado do governador Cid, que se dizia um “usineiro progressista”, que apoiava os

⁷⁵ Sobre essa narrativa de perigo comunista atrelado aos movimentos em defesa da reforma agrária em Pernambuco, ver: SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em Chamas: A intervenção dos EUA e o Golpe de 1964**. Recife: Cepe, 2016. E ver também CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Medo em cena: A ameaça comunista na Ditadura Militar (Caruaru, PE – 1960 –1068)**. Recife: UFPE, 2015. Tese de doutorado.

“ditos comunistas” – o advogado e deputado Francisco Julião e Miguel Arraes que foi Secretário da Fazenda do Governado em 1959. Porém o discurso e aliança de Cid com a esquerda é frágil e desfeita logo nos primeiros anos de seu governo. Tais conflitos, fazem com que o grupo do governador seja hesitante em entrar na *Galileia* (em Vitória de Santo Antão-PE) durante a visita de Edward Kennedy, irmão do presidente dos Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy. Fatos como esse podem ser notados inclusive no livro de Wandeck Santiago (2016):

Edward queria ver os galileus de perto, conversar com eles. Assim foi feito. Acompanhado do Governador Cid Sampaio e alguns de seus correligionários, Celso Furtado, Ele e sua comitiva seguiram à Liga do Engenho da Galileia (...) Cid foi com Edward até às terras do engenho, mas não o acompanhou até à sede local das Ligas. Eleito com o apoio de uma frente de esquerda em 1958, naquele momento, o governador já estava às turras com os antigos aliados. A esquerda deixara o palanque dele e agora estava na oposição, encaminhando-se a um projeto que elegeria Miguel Arraes em 1962.⁷⁶

Segundo Wandeck Santiago há um estratégico despertar de interesses dos Estados Unidos em relação ao Nordeste brasileiro, sobretudo na própria região do Engenho da Galileia. Algo que se torna mais evidente com os discursos de John F. Kennedy e o desenvolvimento do projeto Aliança Para o Progresso⁷⁷. Um projeto que integrava em agenda programática a necessidade de ajuda humanitária à América Latina (nesse caso em questão ao Nordeste brasileiro), mas que podemos dizer que fez parte de uma estratégia política que professa discursos ideológicos que enalteciam os interesses dos EUA, e se colocavam na posição de protetores que iriam livrar o povo do “perigo do comunismo”⁷⁸.

Outro aspecto levantado por Santiago (2016), é que o governo estadunidense acreditava que caso viesse ocorrer uma revolta popular no Brasil o Nordeste seria a região mais propensa a isso, justamente em decorrências de seus sérios problemas

⁷⁶ SANTIAGO, Vandeck. Op. Cit., 2016, p.98.

⁷⁷ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Informações consultadas acervo digital do CPDOC-FGV, disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>

⁷⁸ Dentre os diversos estudos sobre essa temática, utilizamos das contribuições de CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Medo em cena: A ameaça comunista na Ditadura Militar** (Caruaru, PE – 1960 –1068). Recife: UFPE, 2015. Tese de doutorado.

econômicos e sociais. Disse Kennedy em Carta a João Goulart⁷⁹: “Queremos mudar a face do Nordeste do Brasil e proporcionar uma vida melhor para o seu povo”. Enquanto isso, seu irmão Edward Kennedy durante sua estadia no Brasil, passou dois dias em Pernambuco, além de visitar o Engenho da Galileia, veio à Caruaru, onde também visitou a fazenda do prefeito⁸⁰ da cidade da época.

Diante desse contexto, entre discursos e ações estratégicas (nacionais e internacionais) que envolviam o Nordeste, como agiu politicamente Lyra Filho? Nesse momento, figurando de um “diplomático/gestor”, por vezes colocado pelos jornais locais como o prefeito que representava os interesses dos municípios da região⁸¹, sai de cena a figura do simpatizante das Ligas Camponesas, passando a condição de aliado da agenda



João Lyra Filho presenteia Edward Kennedy com uma peça de arte do Mestre Vitalino: “Boi de Barro”.

norte-americana em prol do desenvolvimento do Nordeste. Ou seja, desse momento em diante, “João” tem mais uma mudança, pois ao atuar em defesa dos interesses dos Estados Unidos e da Aliança para o Progresso tutelada pelos “ianques”, o “udenista progressista” que havia nesse personagem logo se distancia dos “comunistas”, e assim como Cid Sampaio, Lyra Filho rompe com suas alianças estabelecidas com a esquerda. Algo que para o Governador é mais significativo haja vista que sua aliança com a esquerda tinha sido construída desde as eleições estaduais de 1958.

No final das contas, podemos dizer que apenas da segunda metade da década de cinquenta para início da década de sessenta, ou seja em um curto intervalo de

⁷⁹ SANTIAGO, Vandeck. Op. Cit., 2016, p. 116.

⁸⁰ **Foto 04:** João Lyra Filho presenteia Edward Kennedy uma peça de artesanato de Mestre Vitalino, o Boi de Barro.

⁸¹ Além dos discursos dos jornais da época que por vezes contribuíram para essa narrativa, outro fato que fortalece sua posição, ainda que de maneira subjetiva, é que João Lyra foi um dos poucos prefeitos a ser recebido diretamente pelo Edward Kennedy enquanto esteve na capital pernambucana, além disso sua vinda à Caruaru foi alardeada pelos jornais locais de maneira assustadoramente eufórica.

tempo: João Lyra surge como o novo dentro da UDN; se aproxima da ala do partido que estabelece aliança com os comunistas; e logo em seguida volta para o setor mais conservador dos udenistas. Justamente a ala que contribuiu diretamente para minar de vez Governo Jango. Quando se iniciam as movimentações do Golpe, onde está João Lyra? Nesse caso, a leitura e a ação discreta dos Lyras flertam com a omissão de posicionamento político, inclusive no ano de 1964 quando a Família Lyra fortuitamente some ou reduz suas participações/responsabilidades no cenário político. A respeito de tal omissão, Fernando Lyra tenta uma justificativa sob dois aspectos, que seria a imaturidade e que estes estavam afastados para cuidar dos negócios da família. Palavras do próprio em entrevista concedida a historiadora Ana Beatriz Nader:

No ano de 1958, meu pai era concessionário da Ford e depois da Mercedes em Caruaru, entusiasmado com meu desempenho político, candidatou-se a prefeito em Caruaru, elegendo-se. Terminado o mandato em 1963, ele voltou a comandar o negócio da família. Pessoalmente apesar de participar de campanhas políticas [desde 1955] restringia minhas atividades a uma empresa de transporte de passageiro de nossa propriedade. Nesse momento veio o golpe de 1964 e, embora ainda sem muita consciência política, achei tudo aquilo muito estranho.⁸²

Mesmo confessando participar de campanhas desde 1955, Fernando Lyra tenta esconder a experiência política que ele e seu pai acumularam em quase uma década até a chegada do fatídico 31 de março de 1964; ele também não menciona que seu pai e ele foram apoiadores e militantes ativos de outro udenista, João Cleófas⁸³ candidato ao governo do Estado nas eleições estaduais de 1962; outro fator não foi mencionado por Fernando, diz respeito a sucessão municipal de 1963, pois ele e seu pai se recusaram a apoiar a candidatura do ex-vereador de Caruaru que tinha inclusive o apoio de Miguel Arraes⁸⁴, o jornalista Celso Rodrigues, nessa eleição quem acaba sendo o vencedor é o conservador udenista Drayton Nejaim; por fim, Fernando Lyra também não menciona que ele e seu pai, juntos com o governador Cid Sampaio pertenceram à corrente udenista/lacerdista e apoiaram publicamente a eleição de Jânio Quadros em 1960 para presidente.

⁸² NADER, Ana Beatriz. Op. Cit., p. 112.

⁸³ Udenista conservador apontado como um dos políticos financiados pelo mesmo grupo de civis e bancos de capital internacional que contribuíram para consolidação do golpe de 1964. Tais informações podem ser encontradas no Relatório de Arraes, são mais de 10 volumes de diversos documentos e notas fiscais que foram utilizados para instauração da CPI do IBADE/IPES e estão disponíveis no site da comissão nacional da verdade:

⁸⁴ Vale lembrar que, conforme colocamos anteriormente, desde o final da década de 1960 João Lyra já tinha se distanciado dos ditos “comunista” dentre eles, Miguel Arraes.

Sendo assim, a fala de Fernando Lyra trata-se de um discurso em que ele tenta negar suas vinculações com os grupos que ajudaram a instauração do Golpe Civil-Militar no Brasil. Vale dizer que não há nada de inocente nisso, tal prática tem como fim esconder suas responsabilidades e suas ações diretas ou indiretas ao lado dos golpistas que levaram o país a uma ditadura de mais de duas décadas. Tal discurso tenta esconder as contradições entre a prática e a memória de baluartes da democracia que esse grupo, e sobretudo essa família tentam imprimir na população ao longo décadas.

A partir de 1966, há um “outro novo” (ou outro casulo) que despertará agora a metamorfose do Grupo político, trata-se de um marco, pois não é mais João Lyra o único protagonista, mas sim um grupo de políticos do MDB, dando mais espaços aos correligionários – já que antes o protagonismo local era centrado no próprio João Lyra – surgem então figuras importantes ao grupo como Anastácio Rodrigues e José Queiroz de Lima. Mesmo assim, na condição de oposição, trata de uma militância institucionalizada que não passa por cassações de mandatos, mas esse é o “novo caminho”! E o “novo” agora para o Grupo Lyra é o MDB! Que seja então com o projeto dos “Autênticos”! Se esse projeto se torna menor diante do movimento das “Diretas Já”? Mais uma mudança, pois esse será o novo momento do grupo! Se as “Diretas Já” perdem força? Ora, não é surpresa que os Lyras se tornam “moderados/trancredistas”. Afinal, como dissemos anteriormente, uma das principais habilidades desse grupo trata-se de sua leitura social precisa para se metamorfosear e se manter no poder.

Ainda a respeito “desse(s) ciclo(s) do(s) novo(s)” e nossas metáforas a respeito dos casulos das metamorfoses dos Lyras, podemos sintetizar que a utilização dessa estratégia se mantém e os mantém até hoje. E se a “novidade da vez” é o protagonismo feminino na política, teremos então Raquel Lyra “no front”. E sempre que vejo a bisneta do “Sr. Janoca” se colocando como novo, há um poema de Bertold Brecht (1998) que sempre me vem à cabeça, tal poema não se trata de uma análise conceitualmente política, e menos ainda se refere particularidade aos Lyras, mas serve para ilustrarmos e refletirmos sobre os ritos de perpetuação das elites políticas contemporâneas no Brasil.

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. (...) E em torno estavam aqueles que

instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via pessoas que não gritavam. Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros(...).⁸⁵

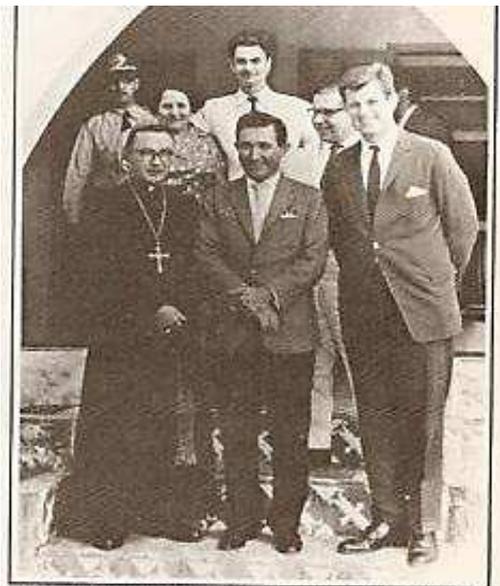
Apresentar os Lyras é também apresentar uma de suas principais estratégias, o discurso do “novo”. É também mostrar que não se trata de algo isolado, mas faz parte de sua capacidade de adaptações políticas, mesmo que essas tenham se consolidado em diferentes conjunturas “o velho novo” reaparece.

A Família Lyra: opositores e/ou correligionários

Drayton Nejaim e Aracy de Souza

Analisar a história política de Caruaru nos últimos 60 anos e não falar sobre Drayton Nejaim é uma tarefa quase impossível, pois trata-se de um personagem bastante expressivo no cenário político local. Inicialmente, podemos dizer que se tem algo que não se encaixa em seu perfil é o lugar de coadjuvantes dentro dos núcleos políticos conservadores que aqui pesquisamos.

No que diz respeito ao Grupo Lyra, seja na condição de correligionário ou de adversário, não há dúvidas sobre a significativa presença de Drayton Nejaim nessa trajetória. Em nossa breve explanação sobre tal personagem, optamos por utilizar da primeira eleição de João Lyra Filho



VISITA DO SENADOR NORTE-AMERICANO EDWARD KENNEDY – Início dos anos 60, Bispo diocesano D. Augusto Carvalho, prefeito João Lyra Filho, senador Ted Kennedy, 1ª dama Guiomar da Fonseca Farias Lyra, deputado Drayton Jaime Nejaim, governador Cid Feijó Sampaio, delegado de Polícia tenente PM Serrano.

(para o cargo de prefeito) em 1959 como referência inicial. Pois mesmo que não se trate da iniciação de Drayton na vida pública, esse momento em questão diz respeito aos primeiros passos entre ele e “um novo” grupo formado dentro da UDN e que se consolidou no cenário político caruaruense ao longo dos anos.

Enquanto João Lyra se submetia a disputar um cargo público eletivo pela primeira vez, Drayton Nejaim já era um deputado estadual bastante influente na

⁸⁵ BRECHT, Bertold. **Poemas (1913-1956)**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

cidade. Tanto que, entre dúvidas e especulações sobre quem seria o candidato udenista, logo após o anúncio de Drayton em prol de João Lyra o nome acabou sendo confirmado para disputar o cargo de executivo municipal (conforme já discutimos anteriormente). Esse fato em si já nos demonstra o poder de decisão ou pelo menos a influência que exercia Drayton Nejaim sobre seus correligionários.

Em 1963 Drayton Nejaim lança sua candidatura a prefeito de Caruaru, porém, nessa ocasião o apoio do então prefeito João Lyra Filho era para candidatura do professor da Faculdade de Direito de Caruaru, Azael Leitão, conhecido na cidade por escrever diversos artigos nas páginas do Jornal Vanguarda de Caruaru⁸⁶, mas a candidatura do professor não se concretizou. Sendo assim, o pleito municipal de 1963 é marcado por um racha no grupo udenista: João Lyra Filho contra Drayton Nejaim. Este que além de migrar para o PSP - Partido Social Progressista⁸⁷ também foi o vencedor daquela eleição com 9.382 votos, dentre os 20.754 votantes⁸⁸. Na ocasião, os candidatos de oposição (a Drayton) derrotados foram Lourinaldo Fontes (2.847 votos) e Celso Rodrigues que mesmo contando com o apoio da Frente Popular⁸⁹, liderada em Pernambuco por Miguel Arraes, não logrou êxito e teve apenas 7.626 votos.

Desde a década de 1950 até início de 1980 Drayton foi um político bastante influente na região. Sua popularidade contribuiu para que sua esposa Aracy de Souza viesse a ser eleita deputada estadual em 1967, passando a ser uma representante dos interesses de Caruaru e do Agreste pernambucano na Assembleia Legislativa do Estado. Mas, foi também com Aracy que Drayton protagonizou um dos fatos mais marcantes (que também pode ser considerado como um dos mais violentos) na

⁸⁶ O Jornal Vanguarda da época possui diversas colunas, inclusive algumas alugadas a políticos e intelectuais locais, no entanto não conseguimos informações precisas a respeito da coluna escrita pelo professor Azael para podermos terminar se esta seria alugada ou parte do editorial Jornal.

⁸⁷ Trata-se de um Partido político de âmbito nacional fundado em junho de 1946 pelo ex-interventor em São Paulo Ademar de Barros, empreendido especialmente por setores liberal-democratas em oposição ao Estado Novo. Porém de progressista não tinha muita coisa, haja vista que seus movimentos eram cerceados por bases partidárias ideologicamente mais conservadoras. Mais informações sobre o PSP, ver o acervo digital da FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-1946>

⁸⁸ Cópia da Ata Final de apuração dos votos das eleições municipais de 1972, disponibilizados via e-mail por: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Pesquisa nº:453/2016. Mensagem recebida por <professorjefferson88@gmail.com> 22 de julho de 2016.

⁸⁹ Não se trata aqui de um conceito clássico para os partidos tradicionais de esquerda que chamam Frente Popular de um governo encabeçados pelos partidos da classe trabalhadora em unidade com a burguesia. Nesse caso, a Frente Popular de Pernambuco é uma coligação de partidos lideras em Pernambuco, inicialmente liderada por Miguel Arraes, mas que existe até hoje, sob o atual comando do PSB.

política caruaruense gerando uma repercussão nacional, fato que inclusive foi lembrado recentemente pelo Jornal Vanguarda de Caruaru ao dar publicidade sobre falecimento da ex-deputada Aracy⁹⁰.

Na ocasião, em 1971, para sermos mais precisos, o então ex-prefeito foi acusado de torturar por 16 dias sua própria esposa, a deputada Aracy de Souza. Segundo a própria vítima, o acusado ainda contou com a complacência da família dele durante seus atos. Sobre esse caso, é possível encontrar a descrição de algumas dessas ações ocorridas em reportagens do Jornal Diário de Pernambuco⁹¹, conforme afirma o periódico, a descrição abaixo foram dadas pela própria deputada Aracy de Souza:

A deputada Araci Nejaim, em declarações que foram gravadas e duraram cerca de duas horas, fez sérias acusações a familiares de Draiton. Afirmou que eles instigaram o ex-prefeito de Caruaru a seviciá-la. A parlamentar acusou ainda doze outras pessoas.

Num dos trechos de suas declarações, a sra. Araci Nejaim comentou, pateticamente: "Draiton só não me matou porque sua mãe pediu que não fizesse isso".

Fontes ligadas ao ex-deputado informaram, ontem, que Draiton Nejaim não se encontra no Recife. Acrescentaram que ele está desarmado e se acha doente. O ex-prefeito caruaruense, acusado de seviciar sua esposa durante 16 longos dias, poderá apresentar-se, a qualquer momento, às autoridades policiais, segundo ainda as mesmas fontes.

Diário de Pernambuco, Recife, 22 de maio de 1971.

Além da extrema violência empregada contra sua própria esposa, a possível motivação que teria levado o udenista a tais ações também despertam bastante atenção, segundo matéria divulgada pelo Jornal Vanguarda⁹², Drayton teria uma fama ambígua na cidade, e em sua popularidade negativa, era acusado de ser viciado em "jogos de mesa". A principal hipótese a respeito dos motivos que o levaram a cometer tais atos, estão relacionados a esse fato, na ocasião, as "dívidas de mesa" teriam chegado ao ponto em que Drayton tentou quitá-las com a venda do mandato de sua

⁹⁰ "Política pernambucana perde ex-deputada Aracy de Souza". Jornal Vanguarda, Caruaru, 24 de março 2012. <http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=10490>

⁹¹ "Aracy faz sérias acusações a familiares de Drayton Nejain". Diário de Pernambuco, Recife, 22 de maio de 1971.

⁹² "Política pernambucana perde ex-deputada Aracy de Souza". Jornal Vanguarda, Caruaru, 24 de março 2012. <http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=10490>.

esposa para o suplente da vez, que seria o senhor Antônio Dourado da cidade de Lajedo-PE, e por Aracy não ter aceitado abdicar de seu mandato de deputada, Drayton a torturou com o obtivo de forçar uma possível renúncia. No entanto, nunca foi comprovado se a dívida de Drayton de fato era com o suplente Antônio Dourado⁹³.

Durante as investigações policiais, segundo as matérias publicadas no Diário de Pernambuco – que foram as principais fontes que utilizamos para falarmos sobre esse fato ocorrido na cidade de Caruaru - a deputada também chegou a acusar outros políticos que estariam envolvidos no caso, como o dep. estadual Armando Monteiro Filho, que chegou a se pronunciar publicamente sobre o ocorrido durante as investigações, negando participação indireta no caso em questão⁹⁴:

Armando Monteiro espera que
CPI apure verdade dos fatos

<p>— Vinte anos de vida pública, limpa e honrada, a serviço do meu Estado e do meu País, me dispensam de responder esta calúnia. Quero, todavia, manifestar a minha confiança de que a Comissão Parlamentar de Inquérito e a polícia de Pernambuco apurarão a verdade inteira deste lamentável e triste episódio. Foi o que declarou, ontem, o indus-</p>	<p>trial Armando Monteiro Filho, sobre as notícias de que a deputada Aracy Nejaim, num dos seus depoimentos, havia envolvido seu nome como cúmplice na trama que seu marido teria preparado para vender seu mandato. NINGUÉM DARÁ CRÉDITO O sr. Armando Monteiro Filho, após afirmar que "não é possível ser levado a</p>	<p>sério a versão noticiada pela imprensa local e do Sul do País, esclareceu que "ela teve como objetivo desviar a atenção do público das verdadeiras causas desse escândalo nacional". E concluiu: "Ninguém dará crédito a esta infâmia que pretende dar conotação política a um episódio que nada me diz respeito, nem ao meu partido".</p>
---	--	---

Diário de Pernambuco, Recife, 22 de maio de 1971.

As sessões de tortura renderam a deputada algumas consequências físicas e psicológicas, ela teve fraturas em alguns dedos das mãos, um trauma em uma de suas pernas, escoriações por todo o corpo e queimaduras de cigarro em seus seios. Depois de meses se recuperando fisicamente, Aracy de Souza retomou seu mandato de deputada estadual, a ALEPE reconheceu que uma carta de renúncia supostamente enviada pela deputada para Assembleia Legislativa durante "seu sumiço de 12 dias" na verdade era falsa, sendo assim, o processo de renúncia foi anulado. Após os acontecimentos, a deputada deixou a vida conjugal que tinha com Drayton Nejaim, e

⁹³ Tais hipóteses estão presentes em diversas matérias do Diário de Pernambuco durante o ano de 1971 e também em matéria publicada pelo Jornal Vanguarda de Caruaru, disponível em sua versão eletrônica, ver: "Aracy faz serias acusações a familiares de Drayton Nejain". Diário de Pernambuco, Recife, 22 de maio de 1971; ver também: "Política pernambucana perde ex-deputada Aracy de Souza". Jornal Vanguarda, Caruaru, 24 de março 2012. <http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=10490>.

⁹⁴ "Armando Monteiro espera que CPI apure verdade dos fatos". Diário de Pernambuco, Recife, 22 de maio de 1971.

mesmo fazendo parte da ARENA, passou a defender o divórcio em seus discursos na ALEPE. Por outro lado, o Sr. Nejaime chegou a ser investigado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, mas no final do processo sendo nossas consultas nos jornais, acabou sendo absorvido, porém não conseguimos encontrar mais detalhes a respeito das alegações que o inocentaram. Também não podemos afirmar se à ausência de informações sobre os detalhes da absolvição foram omitidos propositadamente pelos jornais, ou não foram divulgados pelo poder judiciários a época.

Porém o que nos fica claro é como a cultura política brasileira é historicamente marcada pelo patriarcalismo, e que tais casos assim, evidenciam dois aspectos: primeiro, como o machismo está presente nas diversas relações e não distingue classe social, poder financeiro ou político, nesse sentido, a violência contra a mulher se faz presente sobretudo quando tais figuras questionam ou não se submetem as ordens de seus violentos companheiros, que se colocam na condição de detentores das ações de suas esposas, sendo assim quando questionados, tais homens relevam radicalmente o seu lado mais bárbaro.

O outro aspecto está relacionado a uma espécie de herança eleitoral, no caso em questão, Drayton está vivo e utiliza de seu capital político para eleger sua esposa que – assim como a muitas mulheres no Brasil – sofre com uma dura hegemonia patriarcal nos mais diversos setores sociais, tais práticas de segregação de gênero velado fazem com as mulheres tenham que lidar com mais barreiras para que possam obter uma trajetória política equivalente a dos homens no Brasil. Sendo assim, dentro de uma lógica e cultura conservadora patriarcal, Aracy de Souza que não possui uma trajetória política significativa, enquanto Drayton em suas práticas se coloca não apenas na condição de “dono” de Aracy, mas se coloca também como “dono” de seu mandato.

No final das contas se observamos sob os dois aspectos mencionados, podemos chegar à conclusão que a participação das mulheres na política é um tabu histórico, e que estas além lutar ou militar por capital político enfrentam um outro agravante, que é ir além do rótulo de ser a “candidata de fulano de tal”. Uma estratégia política que também é utilizada sobretudo por filhos, netos e correligionários, porém em determinado momento passa a ser um desafio mais difícil de ser superada quando se trata de uma mulher devido o histórico patriarcalismo presente na cultura política brasileira.

Fato é que Drayton Nejaín não conseguiu perpetuar sua família na vida política caruaruense, diferente da Família Lyra. No entanto, não podemos afirmar que a polêmica envolvendo sua esposa foi responsável pelo fim de sua carreira política já que alguns anos depois, em 1976 para sermos mais precisos, ele consegue ser eleito pela segunda vez prefeito de Caruaru. Nessa ocasião, ele tem como seu adversário um dos principais membros do Grupo Lyra, José Queiroz de Lima. Nesse pleito, Drayton (ARENA) fez sua campanha assumindo os rótulos que historicamente os jornais lhe atribuíam, por diversas vezes os jornais e rádios da cidade se referiam a ele como um político polêmico e destemperado, e nessa eleição que foi posterior ao caso de agressão a sua ex-esposa, ele usou da estratégia de se colocar nessa condição de um “homem bárbaro”, “assanhado”. Trata-se de uma estratégia que obteve êxito, haja vista que ele foi eleito com 20.921 dos 55.550 eleitores aptos a votar, enquanto Zé Queiroz obteve 18.852 votos.

Nas eleições municipais de 1982 com a vitória do mdbista Zé Queiroz, o discurso contra o Regime Militar ganha cada vez mais espaço em Caruaru, membro do Grupo Lyra, ele também fazia defesa a lógica do projeto liberal democratizante, chegando ao ponto de Tancredo Neves vir à Caruaru durante suas viagens em busca de apoio político. A vitória de Zé Queiroz e o declínio Governo Militar são fatores que contribuem para a queda de popularidade do direitista conservador Drayton Nejaím. Segundo a cientista política Perpétua Dantas, em entrevista concedida ao Jornal Vanguarda sobre eleições que mudaram a política local afirma:

No vácuo provocado pelo declínio de Drayton, conquista este espaço o comunicador Tony Gel. Ao mesmo tempo o sucesso da administração de José Queiroz é lançando João Lyra Neto, herdeiro de uma tradição política na cidade e conhecido no meio empresarial, entretanto era desconhecido para grande parte da população.⁹⁵



Imagem de 1976, uma caricatura de Drayton e seu slogan de campanha: “O Assanhado volta para vencer”

⁹⁵ Matéria de Jornal Imprensa: “Eleições que mudaram a política local”. Jornal Vanguarda, Caruaru, 14 de novembro 2009.

Seguindo essa linha de raciocínio há um declínio de popularidade dos simpatizantes do Regime (dentro do próprio núcleo conservador) e que tem como consequência a ascensão de novas lideranças, muitas que inclusive fazem discursos em prol da redemocratização. Sob essa conjuntura nacional, a cidade de Caruaru vivenciou uma nova fase, porém ainda dentro da polarização entre os dois núcleos políticos trabalhados até aqui. Nesse contexto, o declínio político de Drayton em seu próprio grupo gerou a ascensão de uma nova liderança, Tony Gel.

Tony Gel é um radialista bastante popular na cidade por praticar do assistencialismo em seus programas de rádio, ações voltadas a distribuição de colchões, dentaduras e outros objetos, algo que lhe rendia uma certa popularidade, mas também muitas críticas que podem ser divididas em duas frentes: as críticas do seus opositores, de suas de outras estratégias para se legitimar, porém algo não muito distante do que este já praticava; mas também críticas que podemos condicionar as análises políticas, pois tais práticas, podem ser consideradas como ações clientelistas. Normalmente alguns de seus simpatizantes que não eram condicionados a tais serviços passaram a utilizar algumas frases de efeito em respostas às críticas ao radialistas: “Estou com Tony Gel, sem pinico e sem colchão”.

No entanto essa nova cara da direita em Caruaru ainda não era forte o bastante para ganhar as eleições municipais de 1988. Um pleito que foi duramente disputado por José Queiroz de Lima (a esquerda na foto) contra João Lyra Neto (a direita na foto). Vale salientar, que ambos são oriundos do mesmo núcleo político, sendo assim, essas eleições acabam expondo de vez os conflitos internos no Grupo Lyra. Algo que não é novo, porém esse momento ilustra de maneira significativa o desgaste da família



José Queiroz e João Lyra Neto
Foto de autoria do Fotógrafo Leonardo Lima.

em relação a alguns membros que compõem o grupo. Outro aspecto interessante é que essa família também já não conseguia, nesse momento, impor aos seus pares

suas decisões, e que levou nesse momento, a dois membros do mesmo núcleo político disputarem o mesmo cargo.

Anastácio Rodrigues e José Queiroz de Lima

Em 1966, quando o Brasil mergulha ainda mais em um dos períodos mais conturbados de sua história, as ações autoritárias são comuns por parte do Regime Militar, como por exemplo a extinção dos partidos, instauração do bipartidarismo, perseguições, prisões, cassações, interdições ou intervenções em entidades classistas, estudantis e etc. Estando inseridas nesse contexto, as tramas do poder em Caruaru prosseguem capitaneadas por “agentes sem farda”, e mesmo diante desse cenário que colocamos acima, João Lyra Filho se elege deputado federal, e por força do capital político-familiar⁹⁶ seu primogênito Fernando Lyra também é eleito como deputado estadual, ambos pelo MDB.

Dois anos depois, ocorrem as eleições municipais de 1968, o Grupo Lyra consegue emplacar na prefeitura Anastácio Rodrigues (MDB) um de seus principais aliados à época, o primeiro correligionário do grupo – que não possui “Lyra” em seu nome – a chegar a um cargo executivo. Aliás, Anastácio teve uma vitória expressiva com mais de 15 mil votos no universo de apenas 27 mil eleitores, enquanto os outros dois candidatos concorrentes, José Antônio Liberato e Manoel Afonso (ambos da ARENA) juntos somaram aproximadamente 11.900 votos⁹⁷. Nas eleições municipais seguinte, João Lyra Filho (MDB) foi eleito novamente prefeito de Caruaru com 14.475 votos em 1972, assim como ocorreu no pleito anterior a ARENA lançou dois candidatos que saíram derrotados, somados os números dos dois concorrentes estes chegaram a aproximadamente 12 mil votos⁹⁸. Tais dados servem para que possamos ilustrar a força eleitoral que esse grupo político detém mesmo se tratando de um período conturbado como foi a Ditadura Militar e seus dispositivos que funcionavam inclusive para eleger ou fortalecer seus núcleos arenistas por todo o país.

⁹⁶ Sobre o Conceito de capital político-familiar partimos das contribuições de MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArt, 2016.

⁹⁷ Cópia da Ata Final de apuração dos votos das eleições municipais de 1968, disponibilizados via e-mail por: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Pesquisa nº:453/2016. Mensagem recebida por <professorjefferson88@gmail.com> 22 de julho de 2016.

⁹⁸ Cópia da Ata Final de apuração dos votos das eleições municipais de 1972, disponibilizados via e-mail por: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Pesquisa nº:453/2016. Mensagem recebida por <professorjefferson88@gmail.com> 22 de julho de 2016.

A aliança de Anastácio com os Lyras passou por algumas conturbações e atritos durante a estadia deste à condição de prefeito de Caruaru. Anastácio Rodrigues foi o idealizador do primeiro plano diretor da cidade e Distrito Industrial, e tem como um de seus principais focos de sua administração o interesse em potencializar a arrecadação tributária do município. Segundo o jornalista Fernandino Neto⁹⁹, as medidas tomadas são: cobrança de imposto (o que gera um mal-estar com da Associação Comercial de Caruaru, que possui pendências junto a prefeitura) e traçando inclusive um planejamento de combate à sonegação de impostos aos comerciantes, industriais e outros empreendedores. Vale salientar que essas categorias são a base que sustenta o grupo político na cidade. Portanto, se levarmos em consideração a tese de Fernandino Neto, Anastácio possivelmente estaria entrando em rota de colisão com seus aliados.

Ainda segundo o Jornalista, além dessas ações, outro fator que gerou insatisfações (internas ao Grupo e suas alianças) foi o fim de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Caruaru e a Empresa de ônibus Viação Caruaruense. De acordo com relatos do autor (e também do próprio Anastácio) que estão presentes no livro¹⁰⁰, nesse acordo a prefeitura pagava pelas passagens de pessoas que não tinham condição financeiras de se deslocarem para o Recife, porém segundo Anastácio, havia diversas denúncias de que as pessoas estavam trocando passagem por outras coisas nos armazéns locais (comida, bebidas e etc.). Com base nisso ele afirma que rompeu o acordo, porém passou a ceder esse benefício a partir de viagens de trem; com pagamento mensal diretamente empresa que administrava as operações na linha férrea, mediante apresentação da lista dos nomes que utilizaram o serviço, junto aos dados da prefeitura.

Tal fato envolve diretamente os principais líderes do grupo político haja vista que os donatários da empresa são membros da Família Lyra, que segundo o próprio Anastácio “não ficaram nada satisfeito” com a medida. Mesmo diante dos casos acima, o grupo e Anastácio se mantêm juntos, e o planejamento continua de fazer de João Lyra Filho seu sucessor também. No entanto, ao analisarmos o livro do ex-prefeito Anastácio Rodrigues, nos evidenciam duas coisas: primeiro um conflito interno gerado pela tentativa de interferência na governabilidade de um membro do

⁹⁹ NETO, Fernandino. Anastácio: o eterno prefeito (Vol.2). Recife-PE: CEPE, 2018.

¹⁰⁰ NETO, Fernandino. Op. Cit., p.15-16

grupo; segundo porque tais atenuantes que contribuiriam para que possamos entender um rompimento nas relações políticas entre Anastácio Rodrigues e os Lyras.

A transição de poder de Anastácio Rodrigues para o segundo mandato de João Lyra Filho revela uma disputa interna que contribui com a consolidação de um boicote ao antigo aliado, nas palavras do antecessor de Lyra Filho: “antes de passar o governo eu já estava traído” (p.41). Tal relato, foi extraído do livro de memória de Anastácio Rodrigues, e nessa obra há algumas contribuições a serem levadas em consideração, inclusive relatos que não aparecem nos jornais que pesquisamos, nem nas biografias a respeito dos Lyras. O ex-prefeito expõe traços de um grupo autoritário e centralizado nas decisões da Família Lyra, disposta a anular (politicamente) qualquer ameaça de uma nova liderança dentro de sua própria base.

Em busca de mais espaço, após o racha com os Lyras, Anastácio apoia candidatos arenistas em 1974¹⁰¹, como João Cleófoas para o senado, Ricardo Fuisa para deputado estadual e José Mendonça da cidade de Belo Jardim para deputado estadual, estabelecendo tais alianças e se filiando a a ARENA, em tese seria uma maneira de disputar a hegemonia política com os Lyras, porém Anastácio não obteve êxito nessa mudança de ares pois desse outro lado havia um outro “cacique” chamado Drayton Nejaim.

Porém, durante a leitura deste livro, percebi dois aspectos que norteiam a obra: primeiro, no que diz respeito ao escritor, o jornalista Ferdinando Neto, não pude deixar de notar que ao interpretar determinados contextos ou apresentar algumas situações em sua narrativa, ele me parece por diversas vezes muito parcial, linear e até nostálgico em sua escrita, algo que em certos aspectos podem comprometer análises mais densas se por ventura o pesquisador venha cometer o erro de realizar uma interpretação literal (o que não é o nosso caso) de alguns textos do livro; segundo, nas citações direitas, o ex-prefeito Anastácio – um senhor com mais de 80 anos de idade – aparenta ser um homem muito decepcionado com seus antigos aliados, porém muito lúcido em seus argumentos, pois ao cruzarmos tais falas com nossas fontes maioria dos casos a narrativa têm fundamentos convincentes.

Dentre alguns pontos que há possibilidade de propormos um diálogo entra as nossas fontes, podemos dizer que após 1972 o isolamento de Anastácio Rodrigues

¹⁰¹ Todas as tramas sobre a mudança de partido de Anastácio e seus novos apoios são publicamente declarados em matérias do Jornal Vanguarda do dia 25 de novembro de 1974 e 20 de julho de 1974.

se aprofundou, levando-o ao ostracismo político¹⁰². Segundo falas do próprio ex-prefeito¹⁰³: “Eu não fui o instrumento do grupo [dos Lyras] que me apoiou (...) eu não me afastei da política, eu fui afastado! Na verdade, eu fui traído. A política é terrível e miserável”.

Esse isolamento político nos provocou muita inquietação desde as primeiras leituras a respeito dos Lyras. Curiosidade a parte, há também a omissão do deputado Fernando Lyra¹⁰⁴ em sequer mencionar o nome de Anastácio Rodrigues em seu livro. Mesmo citado diversos aliados em Caruaru no período do Regime Militar em várias entrevistas que foram concedidas pelo deputado e que inclusive foram publicadas em livros, documentários e jornais que tivemos acesso, Fernando Lyra não mencionou o nome do ex-prefeito nenhuma das vezes. Há também o agravante de que durante sua pesquisa escrita da biografia de Anastácio, o Jornalista Fernandino Neto chegou a entrar em contato com Fernando Lyra¹⁰⁵ solicitando que o ex-deputado pudesse participar da obra através de relatos ou respondendo a questões sobre o correligionário de outrora, porém segundo o biógrafo, o ex-ministro da justiça não demonstrou interesse em participar¹⁰⁶

Independente das causas que levaram ao distanciamento de Anastácio em relação ao Grupo, tais circunstâncias à época funcionaram para anular a possibilidade de uma nova liderança (dentro do grupo). Porém no que diz respeito ao presente, a omissão de mencionar o antigo aliado faz parte de uma batalha de memória que busca além de aprofundar o ostracismo de um antigo correligionário, mantê-lo no esquecimento junto com sua atuação política no passado. Se não podemos mensurar com exatidão a sequência e consequências dos fatos ocorridos nessa trama, podemos dizer que os livros biográficos de Anastácio Rodrigues buscam mantê-lo na memória política na cidade de Caruaru, mas também servem de contraponto às narrativas políticas de seus aliados de outrora.

Diferente de Anastácio que entrou em rota de colisão com seus pares, e que acabou se afastando significativamente do cenário político, José Queiroz que também possui uma trajetória muito ligada ao Grupo Lyra, é o político que mais vezes

¹⁰² Expressão utilizada pelo biógrafo de Anastácio, Fernandino Neto que dedicou um capítulo para descrever e citar as memórias de Anastácio sobre esse período, ver: NETO, Op. Cit., 2018, p.10-50.

¹⁰³ NETO, Fernandino. Op. Cit., 2018, p.14.

¹⁰⁴ LYRA, Fernando. Op. Cit., 2009.

¹⁰⁵ Ainda em vida, pois este faleceu no ano de 14 de fevereiro de 2013.

¹⁰⁶ NETO, Fernandino. Op. Cit., 2018, p. 40.

comandou o poder executivo municipal em Caruaru, foram quatro mandatos só como prefeito de Caruaru, e outros mandatos como deputado estadual, além disso também projetou seu filho, Wolney Queiroz (PDT) no cenário político. Wolney teve seu primeiro mandato conquistado no ano de 1993, quando tinha apenas 21 anos de idade e se tornou vereador em Caruaru e vice-presidente da Câmara Municipal, dois anos depois foi eleito deputado federal, cargo que exerce até o presente momento desta pesquisa.

A trajetória política de José Queiroz de Lima não se inicia apenas em 1982 quando vence sua primeira eleição como prefeito. Ainda jovem, ele foi um dos integrantes do secretariado de João Lyra Filho em seu primeiro mandato (iniciado em 1959), assim como Fernando Lyra, Zé Queiroz foi enviado por Lyra Filho para fundação Getúlio Vargas para realização de um curso de administração pública. Durante a Ditadura Militar ele sempre esteve no MDB, enquanto Fernando Lyra era o principal expoente do Grupo Lyra contrário a ARENA em nível nacional, Zé Queiroz protagonizou e participou de diversos embates políticos contra os arenistas locais. Quando chegou o seu primeiro mandato como prefeito, Queiroz tem algumas divergências com o Grupo Lyra, tanto que seu principal concorrente nas eleições da época foi João Lyra Neto, outro primogênito de Lyra Filho.

Antônio Geraldo: Tony Gel

Antônio Geraldo Rodrigues, politicamente conhecido como Tony Gel esteve à frente da prefeitura de Caruaru por dois mandatos, além disso, também já ocupou diversos cargos legislativos federais ou estaduais. Ele é sobrinho de dois importantes membros do Grupo Lyra: Anastácio Rodrigues e Celso Rodrigues. Porém, Tony Gel não se trata de um herdeiro eleitoral de seus parentes, haja vista que ele não teve o declarado apoio político ou militância ao lado de seus tios e também pelo fato de estes já estavam no ostracismo político, sendo assim não havia muito do que “herdar”.

Um dos fatores que Antônio Geraldo utilizou para construir seu personagem político – o Tony Gel – foi esse espaço na emissora de rádio local, onde ele conduzia um programa que doava diversos utensílios e alguns serviços ao seu público ouvinte. A emissora que ele atuava era a Rádio Liberdade de Caruaru, que pertencia ao seu sogro, Luiz José de Lacerda, um empresário natural da cidade de Limoeiro-PE, que morava em Caruaru, é o fundador da rádio ainda na década de 1960.

Mesmo se tratando de um personagem da segunda metade da década de 1980, o surgimento dessa figura pública conhecida como Tony Gel é algo que também

merece destaque devido seu grupo apoiador. Pois assim como João Lyra Filho na década de 50, este também precisou do apoio de Drayton Nejaim (para dar início a sua trajetória política). São tempos, grupos e figuras distintas, mas que obtiveram o apoio do mesmo “padrinho”, o senhor Drayton Nejaim para se destacar no cenário local. Embora que ambos, hoje tentem esconder seu antigo aliado conservador, devido ao fato deste padrinho ter sido um declarado apoiador do regime militar. Nesse sentido, ter ao seu lado um agente que já possua um capital político consolidado é uma prática bastante comum na política caruaruense. Podemos afirmar que a busca por lastro político nos revela simbolicamente o peso do conservadorismo na política caruaruense, uma espécie de tradição política que dificulta a renovação é mantida pelos grupos que estão no poder até hoje em Caruaru.

Uma outra característica significativa em diversos momentos da história política de Caruaru pode ser ilustrada na seguinte frase: Um ex-deputado que se torna prefeito. Podemos considerar tal aspecto como uma colocação plausível que pode ser inserida nas diversas biografias de alguns ex-prefeitos caruaruenses. Pois, assim como o próprio Drayton Nejaim, o comerciante José Queiroz de Lima e o radialista Tony Gel¹⁰⁷ também passaram por experiências semelhantes em suas trajetórias. Mas vale salientar, que não estamos com isso atribuindo esse fator como único e decisivo que possibilitou a tais figuras a chegada ao poder executivo municipal. No entanto, não podemos negar que essa experiência no legislativo estadual ou federal também possibilitou a tais edis um acúmulo significativo de capital político que contribuiu para que pudessem chegar ao cargo de prefeito da cidade.

Para um grupo político se manter no poder ele precisa estabelecer diversas alianças que vão além de relação institucional exercidas por esses grupos quando ocupam um cargo de executivo municipal, estadual ou até federal. Agregar capital econômico, ocupar diversos político/burocráticos nas mais diversas instâncias do Estado, ocupar as principais casas legislativas do País seja através de sua extensão de sua família no poder ou através da relação de apadrinhamento político¹⁰⁸, são ações estratégicas que servem como se fossem os pilares e uma rede de poder que

¹⁰⁷ Antônio Geraldo, mais conhecido na região como Tony Gel é um herdeiro político do grupo político de Drayton após a Ditadura Militar. Entre os diversos mandatos como deputado estadual ou federal, também foi eleito prefeito de Caruaru por duas vezes.

¹⁰⁸ Sobre a discussão a respeito da extensão de poder da elite através da ocupação dos cargos eletivos e burocráticos do estado, o acúmulo de capital político da elite política brasileira e suas relações de parentesco ou parentela ver: MONTEIRO, José Marciano. Op. Cit., 2016.

está muito além de particularidades políticas locais, sendo assim podemos considerar tais aspectos como parte significativa do *modus operandi* utilizado pela elite política brasileira para si manter no poder.

No capítulo seguinte trataremos como tais personagens agem no período do regime militar, e estabelecem suas alianças e estratégias para legitimarem todo esse capital político acumulado. Como a polarização foi útil tanto aos personagens em questão como também não incomoda o regime.

CAPÍTULO III

A DITADURA E OS LYRAS: O SILÊNCIO GRITANTE E A RESILIENTE MILITÂNCIA

As ações nos bastidores da política e suas consequências públicas

Uma das principais características dos regimes ditatoriais é dar suporte legal as suas ações autoritárias, podendo estas, serem legitimadas ou não, por determinadas frações da sociedade que venham a ganhar ou sofrer com os efeitos das práticas governamentais em um regime de exceção. O bipartidarismo, trata-se na verdade, de uma imposição do Regime com o objetivo de controlar a oposição (institucionalizada), que por sua vez contribuiria subjetivamente com outra parte desse Ato Institucional Número Dois, que era retórica de defensores da democracia – professada por diversas vezes, por todos os presidentes militares como mero adjetivo dentro de seus discursos pois na prática isso foi algo que não se vivenciou durante os 21 anos de ditadura. Essas imposições, assim como outras medidas colocadas através dos Atos Institucionais, também contribuíram no sentido de proporcionarem ares de legalidade às ações autoritárias do Regime, consolidando o cerceamento da liberdade de diversos agentes políticos da sociedade brasileira.

Vale destacar que o cerceamento da liberdade não se iniciou em 1966, estas ações políticas já estavam espalhadas por todo o país havia dois anos. O Brasil já estava mergulhado no Regime dado início no golpe civil-militar de 1964, sob a tutela de Marechal Castelo Branco o primeiro dos cinco presidentes do período da ditadura. Escolhido por uma junta militar¹⁰⁹ e tutelado pelo Congresso Nacional, dias após o Golpe e a irregular declaração de vacância¹¹⁰ proferida por Auro de Moura Andrade¹¹¹ contra João Goulart que ainda estava em território nacional, o que já é fato suficiente para classificar tal declaração com ilegal.

Em Pernambuco diversas perseguições eram notórias desde os primeiros momentos do fatídico 31 de março de 1964. Muito antes da implementação do famigerado Ato Institucional Número Cinco (AI-5) – decretado no ano de 1968 que marca o início dos anos de chumbo da Ditadura Brasileira – diversas ações de

¹⁰⁹ A junta era formada pelos oficiais: general do exército Artur da Costa e Silva, o vice-almirante da Marinha Augusto Rademaker Grünewald e o tenente-brigadeiro da Aeronáutica Francisco de Assis Correia de Melo.

¹¹⁰ Comprovadamente irregularidade da vacância, ela foi anulada no dia 21 de novembro de 2013, pelo Projeto de Resolução do Congresso Nacional 4/2013 de autoria dos senadores Randolfe Rodrigues (Psol-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS).

¹¹¹ Senador que Presidia a sessão de Primeiro de Abril de 1964.

barbaridade contra as oposições já ocorriam. Quatro anos antes da fase mais sanguinária do Regime Militar, um dos principais nomes do PCB, Gregório Bezerra, já sofria com as ações de tortura e repressão dos militares, depois de ter seus pés mergulhados em solução de bateria, Gregório foi amarrado a um Jipe do Exército e arrastado por estes que percorreram com o comunista pelas ruas do Recife¹¹². Um dos atos mais emblemáticos e cruéis desse momento tenebroso que se iniciava no país.

Ações como essas não devem ser tratadas como uma mera prisão, ou casos pontuais e até pessoais como tentam induz alguns revisionistas desonestos como Villa (2014), que em seu livro afirma ao leitor que (VILLA, 2014, p.12): “a esquerda construiu uma narrativa de ordem pessoal em defesa da luta armada”. Ele ainda vai mais além, usando de um discurso pueril ele advoga da tese de que as perseguições de 1964 a 68 ainda não caracterizam que vivíamos sob uma ditadura, pois são questões relacionadas a perseguições pontuais¹¹³. Consideramos tais afirmações equivocadas e desonestas, não só com a historiografia brasileira, mas também os fatos históricos do período em questão. Compreendemos que os objetivos iniciais dos golpistas e militares estavam voltadas para desarticular, prender, cassar e perseguir os diversos movimentos sociais e seus líderes, pois seu intuito nesse momento estava centrado em conter qualquer possibilidade de resistência ao golpe, sendo assim as “questões pessoais” não têm o mesmo peso ou relevância das disputas ideológicas e programáticas dos militares em relação a oposição.

No caso de Gregório Bezerra, sua exposição e humilhação, não se restringe ao indivíduo, pois se trata de um dos principais líderes das lutas dos trabalhadores do campo em Pernambuco e um dos camaradas mais respeitado dentro do Partido Comunista Brasileiro. Consoante a tais fatos, não podemos classificar tal evento como uma mera questão de ordem pessoal, haja vista que a ação contra Gregório supera sua condição do sujeito pelo que ele representa para seus pares. É inquestionável que a tortura é um ataque físico e psicológico, porém devemos levar em consideração a profunda mensagem que esse ato de barbaridade está mandando aos seus opositores, trata-se de uma afronta moral e simbólica aos valores da esquerda

¹¹² BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2ª. Edição. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

¹¹³ VILLA, Marco Antônio. Op. Cit., p.12.

brasileira, da dignidade humana, mas sobretudo é uma mensagem para os trabalhadores do campo – o principal seguimento de militância de Gregório Bezerra.

Dentre as diversas ações imediatas dos militares em Pernambuco podemos destacar: destituição do governador Miguel Arraes da Alencar, cercado por militares no Palácio do Campo das Princesas (sede do Governo do Estado de Pernambuco), ele foi preso e forçado a deixar sua função de chefe do executivo estadual logo nas primeiras horas do Golpe de 64; dias depois, o território das Ligas Camponesas em Pernambuco, conhecida como Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão-PE, foi outro alvo das incursões militares, que comungaram dos anseios dos grandes proprietários de terra local que apoiavam o Golpe, consideravam a luta dos trabalhadores do campo em prol do direito à terra como uma atividade perigosa. Essas são algumas ações logo das primeiras horas do golpe em Pernambuco que revelam o caráter violento e autoritário do regime e como suas ações são em pontos estratégicos e não estão limitadas ou focadas em questões de ordem pessoal.

Ações como estas foram comemoradas por Drayton Nejain então prefeito de Caruaru, que estava em seu primeiro mandato (1963-1967), além de não esconder seu apoio ao Golpe de 64, ele enaltecia os militares e seus feitos, que autoproclamaram sua façanha golpista de “Revolução de 1964”. Nessa mesma cidade o outro núcleo conservador nos chama atenção, mas não pelo barulho, e sim pelo silêncio. Somos então provocados a refletir sobre a discricção por parte de João Lyra Filho e Fernando Lyra entre 1964 até as eleições de 1966, costume tratar tal momento como o silêncio gritante.

Esse silêncio é de se estranhar vindo de um grupo que sempre apareceu nos periódicos, nas rádios locais e nas mais diversas formas possíveis, sejam essas menções e aparições em cenários políticos, festas da cidade, assinando balanços econômicos de suas empresas aos acionistas (era uma prática comum na época divulgar tais ações nos jornais), e por fim, apareciam também nas páginas esportivas, pois estavam ligados a administração do time de futebol local, o Central Esporte Clube. Aliás, a condição de Fernando Lyra no cargo de diretor esportivo do Central Esporte Clube trata-se de uma estratégia interessante para tecer críticas à administração de Drayton, onde o principal foco dessas críticas eram justamente a construção do Estádio Municipal, obra iniciada na gestão de Lyra Filho, mas que não teve continuidade com seu sucessor.

Durante toda nossa pesquisa relacionada ao período de 1963 até meados de 1966, as poucas falas políticas dos Lyras que encontramos eram estritamente localistas, voltadas a gestão municipal e propositadamente silenciadas sobre a conjuntura nacional. Consideramos as falas como “propositadamente silenciadas” pelo fato de que Fernando e João Lyra já possuíam um lugar de fala privilegiados por exercerem cargos públicos o que lhes davam espaços em jornais e rádios. Vale salientar também que em nenhum momento foram eles censurados, ameaçados ou perseguidos durante esse período – aliás, durante toda essa pesquisa em arquivos de jornais, livros e até documentos da Comissão Nacional da Verdade¹¹⁴ não encontramos também nenhum Inquérito Policial Militar (IPM) contra um membro sequer da Família Lyra, esses são alguns fatos que nos dão base para que possamos entendermos que essa ausência é proposital e não forçada.

Lyras no MDB: a polarização na política local e a omissão na nacional

Levantar o debate a respeito da Ditadura Militar no Brasil é também tratar de um contexto histórico onde dificilmente era dado aos opositores a oportunidade de proferirem suas críticas aquele sistema, e sem que estes mesmos opositores sofressem com as conseqüentes perseguições. Mesmo levando em consideração essa premissa, não podemos fechar os olhos no diz respeito aos comportamentos daqueles que com base em suas memórias, narram a partir do presente, suas ações passadas como se fossem atos heroicos e de resistência contra as forças antidemocráticas. Porém em muitos casos, tais comportamentos, à época da Ditadura, estavam mais próximos do sistema – que dominou o país durante vinte e um anos – do que oposto a esse mesmo autoritarismo.

Coloca-se contra o Regime não foi um posicionamento imediato e nem tão pouco claro por parte dos membros do Grupo Lyra. Pudemos perceber esse comportamento omissivo inclusive nos jornais¹¹⁵ que relatavam cenário político

¹¹⁴ Pesquisamos no acervo digital da CNV: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html> e também no acervo digital da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (Pernambuco): <https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/index.php/comissao-da-verdade>

¹¹⁵ Não encontramos posicionamentos dos Lyras contra o processo de instauração da Ditadura nos Jornais Vanguarda, Diário de Pernambuco e Última Hora de Pernambuco. Este último que inclusive foi fechado pelo regime nas primeiras semanas de abril de 1964, porém que fazia diversas críticas a oposição anti-janguista incluindo críticas a UDN em no próprio estado de Pernambuco, partido dos Lyras.

brasileiro no ano de 1964¹¹⁶. Nesses periódicos não encontramos sequer uma fala dos Lyras contra “o Golpe” de 31 de março. Um “silêncio gritante” que diante disso, podemos dizer que não está relacionado a censura ou algo semelhante, pois tais figuras também não sofrem com processos que por ventura poderiam levar tais agentes a serem “cassados ou caçados” pelos militares durante os vinte e um anos de governo ditatorial. Na verdade, essa omissão está mais próxima de ser uma ação deliberada, que podemos denominar aqui de “silêncio estratégico”. Sendo assim, esse “silêncio estratégico” além de (in)oportuno está longe de ser uma aversão ao Golpe Civil-Militar propriamente dito, muito pelo contrário, trata-se de ser uma circunstancialidade que se mantém por parte dos Lyras, até a imposição do bipartidarismo e a criação/institucionalização do MDB em 1966.

Nesse segundo momento, que diz respeito a institucionalização do bipartidarismo, são lançadas as candidaturas Lyra Filho (ao cargo de deputado federal) e de seu filho, Fernando Lyra para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), ambos pelo MDB. Por consequência, ainda que de maneira muito tímida, surgem nos jornais algumas falas dos Lyras na condição de oposição. Porém são falas que se refletem mais na condição de oposição a ARENA e sobretudo aos arenistas caruaruenses liderados pela figura de Drayton Nejaim. Sendo assim, ao focar sua atuação na política local sob aquele contexto é também contribuir deliberadamente com a ideia de oposição (consentida) criada pelos próprios militares, e isso parece ser algo que não incomoda tais personagens nos anos iniciais da Ditadura.

Fernando Lyra quando inicia seu mandato como deputado estadual segue seus correligionários mdebistas, adota a postura do partido que segundo o próprio Fernando¹¹⁷: “fazia oposição ao governo, mas não ao regime”. Mesmo levando em consideração a posição dele como membro dos Autênticos¹¹⁸, seu comportamento político e posicionamento menos complacente, ou até mais atuante contra o Regime só veio ocorrer quando se tornou deputado federal, ou seja, apenas a partir de 1970. Antes disso, na condição de deputado estadual, assim como outros parlamentares

¹¹⁶ Vale lembrar que entre 1963 e 1964 a cidade de Caruaru passou por uma eleição municipal que decidiu o sucessor do prefeito João Lyra Filho, e mesmo diante desse contexto de efervescência política na conjuntura nacional e ao mesmo tempo com eleições locais, as falas desse grupo são estritamente voltadas a essa disputa local que foi protagonizada por duas alas da UDN – Grupo Lyra contra Grupo de Drayton.

¹¹⁷ NADER, Ana Beatriz. Op. Cit., p. 115.

¹¹⁸ Ibidem.

moderados de oposição e da situação, Fernando Lyra limita-se a institucionalidade de suas funções, onde não se posiciona de maneira contundente contra a inconstitucionalidade estabelecida, e nem as perseguições iniciais no governo militar, no máximo alimenta-se da polarização estabelecida na política local muito antes do próprio golpe.

Essa relação centrada entre Lyras/MDB vs Drayton/ARENA fortalece as legendas e beneficia os mesmos grupos, haja vista que ambos são remanescentes de uma velha política caruaruense iniciada desde a década de 1950 e que só estavam atuando sob uma nova conjuntura política (o bipartidarismo colocado pelos militares). Algo que na prática não fez com que surgissem novos grupos políticos, e ainda cristalizou os que já comandavam a política local, impossibilitando inclusive o surgimento de novas lideranças que por ventura viessem a surgir a partir de outras siglas partidárias, pois as forças políticas conservadoras que comandavam os partidos tradicionais que atuavam em Caruaru (PSD, PTB e UDN) passam a partir de 1966 a comandarem os dois únicos partidos existentes (ARENA e MDB).

Resistência dos Lyras? Ações e contradições

E se não foi possível encontrarmos ações contundentes deste grupo contra o Golpe de 64 em fontes que registraram o momento em si, ou seja, no “calor da hora” (como atas, anais e jornais da década de 1960), no que diz respeito aos livros de memórias, referentes ao grupo – escrito pelos próprios membros e com diversos depoimentos de outros tantos correligionários – também não aparecem relatos ou menções sobre posicionamentos dos Lyras em relação aos primeiros anos do Regime. Nessas obras o máximo que se pode encontrar são falas que tentam distanciar a Família Lyra do cenário político dos primeiros anos da ditadura, os discursos buscam montar um cenário em que praticamente os Lyras surgiram na política no fim da década de 1960 para o início da 1970. Sendo assim, tais narrativas tentam desassociar a parcela de conspiração e omissão dos Lyras em relação ao Regime, contrariando sua prática histórica com seu discurso retórico de “autoproclamados” baluartes da democracia, pois tais figuras também golpearam, ou pelo menos estavam ao lado dos conspiradores conforme pretendemos mostrar nesse capítulo.

Usando de um exemplo recente e resguardando-se das devidas proporções, podemos estabelecer uma reflexão paralela, apenas a título de comparação, mas que

serve para ilustrarmos como as elites políticas agem de acordo com as circunstâncias que se apresentam. Por exemplo: quando Michel Temer chega ao poder a então prefeita de Caruaru, Raquel Lyra, tomou posicionamento semelhante a de seus familiares décadas atrás¹¹⁹. Durante o processo de Impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, a neta de João Lyra Filho, opta em silenciar-se. E mesmo em tempos de redes sociais, e diversas plataformas de comunicações, não há um posicionamento claro a respeito de tal processo por parte da principal representante do poder executivo caruaruense. O ápice de seu silêncio ou declarações evasivas e pragmáticas se dá quando ela prefere não se posicionar quando foi provocada por boa parte da imprensa pernambucana meses antes da votação do impeachment e nem após a consumação do golpe constitucional. A exemplo disto, o jornalista Inaldo Sampaio¹²⁰ de maneira provocativa, afirma em seu blog de notícias e opiniões que: “Raquel não se considera do governo nem de oposição”. Tal afirmação passa a ser reproduzida por diversas emissoras de rádio e de Tv, porém ela permanece em silêncio.

Vale salientar que não estamos aqui tentando comparar fielmente os dois momentos, pois esses são diacronicamente distintos, colocar tais aspectos objetivamente equivalentes seria anacrônico de nossa parte, porém não há como negar o mínimo de sincronia em tais ações. Sendo assim, estamos levando em consideração que se tratam de momentos distintos, haja vista que um rompe com um sistema democrático, e o outro caso diz respeito a um fato que fere um sistema democrático representativo em processo de consolidação que possui um pouco mais de três décadas de vigência, que foi o caso da ação golpista contra a presidenta Dilma. Ao trazer tal exemplo recente à tona, estamos apenas apresentando de forma ilustrativa como esse grupo analisa os momentos políticos do país de acordo com seus interesses hegemônicos. Tais ações nos ajudam a compreender como o pragmatismo político funciona como uma das principais estratégias de ação da elite brasileira.

¹¹⁹ Na época, João Lyra Filho e Fernando Lyra viviam um outro cenário político, de um outro golpe, que foi o Golpe Civil-Militar que levou o país a Ditadura que Durou 21 anos.

¹²⁰ Declaração de Inaldo Sampaio (Jornalista da CBN – Recife/PE) publicada no dia 19 de julho de 2017 a respeito de Raquel Lyra em relação a sua participação no governo de Michel Temer, inclusive a prefeita tinha confirmado que iria recepcionar o então golpista, porém a visita à Caruaru acabou sendo cancelada pelo então presidente. <http://www.inaldosampaio.com.br/raquel-nao-se-considera-do-governo-nem-da-oposicao/>; acesso 10/01/2019, as 22:00h

Voltando ao período do Regime Militar, há outras questões a serem colocadas em relação a esse contexto político e a atuação dos Lyras. É nítido até para leigos mais atenciosos ao período da Ditadura, que o MDB foi considerado pelos militares como uma “oposição responsável”, sendo assim os opositores mais ferrenhos dificilmente faziam parte da estrutura parlamentar, seja desde as primeiras horas do Golpe ou durante toda a Ditadura os riscos de cassações e prisões eram sempre presentes. Uma situação que os Lyras jamais vivenciaram durante todo os vinte e um anos que o país esteve sob o comando dos militares.

Aliás algumas falas de João Lyra Filho nos fazem refletir sobre os limites dessa atuação/oposição. Dentre seus poucos pronunciamentos, alguns acabam nos chamando mais atenção, como por exemplo, chamar o golpe de “revolução de 1964” por diversas vezes era assim que ele mencionava o ato inconstitucional de 64. Se referenciar ao Golpe como a palavra revolução não se trata de uma matéria isolada de jornal, essa nomenclatura reaparece até na obra de Celso Rodrigues¹²¹ que reescreve algumas falas deste Lyra.

Outro fato que deve ser mencionado diz respeito ao ato de posse de seu segundo mandato como prefeito de Caruaru – em fevereiro de 1973 – Lyra Filho menciona que vai continuar fiel ao MDB, mas afirmar que vai incentivar uma aproximação com a ARENA, diz que buscará o apoio do governo estadual e federal conforme matéria publicada no Diário de Pernambuco¹²². Acumulando as informações a partir de nossas fontes e refletindo a respeito do *modus operandi* do então prefeito à época, ficamos com a sensação de que este encarava os anos de chumbo com certa naturalidade e que estava mais preocupado em estar no poder do que questionar a concepção autoritária de poder da fase mais cruel da Ditadura.

Sendo assim, falar deste emedebista sem críticas ao sistema político, a naturalidade dele em mencionar a possível busca por alianças políticas com o governo autoritário, ao mesmo tempo em que este fez vista grossa para as barbaridades da ditadura não se trata de inocência política ou pragmatismo, entendemos que a palavra correta seria complacência. Haja vista que desde 1968 o Brasil já vivenciava o governo do General Artur Costa e Silva que tinha implementado o quinto ato institucional (AI-

¹²¹ João Lyra Filho chama por algumas vezes se refere ao golpe de 1964 com a palavra Revolução de 1964, ver: RODRIGUES, Celso. Op. Cit., 1999, p. 140.

¹²² Ver: “João Lyra Afirma que vai continuar fiel ao partido”. Diário de Pernambuco, Recife-PE, Caruaru, 1º de fevereiro de 1973.

5), considerado um dos ataques mais duros do Regime Militar contra seus opositores, o decreto afeta desde grupos políticos mais pragmáticos (incluindo parlamentares mais atuantes do MDB) até os movimentos de esquerda considerados pelo governo como subversivos e que já vinha sofrendo diversas baixas desde 1964.

Segundo Nadine Habert (1992):

Quando a década de 70 começou, vivia-se no Brasil o período mais duro da ditadura militar de 1964. Eram os anos de chumbo do general Garrastazu Médici (1969-74). A censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos corria solta. A repressão e o clima de terror que o Estado ditatorial impôs em nome da ‘segurança nacional’ e do ‘combate a subversão comunista’ havia desagregado e reduzido ao silêncio os movimentos sociais. O clima da época estava retratado nos versos – proibidíssimos – de Chico Buarque de Holanda na música ‘apesar de você’.¹²³

Sem dúvida, trata-se de uma década que se inicia hostil a diversas frações de classe e oposição que já vinham sofrendo perseguições do Regime anos antes – sejam elas originárias de alguns setores da burguesia, dos movimentos operários, estudantis, camponeses entre outros – ações que inclusive culminaram com o fechamento das assembleias estaduais (com exceção da Assembleia de São Paulo), da Câmara Federal e do Senado por quase um ano. Algo que por consequência do fechamento também levou a suspensão dos trabalhos legislativos na ALEPE, que assim como todas as assembleias estaduais e federais, só vieram ser reabertas a partir de outubro de 1969. Nesse caso, tanto o deputado federal João Lyra Filho quanto o deputado estadual Fernando Lyra voltaram aos seus respectivos cargos a partir deste ano, pois não tiveram seus mandatos cassados¹²⁴ como outros tantos parlamentares por todo o país.

Sendo assim, fica cada vez mais evidente as contradições entre a prática política dos “emedebistas caruaruenses” com seus relatos de memória: haja vista que o fechamento da ALEPE e da Câmara dos Deputados em Brasília são utilizados como parte de uma narrativa que contribui para lapidar ainda mais o discurso de “resistência aos militares” muito utilizado pelo Grupo Lyra – inclusive em suas campanhas eleitorais recentes – no entanto, a “resistência” destes na época em questão, não aparecia nem no discurso e menos ainda na prática de tais edis. É inegável que o

¹²³ HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992, p.8.

¹²⁴ Ao todo, 333 políticos têm seus direitos políticos suspensos em 1969 (dos quais 78 deputados federais, cinco senadores, 151 deputados estaduais, 22 prefeitos e 23 vereadores).

Congresso Nacional e a ALEPE forçadamente inativas são fatos que evidenciam o autoritarismo dos militares, porém em relação aos deputados “Lyras”, essa ação ditatorial no máximo limitou a atuação institucional destes edis durante certo tempo, possibilitando fortuitamente aos Lyras fortalecerem sua legitimidade política na condição de oposição à Ditadura.

Nas eleições de 1970 Fernando Lyra foi eleito deputado federal, e posteriormente passou a integrar o Grupo dos Autênticos, tais fatores contribuíram para elaboração de um personagem que remonta a ideia de oposição. Se comparado ao seu pai, o dep. Fernando de fato é mais atuante no congresso nacional, porém se analisarmos a prática dos Lyras na conjuntura política da segunda metade da década 1960, no máximo que eles fizeram foi participar da fundação do MDB para continuarem atuando politicamente na cidade e no Estado (e como dissermos anteriormente, suas críticas estavam mais direcionadas aos seus adversários políticos locais, do que direcionada ao Regime).

No entanto, há uma construção *mítica política*¹²⁵ centrada na figura de Fernando Lyra e que é colocada veementemente por seus correligionários – que se autoproclamam como se fossem os defensores da democracia – e estão presentes no livro de memórias de Fernando Lyra, as narrativas de baluartes da democracia são tão enfatizadas por lideranças correligionárias locais que em determinados momentos chegam a soar como algo cômico diante de quem está lendo, narrativas que em suas hipérboles dão tanto “poder aos Lyras” que vão além da condição de protagonistas. Exageros e absurdos que colocam as trajetórias destas figuras próximas das ficções literárias de “jornada do herói” e com um “final feliz”, que seria a conquista da democracia.

Para dimensionarmos aqui como tais relatos são tendenciosos acerca da atuação política deste grupo, pegamos o exemplo de Joaquim Falcão – que foi chefe de gabinete de Fernando Lyra quando este foi ministro da justiça – que faz a seguinte declaração:

J. Borges, patrimônio da cultura pernambucana brasileira, uma vez explicou, O sucesso de sua literatura de cordel devia-se ao fato de que ele ‘batia no sentimento do povo’. O então sentimento da democratização do povo bateu na intuição do político Fernando Lyra, ou vice-versa, que entendeu a latente até então sussurrante ambição presidencial de Tancredo Neves, fez o gesto e entrou para história.¹²⁶

¹²⁵ Sobre construção de mitos políticos ver: GIRARDET, Raoul. Op. Cit., 1987.

¹²⁶ LYRA, Fernando. Op. Cit., 2009, p. 37.

As afirmações excessivamente saudosistas e personalistas de Joaquim Falcão são tão exageradas e até absurdas, que ele chega a propor que o sentimento pela democracia do povo pode ter vindo de Fernando Lyra, ele ainda vai mais além, dando a F. Lyra o poder de consenso entre povo e Tancredo. Sem dúvidas, nesse caso estamos lidando com um discurso memorialista e com certos graus de fantasias e absurdos. Porém, vale mencionar que tal obra não se limita a ser uma mera coleção de hipérboles, muitos menos se trata de um livro possuidor de um saudosismo inofensivo, consideramos “*Daquilo que eu sei*” como uma fervorosa manifestação política construída de declarações de membros do Grupo Lyra, e que dentre seus objetivos, busca enaltecer ao máximo o seu papel de oposição durante a Ditadura Militar. Trata-se também de uma clara tentativa de marcar um lugar de prestígio na memória política da cidade enquanto tenta ofuscar suas omissões e participações em grupos políticos que contribuíram para que fosse possível instaurar a Ditadura do país.

É importante mencionar que esse livro citado foi escrito pós redemocratização, trata-se justamente de dar magnitude as ações institucionalizadas de Fernando Lyra e seus principais aliados como se fosse algo tão radical como uma resistência armada ou um ato de desobediência civil revolucionário. Aliás Fernando Lyra em suas falas trata das ações de resistência armada – e até o movimento das *diretas já* – com descrença e pouca viabilidade em relação a sua capacidade de derrotar o regime, e mesmo indo em nos eventos das *Diretas*, nos bastidores do congresso defendia a tese de que a transição negociada seria o único caminho¹²⁷ possível. Atrelando a saída pragmática e negociada como único caminho, coloca em seu livro o seu grupo na condição de “arautos da lucidez” durante esse processo transição, sendo assim, o que seriam então os outros que defendia as *diretas* para este senhor?

Há nos discursos do dep. Fernando e dos Autênticos do MDB essa exacerbação memorialística sobre seus atos¹²⁸, buscando criar em seu público alvo e nas gerações posteriores a ditadura, a construção mítica de uma alegoria da resistência como um contraponto a ARENA e seus herdeiros políticos. Sendo assim,

¹²⁷ O discurso de consenso colocado em torno de Tancredo Neves é bastante assimilado por Fernando Lyra, uma estratégia de busca impor a ideia de saída única durante o processo e de legitimação do modelo conservador de democracia da elite brasileira. Sobre esse tema ver: CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. Op. Cit., 2018.

¹²⁸ Na entrevista concedida ao Jornalista José Carlos Bardawil, Fernando Lyra fala com orgulho de seus próprios atos, em determinados momentos ele chega a flertar com um certo grau de narcisismo em suas falas. Originalmente essa entrevista foi publicada na revista Senhor no dia 28 de setembro de 1983, mas foi republicada em seu livro. LYRA, Fernando. Op. Cit., 2009, p. 131-147.

tentam reduzir o debate a respeito da ditadura a uma dualidade absoluta, porém pueril, entre os “progressistas do MDB VS o conservadorismo da ARENA”. Aliás, trata-se de uma polarização que em determinados momentos durante a ditadura também era benéfica a ambos, pois se retirarmos as legendas do bipartidarismo, mesmo levando em consideração a diversidade das relações sociais e a complexidade nas mentalidades existentes nas diversas sociedades, que povo não carrega em si esses sentimentos antagônicos ou essa ambivalência sob os mais diversos aspectos da sociedade?

Talvez nossa visão esteja pedindo algo a mais desse grupo, talvez algo que estes não tinham pretensões de ser. Ou que estejamos exigindo a partir de nossas influências do presente e subjetividades pessoais, uma atuação mais energética e até “revolucionária” dos ditos opositores. Fato é que não acreditamos na retórica de oposição responsável ao regime, entendemos tal atuação como oposição consentida, não ao Regime em si, mas a conjuntura política que se apresenta, desde o pré-golpe até a redemocratização. Pois esse grupo tem se caracterizado por seu consentimento nos mais diversos contextos políticos que estão inseridos.

Mitos e ambivalências

Mesmo tendo ciência da possibilidade de outras leituras e interpretações que podemos realizar a respeito do *modus operandi* do grupo Lyra, as “reflexões adilsonianas”¹²⁹ a respeito das ambivalências políticas (a partir da cidade de Belo Jardim-PE) nos ajudam a compreender as razões de tais estratégias:

É preciso insistir na tese de que a polarização entre as famílias Cintra Galvão e José Mendonça significa a própria sobrevivência de ambos. Quais são as grandes diferenças que as separam então do ponto de vista da origem política, das suas práticas e ideias? Eu diria que as diferenças são apenas superficiais, pois no essencial são muito parecidas, já que operam com a mesma lógica – criador e criatura – com os mesmos defeitos e virtudes, a mesma dialética e ambivalência que, no final das contas, favorece a existência de um e de outra. A tese do acordo tácito entre ambos não pode ser vista como um delírio (...). É uma disputa estrategicamente pensada e orquestrada entre os dois grupos, e que somente se acabará quando as pessoas perceberem a necessidade de colocar um fim a esta batalha de espelhos.¹³⁰

¹²⁹ Expressão que se tornou popular nos corredores da FAFICA, no curso de história, instituição onde este professor lecionou por anos, e diversos alunos guardam com carinho essa lembrança, que foi criada para identificar textos, livros, artigos e reflexões do professor Adilson Filho nas diversas plataformas de comunicação que este utiliza.

¹³⁰ ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 223-224.

Trazendo está discussão para o nosso contexto, a polarização é uma estratégica significativa durante o regime por manter os mesmos grupos a frente das únicas legendas possíveis de serem votadas na cidade, e por mantê-los também no poder executivo municipal ou em cargos legislativos estaduais e federais. Ou seja, ora o Grupo de Drayton (ARENA) tem mais espaço na administração pública, ora o Grupo dos Lyras (MDB), no final das contas, os mesmos grupos que possuem trajetórias políticas muito antes do regime, mantêm a estrutura política conservadora que também serve de base para a Ditadura.

Façamos então um questionamento: caso essa polarização não fosse possível, haveria a possibilidade de uma intervenção direta ou até uma nova figura apoiada pelos militares? Ser do MDB em Caruaru necessariamente não significa ser defensor da democracia, no caso dos Lyras nos ficou claro que o mais importante é lutar para manter-se no poder, e para isso é preciso ser protagonista nessas disputas, nesse sentido a batalha de espelhos é estrategicamente útil aos dois grupos durante o Regime, mas também é útil inclusive aos militares, que por nenhum momento vê a estrutura política conservadora ameaçada. Pois nessa batalha de espelhos os militares são a moldura necessária.

Em 1972, quando João Lyra Filho voltou a concorrer ao cargo de prefeito de Caruaru, a figura política montada pelo grupo não se aproxima da representação política de *Alexandre*¹³¹, o “aventureiro destemido” que trabalhamos anteriormente. Retomando as reflexões de Raoul Girardet¹³² sobre a concepção de alguns personagens políticos como base, desta vez, com esse novo cenário que se apresenta, Grupo Lyra enalteceu a importância da figura de um homem providencial, que possa colocar “a cidade de volta aos trilhos”. Nesse contexto, essa construção de um personagem comedido/comprometido não se trata de algo aleatório, pois João Lyra se coloca como a solução necessária para resolução dos problemas no município, como se fosse o dono da dívida política¹³³, pois mesmo sendo do MDB seu poder político lhe dar acesso às instâncias estaduais e federais para que ele pudesse acabar com a histórica crise hídrica na cidade. Algo que nem seu correligionário e nem seu opositor foram capazes de resolver, enaltecendo sua própria

¹³¹ GIRARDET, Raoul. Op. Cit., p.75.

¹³² Ibidem.

¹³³ KUSCHNIR, Karina. Op. Cit.

trajetória política e criticando as recentes gestões esse era um dos principais pilares de sua campanha.

No casulo do novo, novamente ele se metamorfoseou! Desta vez a figura que ficou para trás é a do “homem destemido”, em detrimento do “homem providencial”. O personagem metamorfoseado foi então o do “legislador”¹³⁴, tal qual a figura de *Sólon*, um homem inteligente, experiente, seguro e comprometido com a glória, enaltecendo-se de alguns aspectos de sua trajetória usa de seu passado para legitimar-se. Nesse caso, Lyra Filho também se beneficia da subjetividade e da seletividade da memória da sociedade, algo que Girardet vai chamar de “Mito da Era de Ouro”. Trata-se de uma importante reflexão, que nos fez entendermos a influência da memória na vida do homem e da sociedade de maneira geral, sobretudo como nossa memória é seletiva e como tendemos a esquecer o que vivenciamos de negativo ou o que pouco nos afeta, mesmo que isso possa afetar grande parcela da sociedade. O “mito da era de ouro” atrelado ao personagem de Sólon são beneficentemente bem-sucedidos, haja vista que um torna-se então a base de sustentação do outro, alimentam-se de si mesmos com base em um passado seletivo e memorialístico em detrimento de sua própria legitimidade no presente.

Vejamos então a distinção da figura política utilizada na primeira candidatura de João Lyra Filho: no primeiro cenário (1959), tínhamos uma ascensão política de um empresário que não tinha “um passado político a ser mostrado”, porém tinha os resultados positivos de “uma aposta” que fez na contramão da elite local (que foi a vitória de Cid Sampaio, em 1958). A partir disto, como uma nova liderança política local, mas que continua a representar o conservadorismo, pois como dizia o velho Janoca¹³⁵: “entre antigos e novos udenistas”. Nesse outro cenário, das eleições municipais de 1972, nos deparamos com o regime ditatorial em pleno desenvolvimento (Milagre Econômico; atos de censura intensificados, sobretudo o famigerado AI-5; o ufanismo verde-amarelo fortalecido desde a conquista da Copa do Mundo de Futebol Masculino em 1970, que apropriada pelos militares, funciona como ferramenta ideológica nacionalista), uma conjuntura política que para se fazer oposição pelas vias institucionais ao Regime Militar seria necessária cautela e certa

¹³⁴ Conforme a nossa discussão baseada em Raoul Girardet (1987) a figura do Legislador é representada pelo codinome de Sólon da Grécia Antiga. GIRARDET, Raoul. Op. Cit., p.75.

¹³⁵ Frase de Janoca, pai de João Lyra Filho sobre a UDN, ver: RODRIGUES, Celso. Op. Cit., p. 126.

dose de resiliência, mas para alguns a palavra correta na verdade seria subserviência, sendo assim a figura de destemido não se encaixaria mais nesse contexto.

Há diversos historiadores que têm a Ditadura Militar como seu principal objeto de estudo e arcabouço de suas pesquisas, como por exemplo Marcos Napolitano, mas há também outros que não são especialistas ou não dedicam a sua produção a esse recorte, porém que também escrevem sobre o Regime Militar, como é o caso de Lilia Schwarcz (2015). Em suma, muitos desses historiadores, desde os especialistas aos que fazem breves análises a esse recorte temporal, são enfáticos ao dizer que tínhamos naquela época um partido criado para ser o “partido do sim” (MDB) e o outro o do “sim Senhor” (ARENA)¹³⁶.

Vale acrescentar que o MDB entrou na década de 1970 fragilizado devido o dispositivo militar, o AI-5, que reduziu sua bancada de 139 parlamentares para apenas 70 parlamentares¹³⁷. Ficando evidente que naquele momento a oposição institucionalizada era incapaz de fazer frente aos militares e aos arenistas que majoritariamente dominaram tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal. Diante desse contexto, em Caruaru o Grupo Lyra busca passar a população suas ideias focadas no melhor controle das finanças do município em prol do desenvolvimento econômico, tudo isso sem mencionar a quase que total falta de debate político ou ausência democrática no país. Sendo assim, os grupos locais contribuem para legitimar o sistema ditatorial por estarem acomodados com as disputas estritamente locais que serviam como cortina de fumaça que esconde a pseudodemocracia, enaltecida pela retórica dos ditadores, e que algo não parece incomodar nem arenistas e nem mdbistas locais.

E se em nível nacional os militares “pegam carona” na Copa de 1970, utilizando do futebol (a modalidade de esporte mais popular do país) como ferramenta ideológica em defesa de seus interesses ufanistas, em Caruaru, tal estratégia política também se fez presente no grupo mdebistas. Dentre suas “prioridades” estava a construção do Estádio Municipal, e também o incentivo financeiro ao clube de futebol local, o Central Esporte Clube, que passava por problemas financeiros corriqueiramente. Aliás, tais crises eram por diversas vezes abordado pelos Jornais locais, e essa relação entre futebol e política por diversas vezes acaba colocando nos cadernos de

¹³⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.458.

¹³⁷ Ibidem, p.459.

esportes dos jornais pernambucanos as tramas do clube e os embates entre os grupos políticos.

PRIMEIRO CADERNO DIÁRIO DE PERNAMBUCO — QUARTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1970 11

Central, eterna luta pela sobrevivência

Diário de PE: 04 de março 1970. Publicada de matéria sobre a dificuldade de manutenção do Clube de futebol caruaruense em sobreviver. Chega em sua matéria fazer críticas a prefeitura de Caruaru por não investir mais no esporte considerado importante para o país.

ESPORTES Recife, terça-feira, 5 de março de 1974 — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — Segundo Caderno — 3

Estádio Municipal de Caruaru será uma realidade

Diário de PE: 04 de março 1970. Publicada de matéria enaltecendo João Lyra Filho pela promessa de retomada da construção de um estádio de futebol em Caruaru, e pelo patrocínio da prefeitura ao Time de futebol da cidade.

Dentre as diversas vezes que as páginas esportivas viram um híbrido entre futebol e interesses políticos, ao selecionar e destacar os títulos de tais matérias do Jornal Diário de Pernambuco para que pudéssemos levantar algumas reflexões: primeiro, pelo recorte de tempo de ambas (pois a primeira imagem é de 1970 e a segunda de 1974), tais matérias abordam a questão esportiva em períodos de governantes municipais diferentes em Caruaru, enquanto numa matéria se usou do futebol para criticar o gestor municipal (Anastácio Rodrigues), na outra matéria se enaltece a promessa do respectivo sucessor (João Lyra Filho). Segundo, durante a primeira matéria, o grupo Lyra participava diretamente da administração do Central Esporte Clube, utilizado dessa precarização do futebol local em contraste com o sucesso futebolístico da seleção brasileira em 1970, algo que serve para criticar tanto o ex-prefeito municipal Drayton Nejaim (ARENA) por não investir nesse aspecto, quanto para cobrar seu próprio correligionário Anastácio Rodrigues (MDB) prefeito à época, que vinha tendo alguns atritos políticos com Fernando Lyra. Já na segunda matéria que destacamos o título, se enaltece as iniciativas de João Lyra Filho, prefeito em exercício (1973-1977) em favor do Central Sport Club.

O que estamos propondo aqui não é analisar “quem foi melhor ou pior” em investimentos no aspecto esportivo da cidade. Ao destacarmos tais reportagens, nosso interesse está voltado para que possamos fazer uma reflexão a respeito da

constituição das teias de poder político, e que como estas vão muito além da dinâmica dos ciclos eleitorais ou das reuniões ordinárias que ocorrem no plenário das instituições legislativas ou nos gabinetes. Nessa breve análise, podemos enxergar que essa teia de poder está presente tanto nos meios de comunicação como também em entidades que envolvem parcelas significativas da sociedade, como é o caso de um clube de futebol. Portanto, essa “(oni)presença” de determinados interesses políticos nos diversos lugares de sociabilidade sob as mais diversas formas que lhes forem convenientes, acaba envolvendo grande parte da sociedade em discussões políticas de determinados grupos, porém sem que grande parte dessa sociedade necessariamente tenha que estar falando em eleições.

Nesses dois casos, em específico, que destacamos nos cadernos esportivos da década de 1970, podemos dizer que o futebol estava em segundo plano, nessas e em outras diversas matérias presentes em tais periódicos. Podemos avaliar que tanto o clube quanto os jornais são agentes que fazem parte dessa teia, funcionando como pontes ou linhas que se conectam nas redes de poder, e se tais redes não determinam como o leitor deve agir, pelo menos elas podem induzir o leitor a observar e até optar por determinados grupos presentes nas relações políticas.

Além de nos revelar “certas batalhas indiretas”, essa estratégia também nos traz uma contribuição significativa sobre o papel do agente político e o processo de aceitação de sua imagem pública, minuciosamente criada de acordo com o cenário, que possibilite sua chegada ao poder, a construção de personagens políticos se dá sob diversas frentes. Mesmo que tenhamos a certeza de que bens e serviços essenciais devem ser prioritários a qualquer administrador público, também compreendemos que uma vitória eleitoral não se dá apenas a partir da racionalidade, ou frieza dos dados socioeconômicos, mas eleições também envolvem questões relacionadas aquele momento em si, como valores subjetivos, paixões e a passionalidade dos sujeitos. Nesse sentido, muito mais do que ser oposição, João Lyra queria o poder, e sua rede estabelecia relações em várias frentes, inclusive no campo esportivo, ou melhor dizendo, no futebol.

Sem dúvida, João Lyra teve um papel fundamental na política caruaruense, independente de que lado político estivesse, nota-se nele a figura de um homem cujo legado foi a inserção de seus familiares na política e responsável por “apadrinhar”

outros que se tornaram prefeitos ou deputados, a exemplo de Anastácio Rodrigues¹³⁸ e José Queiroz de Lima. João Lyra Filho foi o “iniciador” de um ciclo político importante para uma parcela da burguesia local que passaria a comandar a gestão da cidade pelas próximas seis décadas.

Juntos, porém separados: Drayton e os Lyras

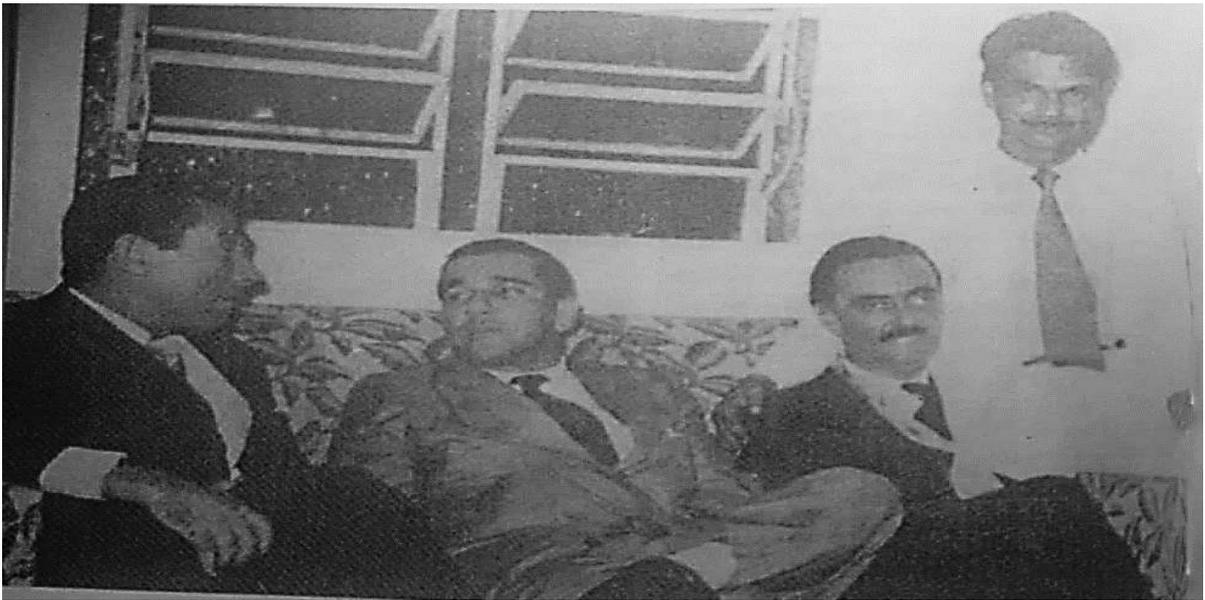
Compreendermos esse silêncio como o “silêncio do casulo”, próximo de uma nova metamorfose. Os lyras estavam mais preocupados em disputar os espaços de poder na cidade de Caruaru do que defender a democracia ou denunciar a inconstitucionalidade do golpe ou a violência de Estado contra as diversas frentes políticas que não concordavam com as arbitrariedades militares. Drayton no comando da prefeitura e alinhado ao governo intervencionista são fatores que contribuem para que ele se coloque a frente da ARENA logo que se estabelece tal formato partidário. Em uma polarização benéfica a ambos os grupos e sua perspectiva estrategicamente localista, a proximidade de Drayton com a ARENA levaria os Lyras (pai e primogênito) a migrar para o MDB. Partindo das discussões de Adilson Filho¹³⁹ sobre ambivalência, na batalha dos dois espelhos, podemos compreender como se dá essa relação que necessita de antagonismos para que possam hegemonizar tais disputas, haja vista que se ambos continuassem simbolicamente alinhados as chances dessas disputas serem quebradas aumentavam, pois como poderiam polarizar uma eleição no mesmo palanque e ainda se dizendo contrários? Como poderiam criticar a agenda programática um do outro se ambos seriam ligados pelos mesmos interesses?

Sendo assim, compreendermos que politicamente os dois grupos têm mais semelhanças do que diferenças: ambos apoiaram o usineiro conservador Cid Sampaio nas eleições de 1958 para o governo do Estado de Pernambuco, nas eleições estaduais seguintes (de 1962) também estiveram ao lado do então candidato João Cleófas para governador, conseqüentemente, também fizeram oposição a Miguel Arraes candidato que venceu esse pleito e era identificado com os movimentos de esquerda, taxado pelos reacionários como comunista que ameaçava a moral e os costumes tradicionais.

¹³⁸ Vale lembrar que Anastácio Rodrigues já tinha sido vereador de Caruaru antes de pertencer ao Grupo Lyra, porém foi através de sua aliança com esse grupo que ele pode ocupar o cargo de prefeito de Caruaru no final da década de 1960.

¹³⁹ ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 201.

Aliás durante sua campanha Miguel Arraes teve que lidar contra o discurso anticomunista¹⁴⁰ que partia de diversos setores da classe média e dos meios de comunicação tradicionais, como o próprio Jornal Vanguarda de Caruaru, o Diário de Pernambuco e algumas instituições religiosas, dentre elas, destacam algumas alas da Igreja Católica ligadas a figuras de Dom Augusto¹⁴¹, que foi um dos principais interlocutores dessas falas, um religiosos que abertamente fazia campanha “contra o perigo comunista que Arraes representava”.



Na foto em sequência da esquerda para direita: Lyra Filho, Cid Sampaio, Jânio Quadros e Drayton Nejaim (foto retirada do Livro: RODRIGUES, Celso. Amo teu Amor, Juliana. Olinda-PE: Polys, 2006.

Mesmo sendo eleito governador de Pernambuco em 1962, Miguel Arraes (PST) foi derrotado nas urnas caruaruenses. Um dos fatores que contribuiu de maneira significativa para esse resultado negativo de Arraes em Caruaru foi a intensa campanha “anticomunista” que ocorreu na cidade por parte dos setores conservadores da sociedade civil. Outro fator que contribuiu para derrota do candidato ao governo do PST Arraes foi a intensa campanha dos udenistas de Caruaru (Grupo Lyra e Drayton Nejaim) em prol de João Cleófas. Aliás, vale lembrar que em nível

¹⁴⁰ Inclusive da Igreja, no caso de Caruaru, destacam-se os vários artigos de Dom Augusto no Jornal Vanguarda e as edições do Jornal A Defesa que pertencia a Igreja Católica. Sobre tais discursos ver: Erinaldo Vicente. **Medo em cena: A ameaça comunista na Ditadura Militar** (Caruaru, PE – 1960 –1068). Recife: UFPE, 2015. Tese de doutorado.

¹⁴¹ Discurso agressivo e sensacionalista anticomunista proferido pelo religioso Dom Augusto e que intitula matéria uma coluna no Jornal Vanguarda de Caruaru do dia 19 de agosto de 1962.

nacional, tanto Drayton quanto os Lyras apoiaram e fizeram campanha em prol da candidatura de Jânio Quadros à presidência da república.

Por fim, outra semelhança entre ambos os dois grupos caruaruenses diz respeito a admiração a figura de Carlos Lacerda, a única diferença entre eles é que após o racha de Carlos Lacerda com os militares, Drayton continuou ao lado destes, enquanto os Lyras se aproximaram da Frente Ampla¹⁴².

Durante a visita de Edward Kennedy ao Brasil em 1960, irmão do presidente dos Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy, Drayton e João Lyra Filho estavam juntos mais uma vez, dividindo os mesmos espaços e agendas em prol da Aliança Para o Progresso, faziam defesa em prol da proposta de “ajuda” do governo do Estados Unidos para combater as mazelas sociais no Brasil. Junto a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) tais projetos tinham sua agenda programática voltada para o Nordeste, em tese suas diversas ações tinham como foco assistência social e técnica, mas também contemplaria a região através do financiamento e obras que pudesse beneficiar diversos setores, inclusive as áreas rurais¹⁴³.

Podemos dizer que uma das principais diferenças diz respeito ao discurso anticomunista¹⁴⁴ do período pré-64, muito forte e assimilado pelos udenistas e que a figura de Drayton Nejaim sempre fez uso de tais discursos mesmo após 1964, porém esse discurso é bem mais discreto nas falas dos Lyras. O que Também não anula a parcela de contribuição destes em conspirar contra o governo Goulart, pois nesse quesito, exclusivamente, eles não diferem. Trata-se da fabricação de uma batalha de memória política que tenta jogar sobre Drayton Nejaim a responsabilidade e o ônus

¹⁴² Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela "restauração do regime democrático" no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários. Informações coletadas no acervo digital CPDOC-FGV, disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao .

¹⁴³ Quando a Aliança Para o Progresso começa a atuar no Nordeste ela está agindo praticamente de maneira conjunta com a SUDENE, porém as disputas de interesses políticos do EUA entram em rota de colisão com as ideias desenvolvimentistas de Celso Furtado, e acabam gerando alguns conflitos nas agendas desses programas, essas disputas geram consequências negativas que diminuem a efetividade de tais projetos. Sobre essas disputas e suas consequências ver: SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em Chamas**: A intervenção dos EUA e o Golpe de 1964. Recife: Cepe, 2016.

¹⁴⁴ CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Medo em cena**: A ameaça comunista na Ditadura Militar (Caruaru, PE – 1960 –1068). Recife: UFPE, 2015. Tese de doutorado.

das ações de todos que de alguma forma contribuíram com o golpe e a ditadura civil-militar.

Os conspiradores

Durante o Regime Militar os Lyras se colocam em lados opostos à Drayton, no entanto no “quesito conspiração” em relação ao presidente João Goulart, ambos dividem essa responsabilidade assim como as mais diversas frações da elite conservadora e tradicionais dos udenistas. Como já dissemos anteriormente, por parte do Grupo Lyra não há discursos acalorados contra “o perigo comunista” nos espaços políticos como nas câmaras legislativas, palanques, no exercício de mandato público ou em eventos oficiais. Sua participação se dá nos bastidores e, sobretudo, através de uma emissora de rádio de alcance para toda região, a Rádio Cultura do Nordeste, emissora que no ano de 1960 chegou a ter como seu diretor/gerente Fernando Lyra. E foi durante essa administração que segundo matéria veiculada ao Jornal Diário de Pernambuco, o jornalista Souza Pepeu foi demitido por ter participado da campanha Lott-Jango¹⁴⁵.

Aliás o engajamento em campanha não era algo novo para esse veículo de comunicação, quando essa emissora de rádio surge em 1959 uma das suas principais funções era política, declaradamente defendia os interesses dos empresários locais e tratava-se de uma das ferramentas de campanha de João Lyra Filho. Algo que essa emissora faz questão de dar publicidade até hoje, estando inclusive, explícito no seu *site*¹⁴⁶:

A Rádio Cultura do Nordeste, foi idealizada pelo rádio-técnico Jaime Mendonça (já falecido), que montou um pequeno transmissor de 25 watts e colocou a emissora no ar ainda de forma irregular. Posteriormente, um grupo formado por empresários da cidade se juntou para fundar a emissora com finalidades políticas. Isso aconteceu em 31 de agosto de 1958 na cidade de Caruaru – a terra da Feira. Passadas as eleições e tendo sido alcançado o objetivo de eleger o empresário João Lyra Filho prefeito de Caruaru, o Grupo não mais tinha o interesse de continuar dirigindo a emissora e foi feito um convite para que os irmãos José Almeida e Onildo Almeida assumissem o novo prefixo da cidade. Os irmãos Almeida trabalhavam como operadores de som da Rádio Difusora de Caruaru e também mantinham um programa de auditório naquela emissora, com um grande respaldo comercial e também de audiência. José e Onildo toparam o desafio e em 1961 arrendaram a Rádio Cultura.

¹⁴⁵ Matéria publicada no Diário de Pernambuco no dia 20 de outubro de 1960, p.02, segundo caderno.

¹⁴⁶ Disponível em <http://radioculturadonordeste.com.br/historico>

Vale salientar que a curta apresentação da emissora não mostra se os Lyras continuam como acionistas até os dias de hoje, mas é fato que a emissora passou a ser administrada por simpatizante do grupo ao longo de décadas¹⁴⁷. Outro fato que desperta nossa atenção a respeito de tal emissora de rádio, está ligada as denúncias realizadas pelo então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, contra o Instituto Brasileiro de Ação Democrata (IBAD):

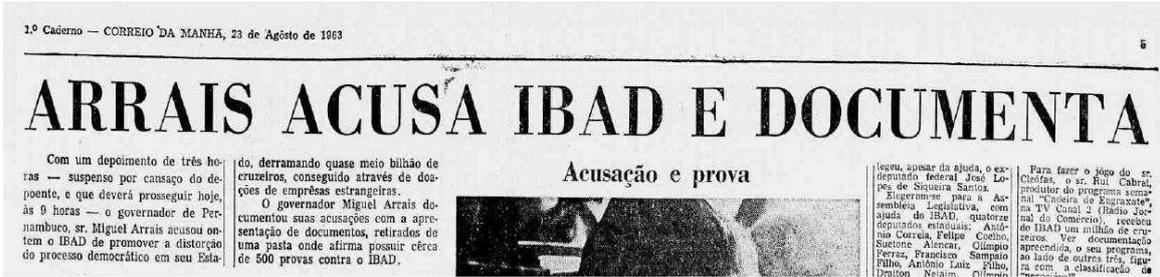
(...)máquina monstruosa de corrupção eleitoral que se tornou conhecida pela sigla tristemente famosa do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Dinheiro em larga escala, veículos do último tipo equipados com alto-falantes, contratos fabulosos com jornais, estações de TV, emissoras de rádio, ofertas em dinheiro e vasto material de propaganda a quantos candidatos à deputação federal ou estadual formassem a seu lado, tudo utilizado com prodigiosa liberalidade, nada se poupou.¹⁴⁸

As diversas denúncias contra o IBAD contribuíram para implementação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou conhecida na história como “CPI do IBAD/IPES”. Graças ao político pernambucano, Miguel Arraes, e a membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), durante as eleições de 1962, foi elaborado por estes, uma espécie de dossiê que continha diversos documentos, notas e recibos a respeito de possíveis recursos para financiamentos de campanhas nas eleições daquele pleito. Tais financiamentos eram considerados como atos irregulares ou ilegais na época por serem financiamentos com uma base ou fluxo considerável de capital estrangeiro. Esse trabalho de levantamento, compilação e de informações detalhadas, elaborado por Arraes, seus apoiadores e estudantes, pode ser considerado como um conjunto de ações que foram responsáveis por rastreamento de nomes de diversas empresas, mídias impressas e radiofônicas que estariam sendo favorecidas financeiramente pelo IBAD e o IPES, com o intuito de intensificarem as campanhas dos candidatos de oposição ao Governo de João Goulart, que estavam se submetendo aos pleitos em todos os Estados as eleições estaduais de 1962¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Até hoje essa influência se faz presente, inclusive o atual secretário de comunicação da prefeita Raquel Lyra é o jornalista Hélio Júnior, um dos colaboradores e um dos principais radialistas da emissora.

¹⁴⁸ Depoimento de Arraes na CPI do IBAD dia 22 de agosto de 1963 na sala da comissão de economia. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> ; acesso em 10/08/2018, às 14:40h

¹⁴⁹ Afirma Miguel Arraes em Depoimento na CPI do IBAD dia 22 de agosto de 1963 na sala da comissão de economia. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> ; acesso em 10/08/2018, às 14:30h.



Matéria do Correio da Manhã do dia 23 de agosto de 1963, que retrata a repercussão nacional que o Governador Miguel Arraes gerou ao denunciar o IBAD/IPES.

Todos os arquivos fornecidos por Arraes (os dados e coleta de depoimentos da CPI do IBAD/IPES) estão disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade. Trata-se de uma significativa quantidade de documentos divididas em 17 volumes que nos foram muito úteis nessa etapa da pesquisa. Ao vasculharmos esse acervo (na versão digital) nos deparamos com o nome da Rádio Cultura do Nordeste, emissora caruaruense como uma das empresas beneficiadas com diversos patrocínios ligados as empresas parceiras do IBAD no Estado que defendiam e financiavam a candidatura do Udenista João Cleófas e outros núcleos de oposição a Jango¹⁵⁰.

São mais de 158 empresas, com diversos pagamentos fracionados e com valores flutuantes, segundo informações da comissão parlamentar de inquérito, a maioria das contribuições vinham de uma agência de publicidade diretamente ligada ao IBAD chamada de **Incrementadora de Vendas Promotion**, que centralizava e distribuía as contribuições financeiras das empresas financiadoras. Essas contribuições também poderiam ser em forma como materiais de escritórios, materiais de construção e outros utensílios que eram fornecidos por outras diversas empresas parceiras dos institutos conspiradores. O volume 7 desta documentação da Comissão Parlamentar de Inquérito, traz detalhes significativos de como funcionava o esquema, os financiadores entre outros favorecimentos e atuações desses grupos, em alguns casos a Incrementadora de Vendas Promotion já avisava de antemão para as emissoras de rádio o que deveria ser publicado, o dia e a hora nas quais certos assuntos deveriam vir à público¹⁵¹.

¹⁵⁰ São diversos pagamentos fracionados entre valores distintos, objetos ou utensílios. Ao final dos 17 volumes dos documentos não podemos afirmar o valor total das contribuições, porém é possível constatar que a maioria das contribuições vinham de empresas parceiras do IBAD segundo informações da própria CPI.

¹⁵¹ Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - IBAD e IPES, volume 07, p. 40-42. Disponível em <https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>.

Sendo assim, através de tais fontes podemos chegar à conclusão de que ações conspiratórias por parte dos Lyras, sobretudo de João Lyra Filho e de Fernando Lyra, não estão contidas em suas falas pro a ditadura como é o caso de Drayton. Mas sim em campanhas pro a de João Cleófas, Lacerda e Jânio, afinal já dizia o velho Janoca: “Aos udenistas tudo”! A atuação desse grupo se faz presente nos bastidores, atuando em conjunto com a emissora de rádio em que dirigiram, perseguindo inclusive funcionário (como foi o caso de Souza Pepeu) que não comungavam das ideias que levaram ao golpe. O “silêncio de 1964 a 65” é estratégico, pois espera para ver se os frutos de suas ações seriam boas ou ruins, assim negariam o monstro que ajudaram a criar.

A influência capital político e econômico dos Lyras

Chegada as prévias para as eleições complementares de 1966 é fundado em Caruaru o MDB e dentre seus membros estavam João Lyra Filho, Fernando Lyra, Anastácio Rodrigues e Celso Rodrigues, figuras que se destacam no grupo e que estavam diretamente envolvidos nas disputas eleitorais daquele ano. Em contrapartida a este grupo estavam os arenistas, que contavam com o apoio do prefeito de Caruaru, à época, Drayton Nejaín, e do governador Paulo Pessoa Guerra – que ficou no lugar de Miguel Arraes quando este foi arbitrariamente deposto da função após o Golpe de 1964. No entanto, o Grupo Lyra nesse momento não fala sobre perseguições políticas¹⁵², censura e outras tantas arbitrariedades que descrevemos anteriormente, mesmo se tratando de uma eleição voltada para perspectiva nacional, que em tese deveria provocar nos postulantes à Assembleia Estadual e a Câmara Federal um debate mais amplo sobre a conjuntura política, porém lançadas as candidaturas de 1966, as discussões locais viram coro e conjuntura nacional sequer é mencionada.

A entrevista de Fernando Lyra ao Diário de Pernambuco¹⁵³ reflete essa prática naquele contexto eleitoral, o então postulante a uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que é também um dos principais líderes do grupo, salienta as seguintes afirmações:

As circunstâncias levaram-me a tomar uma declarada posição contrária à situação municipal por discordar dos métodos que estão

¹⁵²Em nenhuma de nossas fontes encontramos posicionamentos ou falas contra casos de perseguições por parte dos Lyras durante a primeira fase do Golpe (1964-1968).

¹⁵³ Entrevista publicada no jornal Diário de Pernambuco no dia 03 de julho de 1966.

sendo postos em prática (...) não poderia entrar no saco de gatos que é a ARENA em Caruaru. A posição do MODEB me parece muito mais simpática.

Analisando a citação acima, podemos ver no candidato algumas questões muito caras a serem colocadas: primeiro podemos perceber uma naturalidade assustadora com a nova configuração eleitoral (imposta pelo Regime) por parte do entrevistado, e não há por exemplo nenhum questionamento em relação a maneira autoritária que esse bipartidarismo foi colocado a toda sociedade. Com isso, não estamos afirmando essa passividade ou conformismo apenas a partir dessa citação, pois tal prática é algo que se reverbera ao longo de toda a entrevista (que ocupa metade da página do jornal) sem que ocorra por parte do entrevistado nenhum questionamento nem ao sistema e nem aos militares, não há sequer uma crítica indireta nas entrelinhas que pudéssemos captar. Ainda detalhando questões relacionadas a entrevista, “as circunstâncias” que o levaram a não ser da ARENA são meramente administrativas, em suas palavras¹⁵⁴: “é uma administração municipal falha”; segundo, fiz questão de manter em negrito duas palavras citadas no texto da entrevista: “em Caruaru”, pois a crítica de Fernando Lyra está estritamente voltada a ARENA nesta cidade, e durante toda entrevista também não há nenhum questionamento sobre a perspectiva política “do partido dos militares” no sentido mais amplo; a título de esclarecimento, “MODEB” é a nomenclatura que aparecia nos jornais neste período quando se tratava do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), outro fato a ser colocado, é que essa frase final (da citação) também revela a ausência de convicção no partido por parte do entrevistado, não há um engajamento na ideia de ser oposição ao Regime, mas sim de fazer frente a conjuntura local, afinal segundo o próprio Fernando, o MODEB é mais simpático!

Chegado o resultado final das eleições de 1966, João Lyra filho e seu primogênito foram eleitos, mas outro resultado que chama atenção é a expressiva votação de Aracy Nejaim (ARENA) esposa do prefeito de Caruaru na época, é eleita deputada estadual com 10.776 votos, enquanto Fernando Lyra – também eleito como deputado estadual – obteve 5.311 votos, sendo o antepenúltimo na lista dos eleitos. Poderíamos dizer que Aracy foi a mulher mais votada, no entanto esse fato vai mais além, haja vista que ela foi a única mulher eleita, outro fato que vale salientar é que ela foi ficou com a 5ª colocação geral, a frente de nomes conhecidos na política

¹⁵⁴ Idem.

brasileira como por exemplo Marco Maciel, que pertence a uma família-política tradicional no Estado e que também está alinhado com o governo.

Nas eleições daquele ano, Pernambuco contaria com 24 vagas para a Câmara Federal, e dessas o MDB fez apenas 5 deputados, dentre eles João Lyra Filho que obteve 13.765 votos. Tais números revelam a força do personalismo (de Drayton Nejaim e João Lyra) e a relação de parentesco na política, haja vista que a esposa do atual prefeito foi eleita, e o ex-prefeito e seu filho também foram eleitos. Consoante ao que colocamos, é possível afirmar duas coisas: a importância política de Caruaru e região na composição política-administrativa no estado já que trata-se de uma cidade que obteve um expressivo resultado ao conseguir eleger cinco deputados¹⁵⁵; e por fim, como a polarização a partir das disputas locais favorece aos dois grupos, pois estes conseguem emplacar seus postulantes nas eleições estaduais e federais, ao mesmo tempo em que se mantem no poder em Caruaru. Sendo assim o regime militar também serviu para consolidar a política como negócio de família e de seus afilhados políticos. Algo que vai além de Caruaru ou do próprio Regime, conforme nos diz o sociólogo Monteiro (2016):

Famílias políticas e indivíduos que praticamente há um século ocupam no aparelho do Estado os principais cargos e melhores salários (...). Embora em momentos conjunturais esses grupos divirjam entre si e apresentem diferenças pontuais, eles perfazem laços de solidariedade entre si, salienta Bourdieu (2011), pela mesma adesão fundamental pelo jogo do qual eles têm o monopólio e que precisam se perpetuar para assegurar a rentabilidade dos investimentos. Essa solidariedade se manifesta quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. Os agentes das elites disputam posições no campo, mas, ao se sentirem ameaçados por neófitos que queiram entrar na disputa, unem-se assegurando-lhes e pactuando a permanência dos privilégios¹⁵⁶.

Sendo assim, quando não ocorre essa estratégia da elite política em conservar o poder entre seus pares, haverá então a decadência. Conforme nos mostra Adilson Filho ao tratar de figuras em decadência política na cidade de Belo Jardim-PE, Ele nos traz alguns pontos que contribuem nessa questão entre novas lideranças em detrimento de velhos grupos que não conseguem mais se legitimarem diante da conjuntura da Ditadura:

(...) ao entrarem num processo de decadência do qual não conseguem mais se reabilitar politicamente. Uma série de fatores ocorreu para

¹⁵⁵ Nomes dos eleitos para o cargo de deputado federal: pela ARENA foram Tabosa de Almeida e Geraldo Guedes, pelo MDB foi João Lyra Filho. Eleitos para o cargo de deputados (as) estaduais: Aracy Nejain pela ARENA e Fernando Lyra pelo MDB.

¹⁵⁶ MONTEIRO, José Marciano. Op. Cit., p.76.

deslegitimá-los como lideranças, dentre os quais podemos citar: a) falta de recursos suficientes para competirem com a força econômica que dispunham seus adversários; b) ambos não foram prestigiados pelas forças políticas que davam sustentação ao Regime Militar; c) não foram capazes de combater os atuais grupos, através da manutenção de alianças e da fidelidade de seus correligionários, além de não terem renovado seus discursos e práticas políticas.¹⁵⁷

Tomando tais reflexões como base, poderíamos levantar algumas hipóteses que talvez explique o declínio de Drayton Nejjain¹⁵⁸, no final dos anos 80. Seu ostracismo está atrelado a diversas questões: que vão desde o seu isolamento político com o declínio da Ditadura Militar, que o deixou incapaz de agregar e sobretudo liderar novas forças políticas; Drayton também não consegue renovar seu discurso conservador (e até agressivo) diante de um novo cenário que se avizinhava, haja vista que em meados da década de 1980, ganha cada vez mais força a discussão nacional pela redemocratização; por fim, pouco recurso financeiro em relação aos seus rivais, pois não possui tanto capital econômico quando seus históricos adversários e nem conseguiu perpetuar seus familiares na política como foi o caso dos Lyras seus principais concorrentes, aspectos que são de suma importância na consolidação das elites políticas. Em contrapartida, os Lyras e suas rede de poder se mostram consolidados e fortalecidos com o passar dos anos. Com base nas discussões de Pierre Bourdieu, Monteiro (2016) afirma:

As redes sociais e políticas são construídas através de estratégias de investimentos nas relações sociais, possíveis de serem utilizadas como fonte de investimento. O capital social entendido “como conjunto de recursos, efetivos ou potenciais, relacionados com uma posse durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e conhecimento” (BOURDIEU, 1980) depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada uma daquelas a quem ele está ligado. O capital social, assim, exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído pelo próprio e se efetiva através das relações que permitem aos agentes aderirem aos recursos, à quantidade e à qualidade desses.

¹⁵⁷ ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 124.

¹⁵⁸ No caso de Drayton Nejjain apenas levantamos algumas discussões contextualizadas com nosso objeto de estudo (o Grupo Lyra), nosso intuito foi apenas complementar a narrativa que se faz presente em nossa pesquisa. Acreditamos que para uma análise sobre consolidação e declínio de tal figura pública seria necessária uma outra dissertação, espero que outros historiadores possam fazê-la em um futuro próximo.

O capital econômico não define as elites como donatárias do poder público, Mills (1982) levanta um debate importante sobre esse aspecto, afirmando ser inegável que os grupos que compõem as elites do poder possuem um capital econômico considerável, no entanto, o autor vai além desse aspecto, ao diferenciar reputação



Material de campanha de 1959 que demonstrava em poucas palavras o lugar social de Lyra Filho

pública de posição sociopolítica. Sendo assim, a visão de *elite* que o sociólogo trabalha analisa a formação dos grupos que constituem a classe dominante, pois estas “ocupam os postos de comando estratégicos da estrutura social (...) e controlam a máquina do Estado”¹⁵⁹. Deste modo, entendemos que necessariamente a elite **não** é formada apenas por políticos elegíveis, pois estas atuam dentro das relações sociais que formam rede de poder legitimando o casamento entre capital político e econômico que estes possuem.

A Família Lyra possui um poder econômico considerável, aliás desde 1959 essa família expande cada vez mais seu poder financeiro. Além de donatários iniciais de uma empresa de transportes: Viação Caruaru, os Lyras compram outra empresa do ramo, que fazia o percurso Caruaru/Palmares, abrem concessionárias de caminhões e automóveis em Caruaru e Recife. Sua rede de alianças eleitorais se reflete na sua condição de classe, são apoiados por empresários, comerciantes industriais e fazendeiros. Suas metamorfoses ficam no campo dos discursos e nas figuras encenadas a cada cenário eleitoral. Pois se levarmos em consideração sua condição socioeconômica, esta continua inalterada e se reflete em suas administrações.

O final da década de 1960 é marcada pela consolidação do Grupo Lyra na política, via MDB; podemos dizer que foi um grupo de oposição que nada falava e pouco incomodava. Com mandato de 1967 a 71, o deputado federal João Lyra Filho

¹⁵⁹ MILLS, Whight. Op. Cit., p.12

pouco fala, tanto que durante toda nossa pesquisa nesse período a única fala dele encontrada a respeito do regime foi uma modesta colocação que pedia que o Governo Nacional revisse a revogação do desconto de 50% nas passagens de avião para jornalistas. Enquanto isso, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a oposição que contava com 14 deputados declaradamente de oposição à Ditadura Militar ou a ARENA, com o decreto do Ato Institucional Número 5 em 1968, apenas Fernando Lyra e mais quatro deputados de oposição não foram cassados¹⁶⁰. Nem nos jornais, nem nos livros biográfico e autobiográfico dos Lyras não encontramos nenhum ato considerável de movimentação mais significativa dos deputados contra a Ditadura no ano do Ato Institucional número cinco. O pouco encontrado¹⁶¹ diz respeito a uma reunião na Câmara de Vereadores de Caruaru, para tratar de organizar o MDB após a cassação de mandatos no Estado¹⁶², que culminou com a adesão a Frente Ampla em 1968, movimento de oposição liderado pelo “conspirador arrependido” Carlos Lacerda. Ambos retomam seus mandatos em 1970, com a reabertura do Congresso, e como bons burocratas silenciosos, parecem que estão a viver em um Brasil paralelo.

Nas palavras do próprio Fernando Lyra¹⁶³: “Eu não tinha qualquer ideia defina (sic) a respeito dos problemas nacionais, a política pra mim era a disputa local, mesquinha e, no final das contas decepcionante para quem, como eu, esperava mudar as coisas”. Em todas as entrevistas, livros e pronunciamentos dos Lyras a respeito do que tivemos acesso, e que tratam desse momento específico, o discurso é sempre muito parecido, pois tentam condicionar suas atuações a “inexperiência política”. Compreendemos tais falas sobre esse período em questão como uma estratégia de tentar omitir suas devidas responsabilidades. Nesse sentido, a nossa metáfora de silêncio gritante como estratégia política é diagnosticada a atuação desse grupo, pois não há censura nem ao pai e nem ao filho, não há cassação de mandatos, nem IPM ou algo do gênero contra os tais edis, outro fator importante é que o grupo está diretamente envolvido com a política brasileira desde 1958, seja através de apoios políticos, candidaturas e exercendo diretamente mandatos ou cargo públicos comissionados.

¹⁶⁰ LYRA, Fernando. Op. Cit., p.72

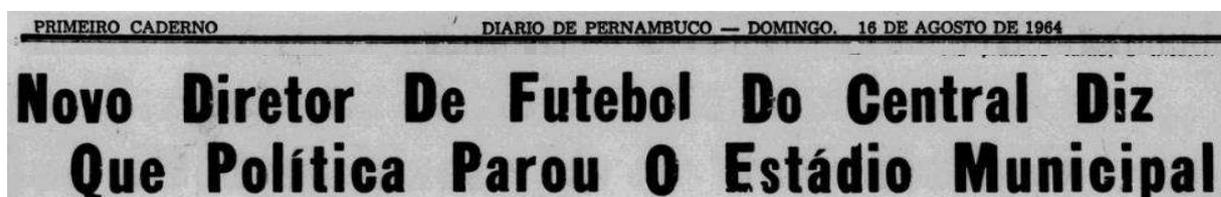
¹⁶¹ NADER, Ana Beatriz. Op. Cit., 114.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ LYRA, Fernando. Op. Cit., p.80.

Podemos dizer que durante esse período o Regime lhes foi útil, assim como foi significativo para muitos membros da burguesia brasileira que apoiaram e silenciaram-se durante a Ditadura, sobretudo em seus anos iniciais. As candidaturas conservadoras (Cid Samapiao, João Cleófas, Jânio e etc), o passado udenista com indícios de conspiração como falamos anteriormente, as relações e exaltações aos EUA e a Família Kennedy e etc. São elementos que fundamentam nossa discordância em relação ao discurso proposto pelo grupo, na medida em que estes colocam a responsabilidade, ausência de posicionamento e apoio ao regime na improvável “inexperiência política”.

Em contrapartida a essa narrativa do grupo, quando se fala em política local, convenientemente, a militância jamais faltou diante da possibilidade ou condição de serem “inexperientes”. Desde 1963 esse grupo esteve na oposição em nas disputas eleitorais em Caruaru, estrategicamente buscam utilizar-se de outros espaços para tecer suas críticas aos situacionistas. Um desses lugares ocupados que nos chamam atenção é a função de diretor de futebol do Central Esporte Clube que foi realizada por Fernando Lyra em 1964.



Título de uma das diversas matérias do Diário de Pernambuco em que F. Lyra criticava a gestão municipal usando de sua função de diretor esportivo do Central Esporte Clube. Matéria publicada em 16 de agosto de 1964.

Não é difícil entender a importância desse espaço como lugar de fala contra o governo: quando João Lyra Filho sai do governo (em 1963) e deixa a construção de um estádio municipal com apenas duas estruturas de ferro montadas para início da construção, ele também passou a cobrar de seu sucessor (Drayton Nejain) a continuidade da obra; por sua vez, Drayton não dá continuidade a obra e nem se preocupa em justificar as razões que o fizeram tomar esse caminho; por fim, Fernando, na condição de diretor, passou então a usar das páginas esportivas¹⁶⁴ não só em razão do Clube, mas também de maneira indireta para criticar a gestão

¹⁶⁴ Principalmente as do Diário de Pernambuco, pois as páginas esportivas do *Jornal Vanguarda* tinham uma perspectiva editorial de focar nos eventos esportivos em si, e com pouco espaço para a política dentro do esporte

municipal a partir de uma obra não continuada, que envolve justamente o futebol, e o Central E. C. que seria diretamente beneficiado com a obra; não menos importante, vale dizer que esse é um dos fatores que viram mote de campanha da oposição para o sucessão de Drayton. Sob o discurso de modernização e progresso, sintonizado com o grupo Lyra, Anastácio Rodrigues (MDB) vence a eleição (1968) contra dois candidatos da ARENA¹⁶⁵.

Tais disputas eleitorais nos revelam alguns traços do modo de agir desse grupo, que elabora uma agenda política a médio prazo superando os ciclos de apenas um mandato ou imediatismo dos sufrágios, estando longe ser “inocente” e menos ainda “inexperiente”. Esse é um planejamento que inclusive dá resultado na sucessão de Anastácio, quando em 1972 João Lyra Filho foi eleito prefeito pela segunda vez. Para que isso fosse possível, uma das principais estratégias está focada no modo que o grupo administra suas relações sociais: as parcerias com entidades e associações classistas, principalmente as que são compostas predominantemente pela elite caruaruense, dentre essas, destacam-se a Associação de Comerciantes de Caruaru, Lojas Maçônicas, os industriais etc. Instituições que possuem na sociedade poder para influenciar os rumos da administração pública.

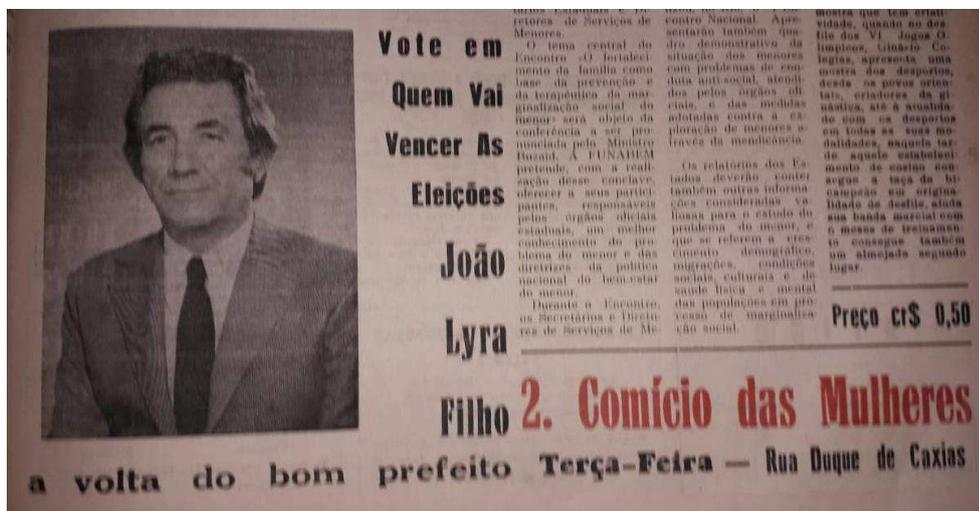


A esquerda na imagem João Lyra Filho, ao centro sua neta, Patrícia (que é filha de Fernando Lyra), a direita está o João Soares Lyra (conhecido como seu Janoca). Matéria de campanha publicada no Jornal Vanguarda de Caruaru no dia 29 de outubro de 1972.

¹⁶⁵ Anastácio 15 mil votos, José Antônio Liberato e Manoel Afonso (ambos da ARENA) juntos somaram aproximadamente 11.900 votos. Dados disponibilizados por e-mail pelo **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Pesquisa nº:453/2016. Mensagem recebida por <professorjefferson88@gmail.com> 22 de julho de 2016.

A hegemonia política de um grupo político não se resume na impessoalidade do capital financeiro, a consolidação das alianças políticas, para um projeto de poder ser legitimado ele também passa por outras questões subjetivas e que contribuem de maneira fundamental no processo de legitimação dos postulantes com as massas, ou melhor, com seus eleitores. No caso da volta de Lyra Filho a prefeitura, além de questões relacionadas ao capital-econômico, há também a construção de um personagem, um gestor providencial que possa dar continuidade ao suposto “progresso” que teria sido retomado por seu correligionário, e impulsionado por ele. Há também a força do capital político-familiar¹⁶⁶, que nessa eleição passa a ganhar ainda mais espaço do que usualmente, quase que em tom apelativo, pois um ano antes das eleições de 1972, a esposa do empresário João Lyra Filho, a senhora Guiomar Lyra tinha falecido.

Naquele contexto, era recorrente aparecer nos jornais, e em matérias de campanhas imagens que buscavam atrelar Lyra Filho a um exímio pai de família, além de tentar utilizar da mulher na condição de uma figura maternal, e que também contribui no sentido de consolidar a ideia de um homem de família que sofre pela perda de sua esposa.



Vote em Quem Vai Vencer As Eleições João Lyra Filho

2. Comício das Mulheres Terça-Feira - Rua Duque de Caxias

Preço cr\$ 0,50

Matéria de campanha eleitoral convidando as mulheres para um comício. Publicada no Jornal Vanguarda de Caruaru no dia 05 de novembro de 1972.

Esse artifício de campanha também pode ser compreendido como uma maneira de indiretamente criticar seu principal rival político (Drayton Nejain), que à época além de não concorrer ao cargo, passava por processo judiciário complicado em que foi indiciado na condição de suspeito por ter torturado sua esposa Aracy

¹⁶⁶ MONTEIRO, José Marciano. Op. Cit., p.171-200.

Nejain, caso que além da repercussão, inclusive gerou em divórcio (conforme já discutimos anteriormente). Portanto, tais fator alimentam ainda mais a teoria dos espelhos: o “homem de família vs o homem irresponsável”; o “homem que perde sua esposa vs o homem que persegue a esposa”, porém ambos enraizados no patriarcalismo. Mesmo que nesse caso não se trata de uma concorrência direta entre esses personagens em questão, as eleições municipais seguintes (1976) confirmam tal polarização, pois Drayton cria uma “espécie de antítese discursiva” em que se colocava como “o louco”, “o assanhado” e acaba vencendo esse pleito contra José Queiroz de Lima¹⁶⁷, um mdebista do Grupo Lyra.

O debate que estamos colocando aqui evidentemente não se reduz ao uso político da morte da própria esposa, longe disso. Nosso objetivo diz respeito ao dinamismo das conjunturas locais e como essas são tratadas pelos principais agentes envolvidos nas tramas, para que assim possamos compreender como tais grupos constroem suas narrativas. Nesse sentido, estamos refletindo sobre: O que o “J. Lyra de 1959” tem de diferente do J. Lyra de 1972? As alianças locais? Tanto em 1959 e quanto em 1972 elas são predominantemente pragmáticas e sob o ponto de vista classista ambos representam os interesses da burguesia e a elite local. Talvez a diferença seja que na primeira passagem era “um novo protagonista” com “velhos lastros políticos” pois sua base era formada por nomes tradicionais da UDN no Estado, enquanto na segunda “um velho protagonista” com “um novo lastro político-econômico”, haja vista que o Brasil vivia o auge do Milagre Econômico e o ufanismo nacionalista.

A diferença então estaria no engajamento política sobre a conjuntura nacional? Tanto “o João de 1959” e quanto o “João de 1972” são predominantemente omissos, se tratando de discutir o pré-Golpe de 64 ou o Regime Militar, o “João de 59” declara apoio a oposição que vem a minar o governo Jango, nesse sentido o “João de 72” finge viver em um mundo paralelo que não se posiciona, além de se referir a Ditadura como Revolução, também aceita passivamente a burocracia e as negociações em busca de recursos. Um comportamento que não incomoda o Regime e que só faz dele o exemplo de oposição que os militares queriam: uma oposição consentida.

¹⁶⁷ José Queiroz que também seria eleito no pleito posterior, nas eleições municipais de 1982 a novidade desse embate seria PDS vs PMDB ambos partidos ainda polarizados pelos mesmo grupos locais, mas que falavam sobre o contexto nacional – como veremos mais adiante.

Muitos que defenderam a queda de Jango talvez não tivessem a capacidade de avaliar o peso histórico desse fato, e as graves consequências de tais ações. Segundo Napolitano (2018):

Ao que parece, todos, conspiradores e governistas, acreditavam que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: Cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente ‘saneado’, como as direitas gostavam de dizer.¹⁶⁸

Seria impossível de nossa parte afirmar o quanto os lyras puderam mensurar suas ações e omissões golpistas, porém podemos afirmar que para os golpistas, omissos, conspiradores arrependidos e até para alguns oportunistas restou a atuação via MDB. Porém há também os que não se arrependem de suas escolhas, um desses seria Drayton Nejaim, que aparece em nossa discussão em três momentos distintos nas disputas políticas de Caruaru¹⁶⁹. Na terceira menção a Drayton Nejaim podemos expor a metamorfose mais repetida do Grupo Lyra, a narrativa de oposição. O grupo que hoje sempre se diz oposição ao sistema imposto pela ditadura, mas que na prática só demonstrava isso na perspectiva local. Essa atuação mais encorpada contra o sistema como um todo, só veio a partir da segunda metade da década de 1970, quando o grupo passa a ter Fernando Lyra como um mdbista na Câmara Federal, como membro dos Autênticos.

Outro aspecto que vale ser mencionado é que o mdbista José Queiroz sempre culpou o Regime e suas artimanhas por sua derrota para Drayton em 1976, aliás ele utilizou-se também desse discurso contra Regime para vencer as eleições de 1982. Portanto, podemos dizer que foi a partir de meados da década de setenta que houve a mudança “mais radical” do grupo, pois este passou a fazer campanhas para além do localismo, criticando o colégio eleitoral, defendendo o fim do Regime. Parafraseando Marcos Napolitano¹⁷⁰, poderíamos de dizer que a partir da metade da década de 1970 foi o período em que a oposição se comportou com tal. A provocação

¹⁶⁸ NAPOLITANO, Marcos. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018, p.67.

¹⁶⁹ A primeira vez, em 1959 como responsável pela confirmação de João Lyra Filho para prefeito; na segunda vez, em 1963 ao lançar seu nome para sucessão do antigo indicado, foi o marco de uma profunda divisão nos antigos udenistas locais; por fim, quando se propõe mais uma vez ao cargo de Prefeito em 1976, uma eleição marcada pela aplicação da Lei Fação. Criada em 1976 durante no governo de Ernesto Geisel, ela tem como objetivo principal limitar a propaganda política no país, os candidatos falavam brevemente sobre eles e existia a oportunidade de debate de ideias. Foi uma resposta do Regime logo após as eleições de 1974 quando a bancada de oposição (o MDB) obteve resultados expressivos na Câmara e no Senado Federal.

¹⁷⁰ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p.247.

que fica aos que se autoproclamaram baluartes da democracia: Por que não fizeram isso antes?

Levando em consideração a atuação de Fernando Lyra como um dos membros dos Autênticos do MDB, um dos principais envolvidos na ideia de anticandidatura¹⁷¹ em 1974 e que assim como Jarbas Vasconcelos e outros mdbistas pernambucanos ele é importante articulador nas instâncias políticas que alcançam o MDB. Podemos afirmar que essas ações são muito tímidas diante das ações de vereadores caruaruenses como Manoel Messias, Souza Pepeu e Chico do Leite, pois quando comparados os poderes políticos de tais edis aos cargos ocupados pelos principais líderes do Grupo Lyra. Esses vereadores denunciavam constantemente a ditadura, os desaparecimentos, as perseguições e possíveis casos de corrupção da gestão municipal (quando chefiada pela ARENA). Tanto que por não se silenciarem diante de tais ações, esses edis locais foram cassados e presos pelo Regime.

Contudo, nosso objetivo não é cobrar dos Lyras um passado esquerdista revolucionário ou passado direitista anexado a uma confissão de culpa de seus atos. Meu objetivo é mostrar a contrapelo tais fatos que não foram ditos nas obras apologéticas e que também não é dito nas mídias pertencentes ou ligadas ao grupo. Pois há um passado cheio de contradições, práticas históricas que não se encaixam nos seus contos clichês e narrativas lineares.

Crise de legitimidade do Regime e a “oposição” que passa a se comportar como oposição

Com a crise de legitimidade dos militares sua administração passou a ser cada vez mais questionada; um declínio que definiríamos simbolicamente como um efeito de uma bola de neve descendo ladeira com alguns homens à frente tentando segurá-la. Essa crise até pode ter um marco inicial, porém não há apenas um fator que levou a isso, muito pelo contrário, há diversos acontecimentos. A exemplo disso, um dos aspectos que se destacam que contribuem para essa crise de legitimidade diz respeito as perseguições e censura na política interna, sobretudo a partir de 1968 quando atingiu a burguesia, classe social que era uma das bases que legitimaram o Golpe de

¹⁷¹ Além de Fernando, outros membros do MDB discutem esse plano. As narrativas dos Autênticos do MDB envolvidos são discutidas pela historiadora: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB**: História oral de vida política. São Paulo: Terra e Paz, 1998.

1964, mas que após o declínio da política econômica passou a fazer uma crítica mais consistente ao Regime.

No entanto, há também outros fatores externos que fazem parte da composição dessa “bola de neve”, por exemplo: um princípio de crise diplomática com EUA que pressionava o Brasil a assinar o Tratado de Não Proliferação Nucleares; os protestos de 1968 no Brasil e no Mundo que levantaram e fortaleceram no mundo a bandeira dos Direitos Humanos e que também contribuíram com essas rugas com os Estados Unidos, que estava sendo pressionado pela opinião internacional por comungar com golpes e regimes ditatoriais, além disso os norte-americanos estavam sendo pressionados por serem um dos responsáveis pela Guerra do Vietnã. Outro aspecto não menos importante diz respeito à Crise do Petróleo de 1973 “empurrou ainda mais a bola de neve”, pois esse fator expôs a fragilidade da indústria e da economia brasileira que naquele momento era dependente do petróleo estrangeiro e do capital internacional.

Se no início da década de 1970 o Regime Militar promoveu um significativo aumento do poder de consumo – sobretudo para a classe média – e um ufanismo nacionalista ganha ainda mais força por pegar carona na conquista do Mundial de 1970. No fim da primeira metade da mesma década, esses mesmos administradores do estado brasileiro não conseguem manter a ascensão do seu Milagre Econômico, nem sequer mantê-lo economicamente estável, seu plano dá início a uma resseção, e num intervalo curto de tempo o Milagre Econômico não conseguiu mais sustentar a tese do seu criador¹⁷² de que esse seria um bolo a crescer para depois ser dividido. Na prática esse plano econômico foi um castelo de areia construído por um pequeno grupo de pessoas, inspirados em planos econômicos que deram certo em outros países e em outras circunstâncias (que é o caso do Japão pós II Guerra), esse castelo de areia estava desmoronando por não levar em consideração os diversos fatores externos como uma conjuntura econômica momentânea favorável¹⁷³.

¹⁷² De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto. Tais informações estão disponíveis no acervo digital do CPDOC – FGV, no site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

¹⁷³ Marcos Napolitano aponta o final da década de 1960 como um período de bonança do sistema capitalista no mundo, e tais fatos contribuíram para o início bem-sucedido do Milagre Econômico que logo entra em declínio. Um problema que se agrava com crise do petróleo que evidenciou a fragilidade da indústria de base brasileira dependente desse produto.

Um desmoronamento que levou com ele a popularidade do Regime, porém se o aprofundamento da crise econômica não pode ser considerado o fator decisivo para o desgaste dos Militares com a sociedade civil, sem sombra de dúvidas é uma atenuante significativa que contribuiu (in)diretamente para que a oposição voltasse a ganhar força no cenário político, e assim aumentasse o poder de representação com as eleições de 1974 via emedebistas contra a Ditadura.

Segundo Napolitano (2014):

A partir de 1974, esboçou-se uma grande frente oposicionista formada por empresários, políticos liberais, políticos de esquerda, movimentos sociais, movimento estudantil (...) A oposição, em todos os seus matizes, estava animada com a derrota do regime, depois de dez anos de uma ditadura que parecia triunfante e invencível. Até a esquerda oriunda da luta Armada, que sobrevivia no exílio e que não tinha muita simpatia pelos processos institucionais, animou-se com as notícias que vinham do Brasil.¹⁷⁴

Fato é que a Ditadura não acabou e nem ficou branda como pensam alguns revisionistas e o editorial da Folha de São Paulo¹⁷⁵. Tanto que como resposta as derrotas eleitorais da ARENA a partir de 1974, o Presidente Geisel além de implementar a Lei Falcão¹⁷⁶, posteriormente também foi o responsável pelo fechamento do Congresso Nacional e pelo Pacote de Abril¹⁷⁷, vale mencionar que as perseguições e prisões foram ações praticadas pela ditadura que persistiram até o último suspiro do governo Figueiredo. Na contramão, podemos dizer que é inegável que graças ao apoio popular¹⁷⁸ a oposição consegue crescer. Napolitano (2014) ao discutir esse contexto afirma:

¹⁷⁴ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 248-249.

¹⁷⁵ A nomenclatura "Ditabranda" foi criada na Espanha por alguns adeptos do revisionismo que debate da ditadura nos anos de 1930, Brasil essa expressão foi recentemente 17 fevereiro de 2009 usada pela Folha de São Paulo, mas também existem historiadores revisionistas adeptos dessa perspectiva que tenta reduzir a barbaridade da Ditadura no Brasil, dentre eles Marcos Antônio Villa. Para uma análise mais profunda sobre o revisionismo na historiografia brasileira ver: A miséria da historiografia

¹⁷⁶ A Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão. Os partidos só poderiam apresentar o nome, número, currículo dos candidatos e uma fotografia, no caso da TV.

¹⁷⁷ O pacote foi um conjunto de medidas baixadas em abril de 1977 depois de Geisel ter fechado o Congresso por não ter conseguido aprovar algumas alterações constitucionais. Dentre elas, estava a criação do senador biônico com objetivo de impedir que o MDB conseguisse ter maioria no Senado. Também estendeu as restrições da Lei Falcão às eleições para os legislativos Municipal e Estadual, alterando o mandato do presidente de cinco para seis anos.

¹⁷⁸ A título de esclarecimento sobre representatividade eleitoral, mesmo considerando que aumentaram de maneira significativa o número de votos na oposição, vale salientar que proporcionalmente o Regime Militar diminuiu a representatividade popular quando comparado o aumento populacional da época. O que significa dizer que o incremento populacional não acompanhou o contingente eleitoral. Segundo dados do IBGE, entre a década de 1960-70 a taxa média geométrica de incremento anual da população foi de 2,89% e entre 1970 e 1980 o patamar foi de 2,49%. Tais dados foram consultados em 22/04/2019 as 22h, no site:

(...) os militares contavam até com o voto nulo, que atraía o eleitorado, mais crítico e educado das grandes cidades, chegando a 30% dos votos. Em 1974 tudo indica que uma boa parte desses votos migrou para oposição. Talvez porque tenha ela se comportado como tal na campanha eleitoral. (...) Entre vários atores políticos, e mesmo entre setores do governo, cresceu a percepção de que o Estado, dominado por um regime autoritário, havia perdido as conexões com a sociedade que, mesmo tutelado e vigiado, se movia por caminhos insondáveis.¹⁷⁹

Em Pernambuco, por exemplo, esse efeito é perceptível quando analisamos os jornais da época, sendo possível notar a presença de uma oposição que muda o tom de tibieza em seu discurso, passando a adotar posicionamentos mais fortes contra o regime. Em Caruaru é possível notar que nas eleições, os quadros mdbistas passam a explorar mais as pautas nacionais e tecendo críticas que não se restringiam ao fator econômico, abordando questões de ordem política eleitoral se colocando em defesa de um estado democrático de direito. Era comum nos jornais diversos discursos em que apareciam frases como: “A nossa luta inclui a constitucionalização do país, pois a saída do atual impasse político-institucional, só há mesmo a reabertura democrática”¹⁸⁰. Analisando tais discursos, podemos refletir sobre o que de fato difere as falas do MDB dessa época com as falas da Ditadura e sua retórica da “abertura, lenta, segura e gradual”.

Essas discussões e críticas a respeito do sistema político nacional que passam a estar presentes nas conjunturas regionais não podem ser vistas com casuísmos na história local, haja vista que elas compõem uma estratégia política estabelecida desde setembro de 1977, quando ocorreu a convenção nacional do MDB que estabeleceu em sua agenda ações em consonância com movimentos populares e instituições¹⁸¹ que passaram a fazer coro em prol da redemocratização. Aliás, essa pauta sobre a redemocratização foi internamente debatida entre moderados e autênticos, grupos mdbistas que não entraram em consenso sobre uma outra agenda que seria a campanha pela assembleia constituinte¹⁸². Podemos dizer que tais conflitos internos

http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1981/populacao_m_1981a_eb_037.xls.

¹⁷⁹ Idem. p.247

¹⁸⁰ Fala de Fernando Lyra em entrevista ao Diário de Pernambuco sobre as pautas do MDB nas eleições de 1976: Pulicado: Diário de Pernambuco, 15 de maio de 1976, p.5

¹⁸¹ Movimentos estudantis, Ordem dos Advogados do Brasil, Confederação Nacional dos Bispos no Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa e etc. São órgão que passam a defender a redemocratização de maneira mais incisiva, quebrando o silêncio mesmo diante do contexto que ainda vigorava o AI-5.

¹⁸² NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 266

não sanados acabam beneficiam os moderados, que estavam mais próximos da transição democrática proposta pela Ditadura.

Aderir pela frente nacional pela redemocratização trouxe para o lado dos emedebistas muitos liberais insatisfeitos, que discordavam da política econômica de Geisel, pois estes acreditavam que o governo militar tinha uma tendência intervencionistas que contrariava seus interesses que estariam voltados para diminuição da participação do estado no setor produtivo primário e na economia de modo geral. Tais liberais aderem então ao discurso da redemocratização, sendo então contrários a permanência dos militares à frente do estado. Nesse sentido, professar a democracia é uma estratégia que funciona como uma lógica que tende a aproximar liberais, estudantes, trabalhadores e os emedebistas.

Contudo, vale salientar que não há apenas um projeto de redemocratização a ser discutido no país naquele contexto, porém a narrativa em torno da democracia liberal obteve mais êxito devido seu conglomerado de instituições, apoio dos meios de comunicação e diversos setores da burguesia, da elite brasileira e de alguns movimentos ligados a esquerda. Enquanto o projeto social democratizante que coerentemente rejeitava a institucionalização da transição e rejeitava a negociata da “transição pacífica” foi duramente defendido pelo Partido dos Trabalhadores acabou sendo estrategicamente silenciada pela elite que opta pela *transição lenta segura e gradual* atrelada ao projeto liberal democratizante como a única saída. Atitude esperada vindo de uma elite que historicamente rejeita o debate e a inserção social e a ampliação da participação política no Brasil.

Portanto, podemos dizer que os liberais em si não têm dificuldade em se alinharem com políticos emedebistas como Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire e o próprio Fernando Lyra para as eleições estaduais, até porque tais figuras fazem parte do ciclo social dos liberais insatisfeitos; são agentes que frequentam os mesmos lugares; participam também de diversos eventos sociais em conjunto, como bailes em clubes, lançamentos de empreendimentos festas em datas comemorativas, relações que podem ser vistas nas “colunas sociais” dos mais diversos jornais que registram tais eventos que são direcionados especificamente aos que tem mais poder político e econômico.

Mesmo diante desse contexto que por ventura levam a ascensão dos mdbistas em uma perspectiva nacional, nas eleições de 1982, em Pernambuco, essas alianças não se refletiram nas urnas, haja vista que o PDS tem uma vitória significativa

elegendos governador e senador do Estado. Na oportunidade os antigos arenistas acabam vencendo algumas das principais lideranças do (P)MDB no Estado – Marcos Freire e Cid Sampaio, então candidatos a governador e senador, respectivamente. Porém, em Caruaru o Grupo Lyra obteve êxito em seus principais quadros, pois conseguiu eleger José Queiroz como prefeito, João Lyra Filho como deputado estadual e Fernando Lyra que foi para o seu quarto mandato consecutivo como deputado federal.

Alguns trabalhos tendem a analisar as eleições nacionais da década de oitenta sob uma ótica impessoal, em que os candidatos são figuras que compõem ou representam as disputam pela legitimidade de um projeto de poder, tais análises fazem sentido por estarem voltada para questões relacionadas ao processo de distensão. No entanto, as eleições estaduais e locais têm suas particularidades que muitas vezes vão além das tendências políticas, envolvendo brigas pessoais, acusações pejorativas e até ofensas pessoais, trata-se de um período no qual as eleições também podem ser lembradas pelo que popularmente conhecemos como baixaria. Tais peculiaridades se fazem presentes em várias regiões do País, inclusive em Pernambuco.

Um fato que repercutiu em todo o Estado (que é também um péssimo exemplo de ataque ao adversário) ocorreu durante a eleição para governador em 1982. Na ocasião, foi exposto um caso que até hoje não é possível determinar se era obra de espionagem, sequestro ou até armação política: dias antes das eleições foram espalhadas

pelos ruas do Recife fotos da esposa de Marcos Freire seminua com Fernando Lyra sem suas vestes. Na ocasião os jornais pernambucanos repercutiram tal fato constrangedor (porém sem expor as fotos), que na versão dos mdbistas tais fotos



Jornal do Brasil repercute o caso da exposição de Carolina Freire e Fernando Lyra.

fazem parte de um sequestro que ocorreu dois anos antes (em 1980), quando o Deputado Fernando e a esposa de Marcos Freire, Carolina Freire teriam sido sequestrados, levados para um motel e fotografados pelos criminosos que estariam encapuzados¹⁸³. Ao buscamos mais informações a respeito sobre o caso em questão, encontramos uma matéria no Jornal do Brasil do ano de 1981, quando os envolvidos cobravam investigação do caso, porém o ministro da justiça na época, o Sr. Ibrahim Abiackel, em resposta ao Jornal do Brasil faz a seguinte declaração: “Não recebi nenhuma comunicação a respeito, em consequência não tenho informações a prestar nesse sentido”¹⁸⁴.

O governo ou outros militares jamais assumiram a autoria do suposto sequestro ou algum ato parecido, com o agravante de que também não se movimentou para investigar tais atos. Nem mesmo quando as fotos foram espalhadas pelas ruas e enviadas as residências de diversos moradores do Recife – PE durante as eleições de 1982 os militares investigaram o caso. Ambas famílias envolvidas não tocam nesse assunto, devido ao constrangimento. Marcos Freire foi o mais votado dos candidatos naquela ocasião, mas devido a sublegenda, o candidato do PDS Roberto Magalhães foi eleito governador de Pernambuco. Se levarmos em consideração as versões das vítimas como verdadeiras, podemos dizer que fatos como esse revela como o regime se faz presente nas suas mais diversas formas, sejam elas com uso da força, das alianças, ou da exposição e vulgarização daqueles considerados seus inimigos; o regime usa da violência sob as mais diversas possibilidades.

Não há dúvidas sobre o quanto vexatório e constrangedor podem ser fatos como esse, trata-se de uma agressão moral a todos os envolvidos, levando em consideração a concepção social e de família de grande parte da sociedade e dos próprios agentes envolvidos. Vale salientar também que esse fato foi o máximo que conseguimos encontrar em nossas fontes em relação à perseguição direta a um membro da Família Lyra, porém podemos perceber que o alvo principal foi, na verdade, a exposição do então candidato ao governo do Estado, Marcos Freire, sendo assim Fernando Lyra entrou apenas com a infelicidade de participe.

¹⁸³ Afirmações presentes em reportagem do Jornal Estado de São Paulo de 16 de abril de 1982, na coluna do jornalista Carlos Chagas. Matéria disponível para consulta no site: <http://www.blogdomagno.com.br/print.php?id=148870>, acesso em 12/12/2019 às 13 horas.

¹⁸⁴ Matéria publicada no Jornal do Brasil em 21 de abril de 1981, primeiro caderno, página 3.

Fernando Lyra: a distensão e o projeto liberal democratizante

O debate sobre democracia é um dos temas mais importante na recente história do Brasil. Em nossa jovem história pós-ditadura, por diversas vezes estamos envolvidos em discussões e até falas que parecem pregações salvacionista que condicionam a democracia como solução para todos os nosso problemas político-sociais, porém por vezes nos esquecemos de fazer algumas reflexões básicas: que tipo de democracia nós queremos? Que tipo de democracia a transição *lenta, segura e gradual* proporcionou? Como foi travado esse debate na década de 1980? Como um congresso conservador que pouco representava as reais necessidades da população brasileira pôde falar em nome de todos? Essas são questões que renderiam uma tese, e que não é possível que caibam aqui, no entanto caso não abordássemos minimamente tais aspectos estaríamos deixando algumas lacunas que por ventura poderia comprometer nossa análise sobre a atuação do Grupo Lyra.

Um jogo político de transição protagonizado por liberais, conservadores, imprensa tradicional (e que também contou com apoio inclusive de partidos tradicionais de esquerda como o PCB e PCdoB), era um contraponto ao projeto de democracia social defendido pelo PT. No caso dos PCs, compreendemos que não se trata uma concordância ideológica com a proposta liberal de democracia, pois seus principais intelectuais não cometeriam uma contradição teórica tão absurda, trata-se na verdade de algo compreensível aquele contexto, haja vista que estes estavam influenciados por ideias presentes naquela conjuntura: defenderam uma aliança estratégicas com a burguesia brasileira como fase de transição para o socialismo; estavam tomando como base as análises do PCI (Partido Comunista Italiano), assim como pelas reflexões de Carlos Nelson Coutinho sobre a *democracia como valor universal*. Divergência de propostas no que no final das contas manteve a esquerda fragmentada e silenciada diante da onda liberal-conservadora que tomou as rédeas institucionais da redemocratização, mantendo seus privilégios e a desigualdade social.

Os liberais-conservadores autoproclamados “baluartes da democracia” se utilizam das mídias tradicionais como meio de interlocução para lidarem e tirarem proveito de importantes movimentos de cunho popular: novo movimento operário (sobretudo protagonizado na região do ABC paulista, onde se destaca a liderança de Luiz Inácio “Lula” da Silva) que possuem pautas inicialmente centradas na relação do chão de fábrica e que posteriormente tomam proporções políticas maiores; as *Diretas*

Já, que inclusive também é utilizada por essas figuras tradicionais como Tancredo, Ulisses, Fernando Lyra etc, que assim como a grande mídia, promovem a institucionalização do Estado de transição utilizando-se também de suas narrativas de “única saída” contra os autoritarismos conforme nos mostra Cordão¹⁸⁵.

Um novo cenário político que acarretou em algumas disputas e debates acalorados dentro do (P)MDB, envolvendo lideranças como Jarbas Vasconcelos, que se declarava contrário as eleições indiretas. Enquanto isso, seu colega de bancada também por Pernambuco, o deputado federal Fernando Lyra mostra-se favorável a transição via eleições indiretas, defendendo o nome de Tancredo Neves como candidato. O caruaruense que se vangloriava de ser um dos fundadores do Grupo dos Autênticos do MDB que por onde passava, onde foi entrevistado ou perguntado, fazia questão de dizer que foi um dos primeiros apoiadores da candidatura de um moderado – o Governador de Minas Gerais – à presidência via Colégio Eleitoral.

Seria contraditório, caso essa não fosse mais uma metamorfose desse Lyra, de “autêntico mdbista” para liberal moderado; de “defensor das diretas” para defensor do colégio eleitoral e colaborador de tese de saída única. Se olharmos pelo seu lugar de classe a sua posição política de liberal moderado não se trata de uma incoerência, haja vista seu histórico enquanto membro de uma família donatária de diversas propriedades, participações em empresas como acionistas além possuir um capital político crescente desde o final da década de 1950 atrelado ao conservadorismo originário da UDN. Quanto ao Perfil político-social, ser moderador também não seria algo tão incoerente, pois Fernando Lyra possui algumas semelhanças em relação ao perfil de Tancredo Neves, a distinção no aspecto político dá-se no sentido de que o mineiro tem em sua trajetória uma atuação política mais alinhada com Getúlio Vargas, enquanto o deputado pernambucano e sua família iniciam suas trajetórias políticas como udenistas pernambucanos.

No que diz respeito ao Regime Militar, ao migrarem para o MDB tais trajetórias possuem algumas distinções, enquanto Fernando migra para ala dos autênticos, Tancredo está nos moderados, no entanto as semelhanças entre ambos durante todo o período da ditadura é que estes não foram perseguidos pelos militares, tendo inclusive seus direitos políticos ativos e participaram de todas as eleições legislativas

¹⁸⁵ CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. Op. Cit., p.192-201.

durante os vinte um anos de ditadura, em tais oportunidade sempre obtiveram êxito e renovaram seus mandatos periodicamente.

Fernando Lyra foi um dos principais articuladores político de Tancredo Neves, segundo o jornalista Roberto Lopes¹⁸⁶ trata-se de um político que se vangloriava de seu “Feeling” político e de ser um dos primeiros a apoiar a candidatura do governador de Minas Gerais a Presidência da República. Aliás “feeling político” que nos parece



Charge do JC de Pernambuco, republicada no Livro de Fernando Lyra (2009).

mais um discurso de autodefesa para justificar suas constantes mudanças, e que chega inclusive a ser chamado de oportunista por alguns jornalistas¹⁸⁷, essas inconstâncias ideológicas, contraditoriamente geram um constância no poder, haja vista que desde 1966 quando assume seu primeiro mandato público, Fernando Lyra continua como deputado¹⁸⁸ até 1998.

Sendo assim, percebemos que suas mudanças de posicionamentos, suas metamorfoses parecem além de acompanharem as conjunturas que se

apresentam, as críticas em relação a tais mudanças também parecem ser algo que não o incomoda. Curiosamente, Fernando Lyra, em seu livro¹⁸⁹ além de várias vezes usar do discurso de Feeling como justificativa, chega acionar outra retórica¹⁹⁰ para amparar suas metamorfoses: “Fui do MDB, PMDB, PDT, PSB, PPS e voltei ao PSB. Significa que eu nunca tive partido, mas sempre tive lado”. Trata-se de uma retórica

¹⁸⁶Roberto Lopes atualmente é jornalista da Revista Época, também já trabalhou na Folha de São Paulo.

¹⁸⁷ Tais questionamentos sobre suas mudanças e feeling político aparecem inclusive em entrevista no Programa Roda Viva, exibido em 12 de janeiro de 1987. Disponível no site: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/174/entrevistados/fernando_lyra_1987.htm

¹⁸⁸ Vale salientar que seu primeiro mandato, de 1966 foi para deputado estadual, mas a partir de 1970 torna-se deputado federal de onde saíra apenas 1998 desse cargo quando decide não participar mais de eleições. Durante todo esse tempo Fernando ficou apenas sem exercer a função de deputado no ano de 1985 quando ocupou o cargo de Ministro da Justiça; em outubro de 1990, obteve apenas uma suplência mas voltou à Câmara dos Deputados em dezembro de 1992, na vaga de Fernando Bezerra Coelho, com a renúncia deste parlamentar ao mandato, foi efetivado em 1º de janeiro de 1993. Dados disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-soares-lira>.

¹⁸⁹ LYRA, Fernando. Op. Cit.

¹⁹⁰ Idem. p. 234

sem consistência e que omite parte de sua trajetória política, pois nessa entrevista concedida ao Jornal do Comércio de Pernambuco (em junho de 2007) ele não menciona seu passado na UDN junto com seu pai, e nem menciona o fato de que no ano de 1955, chegou a fazer campanha em prol de José Bione para prefeito em Caruaru, figura que o próprio Fernando acusa de ser integralista¹⁹¹.

A tese de eleger o presidente via Congresso seria a única saída defendida por Fernando Lyra – e outros interessados como o próprio Tancredo, frações da burguesia brasileira, Frente Liberal e etc – serve também como etapa de “auto consagração” dos autoproclamados como “baluartes da democracia” e “detentores da razão contra os radicalismos”. Compreendemos tais discursos como parte de uma estratégia dos moderados e seus aliados de cunho liberal. A partir da historiadora Cordão (2018), compreendemos que os defensores de uma saída negociada proporcionam a troca de comando do Estado brasileiro dos militares para a tutela de uma elite liberal conservadora. Há aqui um discurso que busca a legitimidade em que essa parcela da elite brasileira se coloca como se fossem possuidores de uma dádiva política¹⁹² em que seriam os únicos capazes de promover a democracia e sobretudo colocar um fim nos governos militares. Porém esse discurso esconde sua real face, limitando a participação popular em detrimento da manutenção de um sistema que mantém o *status quo* de um estado burocratizado que favorece a negociata dos estabelecidos e que mantém a mesma estrutura do sistema político.

O mito do homem providencial¹⁹³ também é uma narrativa que pode ser utilizada para analisarmos a figura de Tancredo Neves naquele momento, já que essa narrativa está centrada na construção de um personagem que representaria a figura de um homem experiente, para um momento conturbado que teria capital político para encaminhar as soluções necessárias para o desenvolvimento do País. Vale salientar que essa seria apenas uma perspectiva de análise do comportamento político orquestrado pelo governador de Minas Gerais, haja vista que durante os movimentos por “*diretas já*” até a confirmação de Tancredo no Colégio eleitoral várias estratégias

¹⁹¹ Ele menciona seus primeiros passos na política como militante de campanha em 1955, ver: NADER, Ana Beatriz. Op. Cit., p.114. A entrevista concedida ao JC de Pernambuco foi publicada na integra eu seu livro, que também contém algumas páginas em que Fernando Lyra assume o caráter integralista do candidato que ele apoiou, ao mesmo tempo em que tenta justificar que “não sabia”, ver: LYRA, Fernando. Op. Cit., p.68.

¹⁹² Sobre o conceito de dádiva política parte de uma estratégia de legitimidade tomamos como base a obra KUSCHNIR, Karina. Op. Cit.

¹⁹³ GIRARDET, Raoul. Op. Cit.

foram utilizadas para desconstruir seus opositores, inclusive dentro do próprio partido, como é o caso de alunar a figura de Ulisses Guimarães que também se colocava como possível candidato à presidência.

A questão das eleições indiretas também nos mostra a eficiência ou insistência do Regime na falsa ideia de que vivíamos um regime democrático, a falsa ideia de que a redemocratização, via Colégio Eleitoral, atendeu as demandas populares. São estratégias que não só buscavam legitimidade das figuras e instituições, anteriormente citadas, são estratégias que também tiveram o objetivo de silenciar a ideia de uma transição para democracia com mais participação popular. Esta última proposta além de boicotada pelos meios de comunicações tradicionais, foi acusada de ser adepta de radicalismo e revanchismo, uma retórica montada pelos militares e liberais que não correspondia a suas reais intenções que eram institucionalizar o processo de transição criado por Geisel saírem impunes de suas arbitrariedades. Sendo assim, os militares em consonância com parcela significativa da elite, liberais e meios de comunicação impõem sua narrativa como uma “verdade factual” e ainda tentam associar o grito pela redemocratização das “diretas já” em detrimento de “Tancredo já”.

Os mesmos mdbistas/tancredistas que atuavam em defesa das eleições diretas nos comícios eram os mesmos que se articulavam nos bastidores em prol do Colégio Eleitoral junto com os militares. Figuras beneficiadas pelo burocratismo do Estado como Fernando Lyra que demonstrava “o apoio” às diretas, mas que na prática seu grupo queria o controle do processo, haja vista que o congresso que ele acredita “ser irreversível de mudar” e “um espúrio antidemocrático”¹⁹⁴ é o mesmo congresso que ele aposta ao defender a ida de Tancredo para concorrer no colégio eleitoral.

O pessoal que discorda da negociação imagina que a gente possa conseguir as coisas através de mobilização popular. Mobilizou resolveu! Eu sou a favor da mobilização mas acho que a negociação é que é a saída (...). É porque temos que ser práticos: Precisamos de dois terços de votos no Congresso para chegarmos a eleição direta. Como é que se vai conseguir isso só com mobilização? O pessoal esquece que existe um obstáculo formal – a exigência de dois terços. Como é que se pode conseguir esses dois terços? Só através da negociação. Aqueles que pregam a eleição direta sabem que ela só pode vir pela negociação. Sabem. Agora, taticamente, acham que não é conveniente admitir a negociação. O problema é só esse.¹⁹⁵

¹⁹⁴ LYRA, Fernando. Op. Cit. 136.

¹⁹⁵ Idem. 135-136.

Reflitamos: a emenda Dante de Oliveira foi criada em **março de 1983** e rejeitada pelo congresso em **abril de 1984**; a fala de Fernando Lyra acima foi em **setembro de 1983**, ou seja, antes da votação que derrubou a emenda. Sigamos então nessa linha de raciocínio: os moderados em sua batalha de memória, afirmam que Tancredo Neves venceria nas diretas tanto como nas indiretas, se fossemos comungar dessa lógica, porém trata-se de algo que não faz muito sentido. Pois seria a mesma coisa que dizer: o Congresso que derrubou a Emenda Dante de Oliveira é o mesmo que legitimou o possível candidato que venceria as eleições caso a emenda tivesse sido aprovada. Sendo assim as eleições indiretas teriam sido mero preciosismo em defesa da democracia? Diante de uma profunda crise política, e um movimento por eleições diretas significativo, valeria a pena para o Congresso e os militares governistas desgastarem ainda mais sua legitimidade, em troca de uma eleição indireta que elegeria a mesma pessoa?

No final das contas, podemos concluir que o discurso de que Tancredo Neves venceria também nas diretas não faz sentido, pois limitar a participação popular em meio ao caos do final do regime seria algo desnecessário. Sendo assim, podemos perceber que o desejo de mudança da população além de rejeitar os militares, necessariamente também não estava com Tancredo Neves, e essa narrativa que o mitifica como uma espécie de herói da democracia, além de ser posterior aos fatos vivenciados não condiz com a realidade da época.

Sendo assim, podemos perceber que a insistência dessa fala do parlamentar caruaruense pela negociação tem em si as bases estratégicas de legitimidade que colocamos anteriormente, que buscaram consolidar a ideia de “saída única”, anulando a possibilidade de outras agendas de democratização que não fosse a negociação liberal, colocando em descrédito o projeto social democratizante defendido pelo Partido dos Trabalhadores que discordava da tese do MDB. A atuação do deputado caruaruense por nenhum momento entra em rota de colisão com o estamento social brasileiro que mantém a tutela do Estado nas mãos da elite, seja ela privilegiada historicamente ou estabelecida conjuntamente como é o caso de seu grupo político.

Ter o controle do processo, via Colégio Eleitoral, mostra que a proposta dos militares de abertura, *lenta, gradual e segura*, fala a mesma língua dos moderados mdbistas, e soa como uma música nos ouvidos de Fernando Lyra, que tem como maior coerência em suas metamorfoses, o objetivo de seguir os rastros do poder, com poder e pelo poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo a respeito do grupo político caruaruense liderados pela família Lyra e sua atuação, abordamos suas tramas e estratégias a partir do pressuposto de que o poder político não deve ser caricaturado sob a condição de uma governança absoluta, conquistado pela força, opressão ou algo do gênero. Pois acreditamos que a construção de uma hegemonia política é produzida por conquistas gradativas, atreladas às estratégias políticas, simbolismo social e imaginário popular.

Esses são fatores que proporcionam a criação de um sentimento de familiarização entre a figura pública e o público alvo; no entanto, não nos limitamos as análises sobre as relações sociais do período eleitoral, e nem a uma perspectiva de interesses e objetivos a partir de uma ótica puritana entre a “escolha popular” e o “popular escolhido”. Pois não podemos analisar as tramas políticas apenas pelos espetáculos dos ciclos de campanhas, que muitas vezes envolvem as massas de forma expressiva. Mas que são momentos carregados de emoções, relações acaloradas e até emotivas que por vezes, também são rasas de discussões sobre o papel e o dever do político e da política.

Outro aspecto importante a ser colocado em relação a todos esses ciclos dos espetáculos de campanha é o processo de legitimação da ideia de democracia representativa burguesa que é assimilada. Neste sentido, as eleições são a ferramenta de sustentação da legitimidade do poder do vencedor – na maioria das vezes – caso contrário a elite que não se submete as eleições¹⁹⁶ usa de outros artifícios (como por exemplo: burocracia eleitoral e constitucional, mídias e etc) em prol de seus interesses para desconstruir a imagem pública de determinados representantes populares que não comungam de suas principais ou integrais demandas elitistas¹⁹⁷, o que desgasta não só a imagem desse agente político, mas também e fragiliza o próprio princípio de legitimidade representativa vigente dentro do sistema burguês.

¹⁹⁶ Segundo Whight Mills, essa é a elite que controla o sistema político, é também a financiadora dos personagens políticos, pois possuem e usam de seu capital financeiros para tais fins. MILLS, Whight. **A elite no poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

¹⁹⁷ A título de exemplo de intervenção podemos citar dois casos distintos que revelam tais atos: o caso de Jango que sofre um golpe civil-militar mesmo quando o Brasil vivenciava um sistema democrático burguês. O outro caso, seria mais recente que foi o caso de Impeachment da legítima presidenta Dilma Rousseff.

Mesmo tendo ciência de tais possibilidades e reconhecendo que esse modelo de democracia que vivenciamos não refletem os reais interesses e necessidades das massas, ainda consideramos a sociedade como o principal agente legitimador. Porém se faz necessário uma discussão sobre os limites desse papel de agente legitimador, pois essa mesma sociedade é influenciada pelas relações que a cerca. Estando inclusive submetida a um judiciário elitizado, ao predomínio das mídias tradicionais e um sistema eleitoral hegemonicamente burguês. Um sistema onde quem se opõe ou não se submete a estas instâncias instituições nem sequer podem entrar no jogo eleitoral.

Sendo assim, o palco/palanque cheios de discursos acalorados e promessas; os jornais e mídias influenciáveis; e a persuasão eleitoral são as principais e mais poderosas ferramentas nesse processo de conquista. Porém vale salientar que tais espaços estão relacionados com o capital econômico, e mesmo que esse não seja totalmente determinante, não podemos negar seu poder de influência nos resultados finais. Pois os personagens políticos que buscam o poder nos ciclos eleitorais se projetam com o auxílio das ferramentas como possuidores de uma dádiva necessária para que possam tutelar os interesses da sociedade. Sendo assim, os sufrágios também criam na sociedade e nas massas a sensação de participação no que diz respeito as escolhas dos agentes sociais que comandaram a sociedade a cada ciclo eleitoral.

Em um jogo de xadrez: há um tabuleiro; há um relógio para determinar o tempo para cada jogada; há as peças a serem movidas; e há também os oponentes que se submeteram a disputa. Porém, quando descrevemos esse jogo muitas vezes nos esquecemos de mencionar um outro elemento fundamental para que essa disputa seja conduzida. Esse elemento é a ligação entre a peça e o homem; entre a jogada e o relógio; entre o avanço e o recuo; esse elemento é a mão.

Em uma singela comparação, a mão no jogo de xadrez equivale a estratégia do jogo político, pois assim como a mão no jogo de xadrez a estratégia política não pensa, e em ambos os casos as ações que são dadas a elas é que são pensadas. Sendo assim, a estratégia é a “mão” que conduz “as peças” que fazem parte do jogo político, já as “peças” serão as figuras políticas e as entidades correligionárias seguindo as ordens do jogador. O “jogador” é o grupo político, pois é efetivamente quem será o ganhador do jogo quando seu principal personagem, o “rei no tabuleiro” – ou o “protagonista político nas eleições” – sai da batalha de pé.

Entretanto, ficamos com uma pergunta no ar: Quem seria o tabuleiro e o relógio? Em resposta a essa indagação, compreendemos que é a sociedade, e sua condição de agente legitimador. A sociedade não é o tabuleiro por estar abaixo das peças, mas porque ambos estão ligados diretamente aos espaços de disputa em questão, mesmo diante das mais distintas conjunturas e regras burocráticas, não há jogos sem tabuleiro, logo não há Estado e nem política sem a sociedade. Quanto ao relógio, não representa a sociedade por estar a margem das peças, mas sim porque ao seu próprio tempo, o relógio e a sociedade têm o dever e o direito exigir de uma jogada ou ação dos jogadores. Sendo assim, a sociedade é quem dita os movimentos do homem (nesse caso o político) em seu tempo e espaço, e por mais sábio e astuto que seja o jogador (o grupo político), caso ele não se adapte a tais regras, ele nunca chegará ao poder.

Com o agente público eleito dentro de um sistema representativo, ele passa a ser visto como “o consignado” ou “o escolhido” pois foi submetido e aprovado pela maioria da sociedade. Em tese ele estaria submetido a concepção de servidor social, e defensor das necessidades de vivência – pois pressupomos que a vida humana nas cidades deva ir além da perspectiva de sobrevivência – tal personagem passa a ser detentor de poder e status que o legitima a tomar decisões por todos, sejam decisões legislativas ou executivas, os eleitos passam a tutelar a sociedade.

Se para alguns há arte na política, podemos dizer que ela também se faz com teatralização, no entanto seria equivocado de nossa parte enxergar, no eleitorado, nos civis ou nas massas, a mera condição de expectadores passivos que aplaudem ou vão a peça encenada no “palanque”, pois na verdade, estes, tratam-se de agentes que fazem parte dessa produção de forma direta e intervencionista, fazendo uso e desusos de tais figuras políticas. Sejam em momentos de maior prática democrática, ou até em períodos de autoritarismos e ditaduras, os principais agentes que criam e quebram essas vigências é a sociedade, são as massas, os indivíduos. O que diferencia as mudanças, em tais momentos é o modo de agir, e as consequências de tais ações, tanto em relação ao povo, quanto para o Estado.

Enxergamos na “arte da política” a dinâmica que Zé Celso¹⁹⁸ nos mostra nos palcos. Ao enfatizar as relações entre os indivíduos presentes no cenário, o

¹⁹⁸ Diretor, ator e dramaturgo de teatro, é um dos idealizadores do Teatro Oficina ou Teatro de Arena. Zé Celso trabalha o teatro em um gênero forte, libertário e peculiar em que a plateia interage de forma direta com a peça.

dramaturgo se propõe a ver na plateia seu poder de interação com os atores que muitas vezes conduzem à encenação, sendo justamente essa relação com a plateia o fator responsável que produz as alternâncias, continuidades e rupturas. Ou seja, entendemos que a legitimidade não é concebida apenas na encenação, mas se dá pela relação dos pilares políticos – os governantes, suas redes de poder e os legitimadores governados, pois reconhecemos que há uma hierarquia social, porém ela é dinâmica, é mutável, assim como os sistemas políticos administrativos.

Para um grupo político se manter no poder ele precisa estabelecer diversas alianças que vão além de relação institucional exercidas por esses grupos quando ocupam um cargo de executivo municipal, estadual ou até federal. Agregar capital econômico, ocupar diversos político/burocráticos nas mais diversas instâncias do Estado, ocupar as principais casas legislativas do País seja através de sua extensão de sua família no poder ou através da relação de apadrinhamento político¹⁹⁹, são ações estratégicas que servem como se fossem os pilares e uma rede de poder que está muito além de particularidades políticas locais, sendo assim podemos considerar tais aspectos como parte significativa do *modus operandi* utilizado pela elite política brasileira para si manter no poder.

¹⁹⁹ Sobre a discussão a respeito da extensão de poder da elite através da ocupação dos cargos eletivos e burocráticos do estado, o acúmulo de capital político da elite política brasileira e suas relações de parentesco ou parentela ver: MONTEIRO, José Marciano. Op. Cit., 2016.

REFERÊNCIAS

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários da política belo-jardinense**, Recife: Comunifrag, 2009.

ADILSON FILHO, José (org.). **Poder local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALMEIDA, Raphaela. **O “novo” sindicalismo e a memória do movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Anais XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2012, ISBN 978-85-65957-00-7. Disponível: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338425825_ARQUIVO_A_NPUH2012Trabalhorev1.pdf acesso em 12 de janeiro de 2019.

AIRES, José Luciano Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: Poder memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. João Pessoa: CCTA, 2015.

BERSTEIN, Serge. **Culturas Políticas e Historiografia**. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROL LEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2ª. Edição. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas-SP: Papius, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Jose Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº. 2, 1997.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Medo em cena: A ameaça comunista na Ditadura Militar (Caruaru, PE – 1960 –1068)**. Recife: UFPE, 2015. Tese de doutorado.

CAVALCANTI NETO, Faustino Teatino. GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. In SANTOS NETO, Martinho Guedes (Org.). **Cultura e poder político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**, in **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 45-111.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no fim da ditadura brasileira.** Curitiba: Appris, 2018.

FALCON, Francisco. **História e Poder** in. VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaios de teorias e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro.** Porto Alegre: Globo, 2001.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e história: Debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTANA, Josep. **História dos homens.** Bauru: Edusc, 2004.

FONTANA, Josep. **História, análise do passado e projeto social.** Bauru: Edusc, 1998.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GASPARI, Elio. Ditadura. **Ditadura envergonhada: As ilusões armadas (vol.1).** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre, 2ªed. Insular, 2012

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas,** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. **A nova história do poder político e a cultura política.** João Pessoa: Editora Universitária, 2012.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ática, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Ecos de Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEMONS JÚNIOR, José Romildo Souza. **Família, poder e representações: Tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969).** Campina Grande. PPGH-UFCG: Dissertação de Mestrado, 2013.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro, Record, 1993.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na Transição da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985).** Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1999.

MERTON, Robert. **Algumas funções da Máquina Pública**. In **Sociologia Política**, II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MILLS, Whight. **A elite no poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArt, 2016.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB**: História oral de vida política. São Paulo: Terra e Paz, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: 2ª ed. Contexto, 2008.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, Daniel Arão. **Ditadura militar**, esquerdas e sociedade. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. **Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação**: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In; RODEGHERO, Carla; Simone MONTENEGRO, Antônio; PAULA ARAÚJO, Maria (org.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: ed. Universitária UFPE, 2012.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já: O grito preso na Garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Emir (org.). **Gramsci: Poder, política e partido**. São Paulo: 2ed. Expressão Popular, 2012.

SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em Chamas**: A intervenção dos EUA e o Golpe de 1964. Recife: Cepe, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira – 1964-1985**: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

FONTES

Primárias:

Atas dos resultados finais de apuração dos votos em Caruaru nas eleições que de 1959, 1964, 1966, 1968, 1972, 1976 e 1982. Disponibilizados via e-mail por: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Pesquisa nº:453/2016. Mensagem recebida por <professorjefferson88@gmail.com> 22 de julho de 2016.

Acervo digital da Comissão Nacional da Verdade:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html>

Arquivo digitalizado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - IBAD e IPES. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>

Arquivo digitalizado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - IBAD e IPES, volume 07, p. 40-42. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>

Acervo digital da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (Pernambuco): <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-da-verdade>

Verbetes do Arquivo digital da CPDOC-FGV, disponíveis no site:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-psp-1946>

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao da oposicao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao)

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-soares-lira>

Biografias e livros de memórias:

RODRIGUES, Celso. João: Um homem sem cansaço. Recife: ACR 1999.

Fernando Lyra: LYRA, Fernando. Daquilo que eu sei: Tancredo e a Transição Democrática. São Paulo: Iluminuras, 2009.

NETO, Fernandino. Anastácio: o eterno prefeito (Vol.2). Recife-PE: CEPE, 2018.

Jornais e Periódicos:

Jornal Diário de Pernambuco: janeiro a dezembro de 1963 – 1985.

Jornal Vanguarda de Caruaru: janeiro a dezembro de 1959 – 1980.

Jornal Última Hora de Pernambuco: janeiro de 1963 – 1964.

Reportagem do Jornalista Magno Martins, 12 de agosto de 2015, Disponível no site:

<http://www.blogdomagno.com.br/print.php?id=148870>.

Edição do Jornal do Brasil, de 21 de abril de 1981, primeiro caderno, página 3.

Disponível no site:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=815&Pesq=1981.

Entrevista de Fernando Lyra na emissora de televisão: Canal Cultura, Programa Roda Viva, exibido no dia 12 de janeiro de 1987. Entrevista transcrita no site:

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/174/entrevistados/fernando_lyra_1987.htm e

material audiovisual disponível do site: <https://www.youtube.com/watch?v=IW5-z2k8uLY>.